

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DE MANEJO FLORESTAL

Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA

Avenida Newton Bello s/n, Bairro Santa Rita (Estrada do Arroz, km 13,
Povoado Bacaba), Imperatriz, MA, CEP: 65919-050.

Érica Araújo Bortolazzo Fonseca

www.suzano.com.br

SYS-FM/CERFLOR-0001

DATA DA CERTIFICAÇÃO	09/10/2023
DATA DE VALIDADE	08/10/2028
DATA DA AUDITORIA	10 a 14/04/2023
DATA DA ÚLTIMA FINALIZAÇÃO DO RELATÓRIO	09/10/2023

Contato da SysFlor

Vanilda Rosângela de Souza | Diretora

vanilda.souza@sysflor.com.br

+55 (41) 3344 - 5061



PREFÁCIO



A SysFlor é um organismo de avaliação independente, acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre), sob número OCF 0006, para conduzir processos de avaliação do manejo florestal, para a certificação no Programa de Certificação Florestal Cerflor.

Os Empreendimentos de Manejo Florestal (EMF) que demonstrarem conformidade com os padrões de manejo florestal ABNT NBR 14789 (florestas plantadas) ou ABNT NBR 15789 (florestas nativas) podem ser certificados e, com isso, realizar declarações em seus produtos certificados e usar a logomarca do PEFC para fins promocionais. O certificado possui validade de 5 anos, com supervisão regular da SysFlor.

O processo de avaliação realizado em Empreendimentos que estão buscando a certificação pela primeira vez é composto por duas fases, Auditoria Fase 1 e Auditoria Fase

2.

A Auditoria Fase 1 trata-se de uma avaliação preliminar, que tem como principais objetivos:

- Fornecer ao EMF, um claro entendimento sobre as normas para certificação Cerflor;
- Propiciar o desenvolvimento de um claro panorama sobre o sistema e práticas de manejo florestal do EMF, incluindo informações necessárias para planejar a avaliação Fase 2;
- Identificar possíveis áreas de não conformidade com os Princípios e Critérios de Manejo Florestal do Cerflor.

A auditoria Fase 2, corresponde à avaliação completa do padrão de certificação de manejo florestal, e visa a:

- Determinação da conformidade do sistema de gestão do cliente, ou de parte desse sistema, com os critérios de auditoria;
- Avaliação da capacidade do sistema de gestão para assegurar que a organização (cliente) atenda aos requisitos estatutários, regulamentadores e contratuais;
- Avaliação da eficácia do sistema de gestão para assegurar que a organização (cliente) atenda continuamente aos seus objetivos definidos;
- Identificação de áreas para possível melhoria do sistema de gestão, conforme aplicável.

Após a obtenção da certificação, os EMFs certificados são avaliados anualmente por meio de auditorias de supervisão, que tem como objetivo assegurar a continuidade da conformidade com os requisitos e os padrões de certificação aplicáveis, assim como de:

- Monitorar a conformidade por meio da avaliação da implementação e eficácia do sistema de gestão, considerando as mudanças ocorridas tanto no empreendimento quanto no próprio sistema de gestão;
- Identificar áreas de possíveis melhorias no sistema de gestão implementado;
- Manter a confiança de que o sistema de gestão certificado do cliente continua a atender os requisitos aplicáveis durante os ciclos de certificação.

De acordo com as diretrizes do programa Cerflor e os procedimentos da SysFlor, auditorias de supervisão não têm como objetivo a avaliação integral do escopo de certificação do empreendimento, tal como realizado nas auditorias de certificação (Fase 2) e recertificação. Na prática, as auditorias de supervisão anuais compreendem três componentes principais:

- Uma avaliação do tratamento dado pelo empreendimento a qualquer condição ou Não Conformidade pendente;

- Averiguação de acompanhamento de qualquer questão não resolvida que tenha surgido antes da auditoria de supervisão; e
- Se necessário, uma avaliação focada em tópicos ou assuntos selecionados, associados aos dois primeiros componentes.

Ao final de cada ciclo de validade do certificado, é realizada uma auditoria de recertificação, de forma a permitir a renovação do certificado. O objetivo da auditoria de recertificação inclui os seguintes tópicos:

- A eficácia de todo o sistema, considerando mudanças internas e externas, e sua relevância e aplicabilidade contínuas ao escopo de certificação;
- Comprometimento demonstrado para manter a eficácia e melhoria do sistema de gestão, a fim de melhorar o desempenho global;
- A eficácia do sistema de gestão em relação a atingir os objetivos do cliente certificado e os resultados esperados do respectivo sistema de gestão.

Os critérios de auditoria utilizados como referência para determinação da conformidade têm como base:

- Os requisitos estabelecidos nas normas de certificação do programa Cerflor aplicáveis;
- As evidências de implantação e implementação do sistema de gestão desenvolvido pelo empreendimento, obtidas por meio de um processo de amostragem da informação disponível.

A Sysflor convoca equipes interdisciplinares de especialistas em recursos naturais e na área florestal, para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal. As equipes de avaliação coletam e analisam documentos e registros, baseados em um processo de amostragem, assim como conduzem entrevistas com os funcionários do EMF e com partes interessadas e, realizam auditorias de campo e de escritório, nas Unidades de Manejo Florestal (UMF), como parte da avaliação de certificação. Após completar a fase de levantamento das evidências, a equipe de auditoria da SysFlor determina a conformidade do EMF no atendimento aos Princípios e Critérios do Cerflor.

Um resumo público da auditoria, objeto deste relatório, fica disponível para consulta no website da SysFlor (www.sysflor.com.br).

Organização deste relatório

Este relatório corresponde ao resultado da auditoria realizada pela equipe de auditores da SysFlor e está estruturado em duas seções. Na Seção A consiste no Resumo Público do Relatório e contém as informações que devem ser tornadas públicas, segundo os requisitos do Programa de Certificação Cerflor, com o objetivo de proporcionar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais, dos planos de ação em relação a melhoria contínua do manejo florestal e do resultado da avaliação. A Seção A está disponível para consulta no website da SysFlor (www.sysflor.com.br/downloads). A Seção B contém informações mais detalhadas sobre o sistema de gestão do manejo florestal do empreendimento, sendo tratada, portanto, como de caráter confidencial.

SUMÁRIO

SEÇÃO A – RESUMO PÚBLICO	5
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	5
1.1. Tipo de Avaliação	5
1.2. Informações gerais do empreendimento e contatos.....	5
1.3. Escopo da Certificação	7
1.4. Produtos no escopo da certificação	21
1.5. Áreas florestais fora do escopo da certificação	22
1.6. Informação Social.....	38
1.7. Uso de pesticidas.....	38
2. DESCRIÇÃO DO MANEJO FLORESTAL	40
3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO	45
3.1. Padrões Utilizados.....	45
3.2. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)	45
4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO	46
4.1. Etapas do Processo de Avaliação	46
4.2. Metodologia e Estratégias Empregadas.....	47
4.3. Determinação de Conformidade.....	47
4.4. Processo de Consulta às Partes Interessadas.....	48
4.5. Equipe de Avaliação	49
4.6. Itinerário da Auditoria.....	51
5. MUDANÇAS NO SISTEMA DE GESTÃO.....	60
6. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	61
6.1. Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe de avaliação.....	61
6.2. Reclamações das Partes Interessadas e Respostas da Equipe de Avaliação.....	68
6.3. Resumo das Constatações da Avaliação	69
6.4. Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria Existentes	75
6.5. Descrição das Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria identificadas nesta avaliação.....	93
7. DECISÃO DA CERTIFICAÇÃO	108
7.1. Recomendação de Certificação pela Equipe de Avaliação.....	108
7.2. Decisão de Certificação da SysFlor.....	109

SEÇÃO A – RESUMO PÚBLICO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Tipo de Avaliação

<input type="checkbox"/> Certificação (Fase 2)	<input type="checkbox"/> 1ª Supervisão
<input checked="" type="checkbox"/> Recertificação	<input type="checkbox"/> 2ª Supervisão
<input type="checkbox"/> Transferência	<input type="checkbox"/> 3ª Supervisão
<input type="checkbox"/> Aumento de Escopo	<input type="checkbox"/> 4ª Supervisão
<input type="checkbox"/> Outro (especifique): #	<input type="checkbox"/> Outra supervisão: #

1.2. Informações gerais do empreendimento e contatos

Nome do empreendimento	Suzano S.A. - Unidade Imperatriz, MA
Endereço	Avenida Newton Bello s/n, Bairro Santa Rita (Estrada do Arroz, km 13, Povoado Bacaba), Imperatriz, MA, CEP: 65919-050.
Endereço linha 2 (opcional)	-
Cidade	Imperatriz
Estado	Maranhão
Código postal	65919-050
País	Brasil
Responsável pela certificação	Érica Araújo Bortolazzo Fonseca
E-mail	ericafonseca@suzano.com.br
Telefone	-
Website	www.suzano.com.br
Histórico do empreendimento	Em janeiro de 1924, o imigrante Sr. Leon Feffer registrava na junta comercial do Estado de São Paulo a Leon Feffer & Cia, que viria a se tornar mais tarde a Suzano Papel e Celulose. Em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, surgiu a primeira Unidade Industrial, a Fábrica A no bairro do Ipiranga em São Paulo - SP. Em 1946, já colhendo bons frutos da fábrica, o Sr. Leon mudou o nome da empresa para Indústria de Papel Leon Feffer. No final dos anos 40, Max Feffer, o primogênito de Leon Feffer, que estudava música nos Estados Unidos, voltou ao Brasil para assumir a função de Vice-Presidente Executivo na Indústria. Uma grande preocupação naquela época era a dependência da celulose importada para a fabricação do papel. Nos anos 50, buscando alternativas à celulose importada, a Suzano foi a pioneira na produção 100% de celulose de eucalipto. A nova produção iniciou-se no moderno parque industrial adquirido em 1956 no município de Suzano, com 240.000 m ² , estrategicamente localizado entre antigos plantios de

	<p>eucalipto e próximo do principal mercado consumidor, a cidade de São Paulo. O nome da empresa foi mudado para Companhia Suzano de Papel e Celulose, que na época produzia cerca de 25 t/dia de celulose de eucalipto. Em 1985 surgiu o projeto da Bahia Sul Celulose Joint Venture, em Mucuri – Bahia, formada por 55% de participação da Companhia Vale do Rio Doce e 45% da Cia Suzano, que visava à implantação de uma fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto com capacidade para 500 mil t/ano, e uma máquina de papel de imprimir e escrever com capacidade de 250 mil t/ano. Assim, a implantação da nova unidade industrial teve início em 1985 e seu “startup” ocorreu em março de 1992. Em 2001, a Suzano adquiriu a participação da Companhia Vale do Rio Doce na Bahia Sul Celulose. Com a iniciativa, as duas empresas do Grupo, juntas, passaram a ter uma capacidade de produção de 1,2 milhão de toneladas de produtos por ano.</p> <p>Em maio de 2003, visando estar em linha com melhores práticas de governança corporativa, a empresa aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo dessa forma a transparência nas operações e a qualidade da prestação de contas aos acionistas. Em 2005, a Suzano Papel e Celulose iniciou a implantação de um projeto de expansão de sua planta localizada em Mucuri (BA), “Projeto Mucuri” para construir uma segunda linha de celulose para produção de 1 milhão de toneladas. Em agosto de 2007, o Projeto Mucuri iniciou sua operação, aumentando a capacidade final de produtos da Suzano Papel e Celulose, passando da produção de 1,35 milhão de toneladas para mais de 2,8 milhões de toneladas por ano de papel e celulose. Em março de 2005, ocorreu a aquisição da Ripasa S.A. Celulose e Papel, de forma compartilhada com a VCP, companhia do Grupo Votorantim, com o nome Conpacel. Em dezembro de a Suzano passou a deter todo o controle da Conpacel, com uma fábrica que tem a capacidade produtiva de 390 mil toneladas anuais de papel, e aproximadamente 650 mil toneladas anuais de celulose. Em 2008, a Suzano – Papel e Celulose S.A. anunciou o seu plano de expansão com a construção de duas novas plantas industriais, uma no Maranhão, outra no Piauí. No Maranhão, assinou com o governo um protocolo de compromissos para construção da fábrica para a produção de celulose, como parte dos investimentos para o período de 2009-2013. O empreendimento em fase final de construção envolve a implantação da base florestal (MA e TO) com o plantio de floresta de eucalipto para suprir a demanda da fábrica, cuja capacidade de produção prevista é de 1,3 milhão de toneladas de celulose, com investimento da ordem de 1,8 bilhão de dólares. Visando ao abastecimento dessa unidade fabril, a empresa adquiriu áreas florestais da Vale S.A (ferro gusa), objeto do escopo da certificação CERFLOR. Entre 2008 e 2018, cerca de 116 imóveis foram adquiridos à justo título público ou particular compra e venda de imóvel rural. Entre 2009 e 2018, contratos de Arrendamento Rural foram firmados para permitir o abastecimento de madeira na fábrica a partir de seu startup, em 2013, somando cerca de 103 imóveis neste formato. Em dezembro de 2013, com o início da operação da Unidade Imperatriz, a empresa</p>
--	--

	<p>passou a ter a capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano e geração de excedente de energia de 100 MW. Com investimento industrial de US\$ 2,4 bilhões e outros US\$575 milhões na formação da base florestal, a produção atende, prioritariamente, os mercados europeu e norte-americano. Em 2014, a Suzano adquiriu cotas do fundo VALE FLORESTAR e incorporou a companhia, assumindo direitos e obrigações legais de 89 dos 92 imóveis. Foi entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017 que a Suzano adquiriu 61,2 mil hectares do grupo Queiroz Galvão (Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré S.A e COSIMA Siderúrgica Maranhão S.A). No total, somaram mais 25 imóveis a base florestal da unidade.</p>
--	---

1.3. Escopo da Certificação

1.3.1. Mudanças no escopo da certificação

<input type="checkbox"/> Não aplicável. Trata-se da auditoria de certificação inicial.	
Mudança de escopo desde a auditoria anterior	Sim <i>NOTA: Nos casos em que houve mudança de escopo, as mesmas estão destacadas em amarelo nos itens a seguir.</i>
Natureza da mudança de escopo <i>Explique qualquer mudança realizada, por exemplo: Alteração de área devido a recálculo de SIG; Alteração de área devido a aquisição/venda de terras; Inclusão de nova UMF</i>	Alteração de área devido a atualizações de SIG, inclusão de novas áreas, exclusão de área (encerramento de contrato de arrendamento). Alteração das áreas fora do escopo devido à vendas de terra e novas aquisições. Atualização nas áreas de excisão parcial do escopo.

1.3.2. Informações gerais da unidade de manejo sob escopo de certificação

Tipo do Certificado	<input checked="" type="checkbox"/> UMF única	<input type="checkbox"/> UMF-múltipla (ou multi-site)	<input type="checkbox"/> Grupo
Número de Membros do Grupo (se aplicável)	0		
Número de UMFs no escopo do certificado	1		
Localização Geográfica das UMFs	<i>Latitude</i>	5.342412	<i>Longitude</i> 47.72554
Área florestal total (ha) no escopo da certificação classificada como:			
Área total (ha) no escopo da certificação	487.643,38		
Área total (ha) da floresta de produção (i.e., florestas de onde a madeira podem ser colhida)	215.864,15		
Área natural (ha), com ou sem floresta manejada, primariamente, com objetivo de conservação	254.556,39		
Outros usos (ha)	17.222,84		

Exemplos: infraestrutura como estradas, aceiros, sede, viveiro, área de recreação, quebra vento, sistema agropastoril, sistema agroflorestal etc.)	
--	--

Divisão da UMF em unidades manejáveis:

A unidade de manejo está dividida em fazendas, onde se localizam as áreas operacionais e o manejo dos plantios comerciais. As fazendas são subdivididas em projetos, os quais são divididos em Unidades de Produção - UP (talhões), a menor área de produção).
--

1.3.3. Lista das propriedades no escopo proposto para certificação

Nome da fazenda	Código	Município	UF	Área de plantio (ha)	Áreas de conservação (ha)	Outros usos (ha)	Área total (ha)
ABALCAR (S-G61Y)	I4AQ	AÇAILÂNDIA	MA	183,15	55,24765	15,37469	253,7723
AÇUCENA I VLF (S-G01Q)	P2A3	PARAGOMINAS	PA	695,59	1625,03	47,1	2367,72
AÇUCENA II VLF (S-G01F)	P2A4	PARAGOMINAS	PA	229,1	534,42	45,76	809,28
AGROPASTORIL UNIÃO VLF (S-G35H)	P1AY	ULIANÓPOLIS	PA	607,79	838,4027	51,38263	1497,575
AGROPECUARIA DO MARANHÃO (S-G01X)	I5A1	BOM JESUS DAS SELVAS	MA	2635,38	3675,735	160,2922	6471,407
AGUA LIMPA VLF(S-G34H)	P2BA	ULIANÓPOLIS	PA	201,7	293,668	26,57832	521,9463
ÁGUA NASCENTE VLF (S-G77G)	P1BD	DOM ELISEU	PA	429,22	344,7063	16,27429	790,2006
AGUAPI (S-G25H)	P2AJ	ULIANÓPOLIS	PA	165,26	180,46	7,01	352,73
ALIANCA 2 - QG (S-G02P)	I4AN	ITINGA DO MARANHÃO	MA	806,57	612,45	70,84	1489,86
ALTAMIRA (S-G50Z)	I2AJ	IMPERATRIZ	MA	243,4	458,9531	21,95317	724,3063
ALTO ALEGRE (S-G749)	I2BJ	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	49,75	1,82	1,74	53,31
ALTO BONITO (S-G65Z)	I1BR	ESTREITO	MA	348,97	383,58	46,11	778,66
ALTO BONITO I(SIDELMAR)	I2BR	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	76,34	14,92	6,55	97,81
ALTO BONITO II(SIDELMAR)	I2BS	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	29,28	8,45	1,64	39,37
ALVALUZ QG (S-G66W)	I5BR	BOM JARDIM	MA	3049,83	1585,11	189,51	4824,45
ALVORADA (S-G66L)	I2AK	IMPERATRIZ	MA	742,5	387,6853	65,6015	1195,787
AMARALINDA II (S-G67C)	I2AA	IMPERATRIZ	MA	137,43	281,8023	19,74333	438,9757
ANA PAULA PECUÁRIA (S-G66R)	I5AH	AÇAILÂNDIA	MA	359,81	401,07	35,89	796,77
ANAJÁ	I3A4	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	MA	387,06	80,45231	15,4432	482,9555
ANAJA (S-G63H)	I1AA	ESTREITO	MA	143,92	113,36	14,66	271,94
ANGELIN VLF (S-G56H)	P2A5	PARAGOMINAS	PA	391,85	419,54	31,59	842,98
ARACRUZ VLF (S-G01R)	P1BP	RONDON DO PARÁ	PA	125,78	165,1812	10,63405	301,5953
ARAGUARI E BARREIRO (S-G65G)	O1AB	ARAGUATINS	TO	257,83	242,04	18,81	518,68
ARCO ÍRIS (S-SB01)	I2AS	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	136,19	212,35	18,65	367,19

ARGENTINA (S-G08B)	I4AS	ITINGA DO MARANHÃO	MA	214,11	59,43	12,91	286,45
ARIZONA (S-G01T)	P1AZ	ULIANÓPOLIS	PA	700,1	958,1252	57,28961	1715,515
ATALAIA VLF (S-G23H)	P2AK	ULIANÓPOLIS	PA	311,13	596,96	21,67	929,76
BACABÁ (S-G63D)	I1BP	ESTREITO	MA	476,39	490,6	43,21	1010,2
BACABINHA (S-G61M)	I1AB	ESTREITO	MA	499,83	303,08	27,68	830,59
BAIXA ALEGRE	I3A1	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	135,16	2,791155	5,127885	143,079
BAIXA ALEGRE VLF (S-G55H)	P2AA	PARAGOMINAS	PA	375,84	470,1481	24,43704	870,4252
BALTAZAR	I2BP	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	27,58	0,15	0,92	28,65
BANDEIRANTES - SONHO MEU (S-G66O)	I2A7	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	543,62	513,5	46,99	1104,11
BANDEIRANTES VLF (S-G96G)	P1A7	DOM ELISEU	PA	134,68	150,35	10,21	295,24
BELA MANHÃ QG (S-G50D)	I5BC	AÇAILÂNDIA	MA	364,63	54,98	21,85	441,46
BELA VISTA(ELIETE) (S-G60L)	I3AS	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	93,32	9,755016	5,655324	108,7303
BELA VISTA E OUTRAS (S-G66U)	I5A0	ITINGA DO MARANHÃO	MA	668,92	190,3269	52,34221	911,5891
BELA VISTA_GLEBA A (S-G06I)	P1BN	DOM ELISEU	PA	68,79	221,1	7,92	297,81
BELA VISTA_GLEBA B (S-G06H)	P1BX	DOM ELISEU	PA	31,52	16,19	2,48	50,19
BELO HORIZONTE (S-BH01)	I3AR	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	540,64	626,71	69,62	1236,97
BLOCO BOA ESPERANÇA A (S-G61N)	I2AD	AÇAILÂNDIA	MA	3661,89	5859,92	313,41	9835,22
BLOCO ELDORADO (S-G61O)	I2AM	IMPERATRIZ	MA	1717,91	7677,74	341,6549	9737,304
BLOCO ITABAIANA (S-G62C)	I2AG	CIDELÂNDIA	MA	279,47	1846,89	18,66	2145,02
BLOCO MINEIROS(PAULO DUTRA)	P1B7	RONDON DO PARÁ	PA	2996,58	3655,638	1923,459	8575,677
BLOCO MONTE LIBANO (S-G61Q)	I2AC	AÇAILÂNDIA	MA	3346,48	2879,7	389,67	6615,85
BOA ESPERANÇA(S-G743)	I5B0	ITINGA DO MARANHÃO	MA	338,06	297,77	39,07	674,9
BOA ESPERANÇA - ROBERTO PACHECO (S-G03J)	I4AK	ITINGA DO MARANHÃO	MA	184,2	47,84191	20,33483	252,3767
BOA ESPERANÇA(HENRIQUE) (S-G748)	I3AU	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	208,95	11,67095	10,23769	230,8586
BOA ESPERANÇA(JOSE) (S-G722)	I5BW	ITINGA DO MARANHÃO	MA	122,49	264,5146	16,57	403,5746
BOA ESPERANÇA(TEREZINHA)	I1BW	ESTREITO	MA	332,66	150,37	32,48	515,51

BOA ESPERANÇA 3 (S-G61B)	I3AM	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	MA	1085,74	0	36,99	1122,73
BOA ESPERANÇA I, II E III (S-G02I)	I5AC	AÇAILÂNDIA	MA	255,03	108,03	26,88	389,94
BOA ESPERANÇA JS (S-G01J)	P2AB	PARAGOMINAS	PA	626,84	1568,4	56,4	2251,64
BOA ESPERANÇA VLF (S-G76G)	P1B2	DOM ELISEU	PA	224,05	249,26	14,98	488,29
BOA FE - MA (S-G61R)	I2A1	CIDELÂNDIA	MA	418,75	524,49	31,2	974,44
BOA SORTE 2 QG (S-G67S)	I5AI	AÇAILÂNDIA	MA	890,7	410,41	37,37	1338,48
BOA SORTE QG (S-G66S)	I5A7	BOM JARDIM	MA	1074,33	824,74	38,31	1937,38
BOA VISTA (S-G18H)	P1AD	DOM ELISEU	PA	78,16	152,0594	12,91832	243,1377
BOA VISTA (S-G740)	I5BY	ITINGA DO MARANHÃO	MA	123,03	164,17	15,08	302,28
BOA VISTA(NABARRO)	I5C1	ITINGA DO MARANHÃO	MA	104,78	35,83	4,82	145,43
BOA VISTA 3 (S-G61C)	I3AB	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	67,66	24,51	6,36	98,53
BOA VISTA QG (S-G67T)	I5AJ	AÇAILÂNDIA	MA	2267,52	777,8	100,36	3145,68
BOAS NOVAS 2 (S-G90G)	P1AC	DOM ELISEU	PA	167,97	288,2886	15,5105	471,7691
BOCA RICA (S-G746)	I5B1	ITINGA DO MARANHÃO	MA	291,45	401,71	25,56	718,72
BOLA BRANCA (S-G67I)	I4AB	AÇAILÂNDIA	MA	1129,45	97,02	24,63	1251,1
BOM FUTURO(GESSÉ)	I2BU	AÇAILÂNDIA	MA	780,03	414,33	44,66	1239,02
BOM FUTURO(NABARRO) (S-G755)	I2BK	JOÃO LISBOA	MA	102,33	12,38	4,46	119,17
BOM JESUS VLF (S-G75G)	P1BY	DOM ELISEU	PA	53,41	89,03	10,51	152,95
BONANZA VLF (S-G01G)	P2AC	PARAGOMINAS	PA	1151,18	1634,49	95,27	2880,94
CABECEIRA DOS TRES MORROS II (S-G62G)	I1AD	ESTREITO	MA	69,26	55,95	11,16	136,37
CACHOEIRA VLF (S-G60H)	P2A6	PARAGOMINAS	PA	380,24	1177,36	38,44	1596,04
CAJURU QG (S-G50A)	I5BD	AÇAILÂNDIA	MA	656,01	92,62	27,2	775,83
CALIFÓRNIA VLF (S-G01O)	P2AS	PARAGOMINAS	PA	927,88	2358,409	66,15445	3352,443
CAMPO ALEGRE A (S-G66Y)	I2AT	JOÃO LISBOA	MA	79,44	85,4939	5,228557	170,1625
CAMPO ALEGRE B (S-G66V)	I2AU	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	152,73	135,6751	11,29319	299,6982
CAMPO ALEGRE -MA (S-G61D)	I3AC	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	258,79	73,62	21,48	353,89
CAMPOS LINDOS (S-G01I)	I4AF	ITINGA DO MARANHÃO	MA	860,87	1427,07	32,06	2320
CANAA B (S-G67G)	I5AU	AÇAILÂNDIA	MA	1505,3	705,8913	84,33391	2295,525
CANNA A (S-G67F)	I5AK	AÇAILÂNDIA	MA	610,35	1400,699	21,1527	2032,202

CAPIM GROSSO	P1B6	ABEL FIGUEIREDO	MA	91,35	0,224711	3,614955	95,18967
CAPIXABA (S-G61E)	I3AQ	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	148,71	160,01	18,75	327,47
CERRADÃO (S-G61V)	O1AF	PALMEIRAS DO TOCANTINS	TO	477,93	840,76	37,91	1356,6
CÉU AZUL VLF (S-G70G)	P1BQ	RONDON DO PARÁ	PA	92,03	105,1904	8,938676	206,1591
CHALÉ II VLF (S-G40H)	P2AD	PARAGOMINAS	PA	759,29	1744,951	55,40527	2559,646
CHAPADA GRANDE (S-G61Z)	I2AF	DAVINÓPOLIS	MA	810,61	2273,059	86,29	3169,959
CLARAO DA LUA	I5B5	AÇAILÂNDIA	MA	230,58	108,07	10,44	349,09
COLINA	I2BQ	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	177,73	463,6964	33,30547	674,7318
CONQUISTADORA VLF (S-G24H)	P2AL	ULIANÓPOLIS	PA	421,88	651,4	27,92	1101,2
COTOVELO (S-BJ01)	I5BO	BOM JARDIM	MA	3701,89	3658,739	247,3908	7608,02
CRISTALINA E NOVA (S-G61I)	O1AC	ARAGUATINS	TO	195,09	348,37	7,06	550,52
CRUZEIRO (S-IM1B)	I2AL	IMPERATRIZ	MA	277,89	433,48	34,31	745,68
DEUS PROVERÁ VLF (S-G92G)	P1AG	DOM ELISEU	PA	17,84	20,4	1,27	39,51
DOIS IRMAOS (S-G66E)	I1BS	ESTREITO	MA	387,57	1354,88	42,55	1785
DOIS RIOS VLF (S-G31H)	P1B5	ULIANÓPOLIS	PA	142,19	217,23	17,65	377,07
DUAS IRMAS (S-G729)	I3AT	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	MA	43,34	1,25	3,36	47,95
EFRAIM VLF (S-DE1A)	P1AH	DOM ELISEU	PA	179,53	251	7,59	438,12
ESMERALDA BLOCO PONTAL (S-G66N)	I5A8	BOM JARDIM	MA	4915,1	3880,1	233,5	9028,7
ESMERALDA BLOCO PONTAL (S-G67B)	I5BU	AÇAILÂNDIA	MA	2718,19	1758,448	166,7942	4643,432
ESPERANÇA (S-G741)	I5BZ	ITINGA DO MARANHÃO	MA	113,68	122,2	11,72	247,6
ESPERANÇA - KYT (S-G02K)	I4AA	AÇAILÂNDIA	MA	1049,73	1273,18	36,24	2359,15
ESPERANÇA DORACI (S-G67P)	P1AI	DOM ELISEU	PA	112,27	135,0996	12,62454	259,9941
ESPERANÇA VLF (S-DE06)	P1BE	DOM ELISEU	PA	167,14	525,4	13,82	706,36
ESPLANADA	I2BT	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	65,1	1,48	8,17	74,75
ESPLANADA (S-G79G)	P1BF	DOM ELISEU	PA	832,97	1006,03	49,89	1888,89
ESPORA DE PRATA (S-G50X)	I5AB	AÇAILÂNDIA	MA	187,95	364,41	20,29	572,65
ESTRELA DALVA (S-G725)	I3AZ	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	MA	116,78	44,86	10,01	171,65
ESTRELA DALVA QG (S-G67U)	I5AL	AÇAILÂNDIA	MA	674,75	698,49	30	1403,24
ESTRELA DALVA VLF (S-G69G)	P1AX	RONDON DO PARÁ	PA	143,12	155,18	6,26	304,56
FABRICA IMPERATRIZ (S-G66K)	I2BC	IMPERATRIZ	MA	37,91	3407,04	72,9	3517,85

FARTURA (S-G62B)	I1AE	ESTREITO	MA	150,66	127,83	6,59	285,08
FAZENDA DA CURVA (S-G66Z)	I2AY	IMPERATRIZ	MA	42,27	66,52	4,71	113,5
FAZENDINHA (S-G64U)	I1BF	SÍTIO NOVO	MA	319,84	431,88	74,84	826,56
FELICIDADE - QG (S-G67X)	I5A5	ITINGA DO MARANHÃO	MA	293,1	189,86	26,51	509,47
FERROVIA 1 (S-G66H)	I2BB	IMPERATRIZ	MA	66,59	670,12	84,85	821,56
FLEXA DUPLA (S-G66X)	I4AG	ITINGA DO MARANHÃO	MA	1034,8	318,006	52,77576	1405,582
FLOR DE MINAS - GLEBA A (S-G08H)	P1BV	DOM ELISEU	PA	4,4	9,21	1,08	14,69
FLOR DE MINAS - GLEBA B (S-G08I)	P1BW	DOM ELISEU	PA	39,98	155,74	5,94	201,66
FLORESTY(GESSE) (S-G717)	I5BX	ITINGA DO MARANHÃO	MA	1003,44	226,23	78,57	1308,24
FRANCESA (S-G731)	I3AL	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	MA	38,78	0,381175	2,035675	41,19685
FRANQUEZA (S-G67K)	I3AA	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	MA	127,86	0	9,0554	136,9154
FRUTO DO PARA (S-G99G)	P1AJ	DOM ELISEU	PA	62,09	118,2161	16,26172	196,5678
GRUPO BARBALHO VLF (S-G46L)	P2AE	PARAGOMINAS	PA	2163,27	5445,21	260,49	7868,97
GRUPO ENTRE RIOS VLF (S-G33H)	P2BB	ULIANÓPOLIS	PA	578,33	980,206	52,9706	1611,507
GRUPO PANDOLFI VLF (S-G32H)	P2A2	ULIANÓPOLIS	PA	786,19	2101,33	84,2293	2971,75
GUACIARA II VLF (S-G01L)	P2A7	PARAGOMINAS	PA	507,38	813,1428	44,86664	1365,389
INAJA 1 QG (S-G50E)	I5BL	AÇAILÂNDIA	MA	389,51	48,86	11,64	450,01
INAJA 2 QG (S-G50C)	I5BE	AÇAILÂNDIA	MA	347,97	5,84	18,38	372,19
INDEPENDENCIA E OUTRAS (S-G67H)	I5AD	AÇAILÂNDIA	MA	203,19	376,7196	13,04	592,9496
INDEPENDENCIA VLF (S-G36H)	P2AM	ULIANÓPOLIS	PA	843,22	1096,753	66,82	2006,793
IRMÃOS SOLEDADE(THAIS)	I3A7	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	MA	46,03	7,94	3,33	57,3
ITAPARICA -MA (S-G62D)	I2A4	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	616,15	541,57	22,63	1180,35
JACAMIM VLF (S-G37H)	P2AZ	ULIANÓPOLIS	PA	4039,77	4465,22	296,37	8801,36
JANAINA VLF (S-G59H)	P2A8	PARAGOMINAS	PA	648,55	1784,97	46,15	2479,67
JAO (S-G65K)	P1AB	DOM ELISEU	PA	1054,67	1189,867	62,18326	2306,72
JARDIM ALEGRE (S-G64E)	I5BA	ITINGA DO MARANHÃO	MA	110,85	597,8665	13,92581	722,6423
JARDIM E SANTA LUCIA (S-G711)	I3AI	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	76,99	12,58	7,82	97,39
JUMBO - QG (S-G50F)	I5BF	AÇAILÂNDIA	MA	854,43	272,09	71,68	1198,2

JUREMA (S-G02J)	I3AV	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	MA	11288,9	8534,526	765,44	20588,87
LAEL VLF (S-G81G)	P1AK	DOM ELISEU	PA	274,07	253,5136	28,25485	555,8384
LAGO AZUL (S-G399)	I5B2	AÇAILÂNDIA	MA	7617,99	4185,67	449,27	12252,93
LAGO DOURADO VLF (S-G98G)	P1AM	DOM ELISEU	PA	146,54	356,09	17,56	520,19
LAGOA BONITA 02 (S-I001)	I2BD	IMPERATRIZ	MA	201,79	262,51	15,21	479,51
LAGOA DA FLORESTA VLF (S-DE03)	P1AL	DOM ELISEU	PA	525,01	609,37	51,27	1185,65
LARANJEIRA (S-G67L)	I4AM	AÇAILÂNDIA	MA	567,1	1219,78	61,66	1848,54
LEOANDRA - GLEBA B (S-G07J)	P1BG	DOM ELISEU	PA	190,5	495,3	17,27	703,07
LEOANDRA - GLEBA C (S-G07I)	P1BU	DOM ELISEU	PA	40,81	47,14	4,55	92,5
LEONAM (S-G62E)	O1AM	RIACHINHO	TO	351,95	382,8	36,69	771,44
LIMOEIRO (S-G67O)	I5BG	AÇAILÂNDIA	MA	224,93	142,33	27,15	394,41
LIRIO DO VALE 3 (S-G91G)	P1AO	DOM ELISEU	PA	173,69	153,2484	11,8713	338,8097
LIRIO DO VALE VLF (S-G80G)	P1AN	DOM ELISEU	PA	206,59	243,8543	8,105273	458,5496
LOGRADOURO 1 (S-G64M)	I1BL	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	MA	99,32	192,77	21,38	313,47
LORENA (S-G730)	I2BH	AÇAILÂNDIA	MA	502,2	45,06499	19,8683	567,1333
LUA CHEIA (FF FRANCISCANO)	I2BL	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	650,08	552,5064	59,24844	1261,835
MAAB - A (S-G62F)	O1AK	ANGICO	TO	517,02	1126,49	35,8	1679,31
MAAB - B (S-G65T)	O1AN	ANGICO	TO	61,14	234,37	7,58	303,09
MAAB - C (S-G65S)	O1AL	ANANÁS	TO	513,53	1319,4	103,12	1936,05
MANGUEIRA 2 - QG (S-G50J)	I5AM	AÇAILÂNDIA	MA	169,13	45,34	19,25	233,72
MARAMBAIA (S-G91A)	I2A9	AÇAILÂNDIA	MA	486,03	161,78	41,56	689,37
MARAVILHA	I5B7	ITINGA DO MARANHÃO	MA	174,11	91,95	6,65	272,71
MARIA IZABEL QG (S-G50Q)	O1AJ	ARAGUATINS	TO	1639,43	2114,26	111,77	3865,46
MEGABYTE II VLF (S-G04H)	P1AP	DOM ELISEU	PA	417,17	807,08	50,43	1274,68
MEINARA VLF (S-G01K)	P2AF	PARAGOMINAS	PA	1199,72	4090,545	84,83557	5375,1
MENINO JESUS	P1B5	ULIANÓPOLIS	PA	473,04	1014,482	43,82798	1531,35
MENINO JESUS VLF (S-G30H)	P2A1	ULIANÓPOLIS	PA	832,26	1243,08	60,79	2136,13
MIARIN (S-G62I)	I1AF	ESTREITO	MA	1127,02	912,06	84,65	2123,73
MIRONGA VLF (S-G53H)	P2AN	PARAGOMINAS	PA	5102,92	9383,05	283,93	14769,9
MONTE ALEGRE B (S-G62J)	I2AH	CIDELÂNDIA	MA	580,68	564,59	76,15	1221,42
MONTE CRISTO(GLADSTONE)	I3A3	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	MA	914,33	1071,486	60,28098	2046,097
MONTE CRISTO VLF (S-G38H)	P2AG	PARAGOMINAS	PA	937,39	3370,08	99,63	4407,1

MONTE SINAI - GERSON CARLOS (S-G08C)	I5BQ	AÇAILÂNDIA	MA	254,8	16,85395	18,58862	290,2426
MONTES ALTOS (S-G68E)	I5AT	AÇAILÂNDIA	MA	185,46	58,89	19,27	263,62
MORADA DO SOL (S-AC01)	I5AX	AÇAILÂNDIA	MA	83,5	101,8184	9,448681	194,767
MORRO ALEGRE (S-G65U)	I1AG	ESTREITO	MA	30,65	85,19	10,97	126,81
MUQUEM E RIACHINHO (S-G63F)	O1AG	PALMEIRAS DO TOCANTINS	TO	630,86	503,82	60,31	1194,99
N. SENHORA APARECIDA DO BRAZ (S-G08A)	I5AW	AÇAILÂNDIA	MA	300,1	582,89	30,36	913,35
NEBULOSA- QG (S-G50B)	I5BH	AÇAILÂNDIA	MA	611,86	218,42	25,96	856,24
NOSSA SENHORA APARECIDA (S-G17H)	P1BZ	DOM ELISEU	PA	592,92	741,1306	23,04191	1357,093
NOSSA SENHORA APARECIDA (S-G66F)	I1BB	RIBAMAR FIQUENE	MA	236,24	326,2127	16,86495	579,3176
NOSSA SENHORA APARECIDA VLF (S-G02H)	P1A5	DOM ELISEU	PA	186,61	205,7	15,76	408,07
NOVA DESCOBERTA (S-G67Q)	I5BI	AÇAILÂNDIA	MA	235,09	228,327	30,11	493,527
NOVA DESCOBERTA QG (S-G50N)	I6AF	BOM JARDIM	MA	10183,76	6170,79	352,92	16707,47
NOVA ESPERANÇA (S-G01Y)	I5BM	AÇAILÂNDIA	MA	149,33	17,22	9,81	176,36
NOVA ESPERANCA(JOSÉ) (S-G750)	I5B3	ITINGA DO MARANHÃO	MA	2088,65	682,0354	96,78234	2867,468
NOVO HORIZONTE VLF (S-G09H)	P1A4	DOM ELISEU	PA	76,27	205,76	9,67	291,7
NOVO PROGRESSO VLF (S-G12H)	P1BI	DOM ELISEU	PA	175,08	301,2839	20,10305	496,4669
OURO ACHADO E SÃO JOSÉ (S-G50G)	I5AE	AÇAILÂNDIA	MA	239,91	86,91	61,38	388,2
OURO VERDE (S-G68F)	I1BU	PORTO FRANCO	MA	486,86	627,13	64,98151	1178,972
PACIENCIA (S-G64Q)	I1BM	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	MA	23,47	16,49	4,5	44,46
PALMARES (S-G64L)	I1BN	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	MA	561,61	454,58	40,32	1056,51
PAMPULHA (S-G60D)	I5BK	ITINGA DO MARANHÃO	MA	386,04	275,5111	38,20349	699,7546
PANCERA VLF (S-G78G)	P1B0	DOM ELISEU	PA	209,17	121,1376	12,3741	342,6818
PARAISO 2 (S-G04D)	I5BB	ITINGA DO MARANHÃO	MA	107,05	40,84	11,11	159
PARAISO VLF (S-G49H)	P2AT	PARAGOMINAS	PA	1010,96	3125,719	81,13605	4217,815
PAULISTA (S-G10H)	P1AQ	DOM ELISEU	PA	96,1	173,0147	15,58387	284,6985
PEQUIA - QG (S-G50I)	I5AN	AÇAILÂNDIA	MA	56,54	0,35	3,74	60,63
PEROLA (S-G720)	I4AT	ITINGA DO MARANHÃO	MA	1174,53	369,6013	70,82442	1614,956
PINGO DE OURO E GUANABARA (S-G726)	I5BP	ITINGA DO MARANHÃO	MA	166,75	285,5414	14,46539	466,7568

PIONEIRA -MA (S-G61F)	I3AD	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	294,26	354,21	29,63	678,1
PIRAMIDE - QG (S-G50R)	I5A2	AÇAILÂNDIA	MA	219,33	15,87	6,87	242,07
PITANGA DO MARANHAO (S-G65V)	I1AH	ESTREITO	MA	239,42	179,49	19,5	438,41
PLANALTO(AGNELO)	I1BX	ESTREITO	MA	618,45	416,57	34,42	1069,44
PLANALTO 123 (S-G62M)	I2A8	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	MA	334,21	304,92	19,67	658,8
PLANALTO VLF (S-G22H)	P1A6	ULIANÓPOLIS	PA	702,54	1499,33	70,01	2271,88
PLANICIE E OUTRAS (S-G62W)	I5AA	AÇAILÂNDIA	MA	249,39	109,1869	14,85314	373,43
PONTAL - QG (S-G50M)	I5AS	BOM JARDIM	MA	874,34	399,75	31,94	1306,03
PONTAL 2 QG (S-G50L)	I5BJ	AÇAILÂNDIA	MA	437,85	166,26	30,77	634,88
PRECIOSA VLF (S-G19H)	P1AS	DOM ELISEU	PA	92,44	171,96	19,0605	283,4605
PRINCIPIO - MA (S-G65F)	I2A2	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	MA	109,3	89,85	9,3	208,45
RAIO DE SOL 1 - KYT - PINDORAMA (S-G02L)	I4AL	ITINGA DO MARANHÃO	MA	385,69	4,99	14,56535	405,2454
RAIO DE SOL 1 - KYT - PINDORAMA (S-G03I)	I4AJ	ITINGA DO MARANHÃO	MA	374,5	240,53	12,64	627,67
RANCHO KING (S-G67N)	P1BR	DOM ELISEU	PA	610,47	1217,221	48,20431	1875,895
RECANTO DAS PALMEIRAS(JACI)	I3A6	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	MA	70,12	0,92	3,11	74,15
REDENÇÃO (S-G68A)	I5AZ	ITINGA DO MARANHÃO	MA	893,12	2921,42	78,06	3892,6
RIO BONITO VLF (S-G67M)	P1A9	DOM ELISEU	PA	376,41	557,1961	54,36931	987,9754
RIO BURITI - QG (S-G50P)	I6AB	BOM JESUS DAS SELVAS	MA	3993,12	3535,7	269,61	7798,43
RIO DOCE VLF (S-G54H)	P2AH	PARAGOMINAS	PA	705,48	2186,76	98,96	2991,2
RIO DOS SONHOS (S-G739)	I6AI	BOM JESUS DAS SELVAS	MA	1043,97	1748,508	116,6133	2909,091
RIO DOURADO QG (S-G500)	I6AE	SANTA LUZIA	MA	1366,63	6378,71	97,22	7842,56
RODOMINAS (S-G66G)	I5A4	BOM JESUS DAS SELVAS	MA	2847,48	2952,55	138,53	5938,56
SALEM VLF (S-G93G)	P1AT	DOM ELISEU	PA	344	365,25	12,52	721,77
SALMO 23(MARIA DA GLORIA)	I3A2	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	43,84	2,5	4,71	51,05
SAMAYPATA VLF (S-G01M)	P2AI	PARAGOMINAS	PA	189,18	204,97	12,01	406,16
SANRAFAEL (S-G67R)	I2AB	JOÃO LISBOA	MA	314,13	333,85	24,53686	672,5169

SANTA ALEGRIA (S-G01E)	I5AV	ITINGA DO MARANHÃO	MA	152,94	277,1856	11,61362	441,7392
SANTA CATARINA QG (S-G67Z)	I5A3	AÇAILÂNDIA	MA	2935,96	2647,19	140,32	5723,47
SANTA CRUZ QG (S-G01Z)	I4AI	AÇAILÂNDIA	MA	1300,49	1500,87	54,92	2856,28
SANTA FÉ VLF (S-G05H)	P1B3	DOM ELISEU	PA	1127,29	1963,19	74,96895	3165,449
SANTA LUZIA (S-G66Q)	I5AP	AÇAILÂNDIA	MA	253,26	271,8929	27,51615	552,669
SANTA LUZIA - BELMIRO (S-G62Y)	I5AQ	AÇAILÂNDIA	MA	237,38	181,16	27,46	446
SANTA LUZIA(HAYRAN)	I5B6	ITINGA DO MARANHÃO	MA	70,02	52,91	2,94	125,87
SANTA MARIA (S-G20H)	P1BJ	DOM ELISEU	PA	618,61	1124,31	60,27	1803,19
SANTA MARIA (S-G62N)	I2AO	IMPERATRIZ	MA	1190,34	2514,18	196,85	3901,37
SANTA MARIA(LUIZ LIRA) (S-G721)	I2BG	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	127,81	170,5365	12,6824	311,0289
SANTA MARIA HM VLF (S-DE04)	P1A8	DOM ELISEU	PA	533,86	651,19	25,55	1210,6
SANTA MARIA QG (S-G67V)	I4AC	AÇAILÂNDIA	MA	1499,16	235,33	38,38	1772,87
SANTA MARTA - QG (S-G50S)	I4AD	AÇAILÂNDIA	MA	2443,47	198,04	107,57	2749,08
SANTA RITA (S-SB03)	I2BE	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	65,41	55,85549	8,756291	130,0218
SANTA RITA VLF (S-DE05)	P1BA	DOM ELISEU	PA	299,18	476,15	34,01	809,34
SANTA ROSA (S-G67E)	I2AP	IMPERATRIZ	MA	545,87	556,7831	55,48685	1158,14
SANTA ROSA (S-G709)	I3AF	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	114,54	9,153028	11,15679	134,8498
SANTA TEREZA (S-G01H)	P1AU	DOM ELISEU	PA	168,13	353,78	11,66	533,57
SANTA TEREZA 1 (S-G21H)	P1A0	ULIANÓPOLIS	PA	191,25	606,33	27,7	825,28
SANTA TEREZA 2 (S-G94G)	P1A1	DOM ELISEU	PA	166,51	394,1	19,2	579,81
SANTANA (S-IM2B)	I5AY	ITINGA DO MARANHÃO	MA	469,83	120,37	38,36	628,56
SANTO ANTÔNIO DA BARRA (S-G95G)	P1AA	DOM ELISEU	PA	746,95	1116,94	62,09	1925,98
SAO BENTO - MA (S-G62O)	I4AO	AÇAILÂNDIA	MA	4643,96	6688,05	104,69	11436,70
SAO CARLOS (S-G67J)	I5AO	AÇAILÂNDIA	MA	335,29	333,42	41,88	710,59
SÃO DOMINGOS	I2BM	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	145,34	9,59	6,91	161,84
SÃO FRANCISCO - JOSÉ MASPULE (S-G60A)	I4AH	ITINGA DO MARANHÃO	MA	1606,84	1209,55	60,14	2876,53
SÃO FRANCISCO 1 E CABORÉ (S-G62P)	I1AU	SÍTIO NOVO	MA	365,68	233,36	24,06	623,1
SÃO FRANCISCO 2 E QUEIROZ (S-G62Q)	I1BI	SÍTIO NOVO	MA	905,78	654,75	54,38	1614,91
SÃO FRANCISCO E OUTRAS (S-G66T)	I5AR	AÇAILÂNDIA	MA	122,26	6,74	13,94	142,94

SÃO GERALDO - QG (S-G67Y)	I5A6	ITINGA DO MARANHÃO	MA	467,91	554,64	2,11	1024,66
SÃO JOÃO BATISTA (S-G65X)	I1A8	ESTREITO	MA	53,65	63,67	8,1	125,42
SÃO JOAO E OUTRAS (S-G60B)	I2A3	JOÃO LISBOA	MA	338,84	144,56	28,69	512,09
SAO JOAO -MA (S-G62R)	I2BF	IMPERATRIZ	MA	115,26	529,11	26,91	671,28
SAO JOSE (S-G01V)	I4AR	AÇAILÂNDIA	MA	1058,12	1868,314	78,14464	3004,579
SÃO JOSÉ(JOSÉ DE ALENCAR)	I2BN	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	98,18	28,63	4,77	131,58
SAO JOSE 3 - B (S-G62S)	I2AI	CIDELÂNDIA	MA	369,96	814,54	42,15	1226,65
SÃO JOSÉ E SÃO BENTO (S-G68G)	I3AN	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	156,29	28,88	8,89	194,06
SÃO JOSÉ E VENEZA (S-G51A)	I5AF	ITINGA DO MARANHÃO	MA	255,84	567,7948	24,54	848,1748
SÃO JOSÉ VLF (S-G13H)	P1B1	DOM ELISEU	PA	196,39	352,99	24,34	573,72
SAO LOURENÇO -MA (S-G61G)	I3AG	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	125,65	11,95	7,92	145,52
SAO LUCAS (S-G61H)	I3AE	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	390,88	50,73197	48,02	489,632
SAO LUIS(PLANALTO) (S-SB02)	I2AV	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	PA	229,88	36,25	14,43	280,56
SAO PAULO - MA (S-G62T)	I2AZ	CIDELÂNDIA	MA	146,76	164,73	10,01	321,5
SÃO PEDRO HR (S-G60C)	P1BK	DOM ELISEU	PA	2239,12	2097,49	111,07	4447,68
SÃO PEDRO PA VLF (S-G03H)	P1AV	DOM ELISEU	PA	159,73	175,1631	11,09541	345,9885
SÃO PEDRO VLF (S-G01N)	P2AU	PARAGOMINAS	PA	499,91	551,0691	40,59	1091,569
SÃO RAIMUNDO(SFR)	I2BO	JOÃO LISBOA	MA	169,29	51,59	4,86	225,74
SÃO ROQUE - MA (S-G63E)	O1AH	DARCINÓPOLIS	TO	278,02	593,7	29,32	901,04
SÃO SEBASTIÃO (S-G62U)	I1BQ	ESTREITO	MA	557,34	603,35	52,84	1213,53
SAPUCAIA - MA (S-G63P)	I1BV	ESTREITO	MA	448,99	542,7023	37,5	1029,192
SAUDADE DE MINAS (S-DE02)	P1BL	DOM ELISEU	PA	2848,57	3585,49	183,93	6617,99
SAYONARA VLF (S-G39H)	P2AV	PARAGOMINAS	PA	502,66	2306,63	50,29	2859,58
SENHOR DO BOMFIM (S-G01P)	P2AW	PARAGOMINAS	PA	227,95	345,04	14,74	587,73
SENHOR DO BOMFIM 1 (S-G51H)	P2AX	PARAGOMINAS	PA	674,62	1120,915	51,95	1847,485
SENHOR DO BOMFIM 2 (S-G52H)	P2AY	PARAGOMINAS	PA	532,6	1280,179	42,83957	1855,619
SERRA (S-G66P)	I2BA	JOÃO LISBOA	MA	2136,11	1774,51	160,24	4070,86
SERRA (S-S66P)	I2AR	JOÃO LISBOA	MA	122,34	395,03	10,96	528,33
SERRA BRANCA (S-G62V)	I2AQ	IMPERATRIZ	MA	9,06	276,41	1,25	286,72
SERRA DO OLHO DAGUA (S-G63N)	I1A7	ESTREITO	MA	141,55	108,37	20,88	270,8

SERRA GRANDE - JOSÉ (S-SG99)	I5BT	ITINGA DO MARANHÃO	MA	576,17	138,4	20,51	735,08
SETE FLECHAS (S-G61L)	O1AD	DARCINÓPOLIS	TO	648,13	419,62	27,62	1095,37
SITIO SÃO JOÃO VLF (S-G27H)	P2AP	ULIANÓPOLIS	PA	190,51	287,73	8,32	486,56
SITIO SÃO JOSÉ VLF (S-G28H)	P2AQ	ULIANÓPOLIS	PA	164,41	315,46	6,69	486,56
SITIO SECULO XXI VLF (S-G29H)	P2AR	ULIANÓPOLIS	PA	236	241,47	10,22	487,69
SOLEDADE E SÍTIO DONA DOLA	I3A5	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	MA	106,1	5,23	4,75	116,08
SOMBRA DA TARDE (S-IM3B)	I5BV	ITINGA DO MARANHÃO	MA	206,63	341,8606	20,47258	568,9632
SURPRESA VLF (S-G01S)	P1BM	DOM ELISEU	PA	1217,01	922,271	59,12079	2198,402
TABOLEIRO (S-G62Z)	I1BT	ESTREITO	MA	584,14	636,48	52,57	1273,19
TAMBORIL (S-G63B)	O1AA	ANGICO	TO	1508,38	2643,24	173,55	4325,17
TERRA BONITA (S-G728)	P1B4	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	PA	810,1	548,67	85,16	1443,93
TERRA PLANA (S-G710)	I3AH	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	102,8	7,262079	8,82	118,8821
TERRA ROXA (S-G89G)	P1AW	DOM ELISEU	PA	128,61	178,55	10,73	317,89
TIRIRICA - BLOCO GROTA (S-G63J)	I1AC	ESTREITO	MA	569,24	801,2363	58,63	1429,106
TOBASA (S-G63G)	O1AI	ARAGUATINS	TO	286,48	248,8	17,96	553,24
TOCA DA ONÇA (S-G66M)	I1BJ	SÍTIO NOVO	MA	909,22	1178,278	61,6211	2149,119
TUPA (S-G719)	P1BB	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	PA	613,63	1394,51	30,98	2039,12
VAI E VEM VLF (S-G58H)	P2A9	PARAGOMINAS	PA	276,68	1027,007	41,03604	1344,723
VALE DO RIO FEIO (S-G62H)	I1AK	ESTREITO	MA	34,16	145,08	6,51	185,75
VENEZA (S-G08J)	P1BO	DOM ELISEU	PA	79,83	188,13	11,25	279,21
VERÃO VERMELHO (S-G62K)	I3AJ	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	922,07	1418,159	31,35649	2371,585
VERÃO VERMELHO- MA (S-G63C)	I2A0	CIDELÂNDIA	MA	184,07	374,31	29,86	588,24
VIANA E BELA VISTA (S-G60J)	I3AO	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	MA	99,34	0,094808	3,601658	103,0365
VIÇOSA (S-G67D)	I5BN	AÇAILÂNDIA	MA	447,75	978,64	26,26	1452,65
VIDA NOVA VLF (S-G26H)	P1A2	ULIANÓPOLIS	PA	354,87	855,97	38,98	1249,82
VISCAYA (S-G96A)	P1BC	DOM ELISEU	PA	747,41	2218,35	87,99	3053,75
VISTA ALEGRE II (S-G60K)	I3AP	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	79,4	1,284183	4,875526	85,55971

VISTA ALEGRE II E PIONEIRA(ERIOMARCIO) (S-G732)	I3AK	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	PA	284,03	42,61382	16,07394	342,7178
VITAMINA (S-G02N)	I5AG	ITINGA DO MARANHÃO	MA	454,43	225,5087	27,89537	707,834
CASA VERDE	I5C2	ITINGA DO MARANHÃO	MA	484,49	0,00	14,08	498,57
CHACARA SAO BENTO (S-G61X)	I2AW	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	MA	0,00	39,22	3,00	42,22
FERROVIA 2 (S-G66I)	I2A5	JOÃO LISBOA	MA	0,00	137,00	124,60	261,60
FORMOSA	I2BV	SENADOR LA ROCQU	MA	1.530,51	0,00	72,70	1.603,21
INDIANA	I2BZ	AÇAILÂNDIA-MA		528,62	0,00	38,52	567,14
LEOANDRA / GLEBA A (S-G07H)	P1BT	DOM ELISEU	PA	0,00	59,03	1,59	60,62
RIO DOS SONHOS I(DAMIÃO)	I5B9	BOM JESUS DAS SELVAS	MA	1.792,97	0,00	79,70	1.872,67
RIO DOS SONHOS II(DAMIÃO)	I5B8	BOM JESUS DAS SELVAS	MA	219,64	0,00	8,60	228,24
RIO DOS SONHOS III(DAMIÃO)	I5C0	BOM JESUS DAS SELVAS	MA	296,02	0,00	14,49	310,51
SÃO FRANCISCO - IM (S-G60I)	I4AE	ITINGA DO MARANHÃO	MA	0,00	0,00	0,11	0,11
SERTANEJA (S-G62X)	I2AX	IMPERATRIZ	MA	0,00	418,59	50,73	469,32
BANDEIRANTES I	I2BX	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	MA	95,72	0,00	6,04	101,76
SÃO PEDRO	I2CA	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	MA	32,94	0,00	6,93	39,87
SANTO ANTONIO - MA	I2CB	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	MA	74,19	0,00	3,64	77,83
PRIMAVERA	I2CC	JOÃO LISBOA	MA	43,50	0,00	0,00	43,50
BARRO PRETO(LAGOA BONITA)	I2CD	SENADOR LA ROCQUE	MA	250,65	0,00	13,00	263,65
TOTAL				215.864,15	254.556,39	17.222,84	487.643,38

1.3.4. UMFs do certificado de UMF-múltipla ou Membros de Grupo

Não aplicável. Não se trata de certificado de UMF-múltipla ou em Grupo.

1.4. Produtos no escopo da certificação

Produtos madeireiros		
Nível 1	Nível 2	Espécies (Nome científico e nome comum/ comercial)
010000 Tora de madeira	<input type="checkbox"/> 010100 Toras para madeira serrada e laminada	
	<input checked="" type="checkbox"/> 010200 Toras para Celulose	<i>Eucalyptus grandis; E. urophylla; E. camaldulensis; E. brassiana; E. tereticornis; C. citriodora; C. torelliana; E. pellita; E. grandis x E. urophylla; Eucalyptus brassiana x Eucalyptus grandis; Eucalyptus grandis x Eucalyptus brassiana; Eucalyptus brassiana x Eucalyptus urophylla; Eucalyptus grandis x Eucalyptus tereticornis; Eucalyptus urophylla x Eucalyptus brassiana; Corymbia citriodora x Corymbia torelliana; Eucalyptus platyphylla;</i> híbridos de eucalipto.
	<input type="checkbox"/> 010300 Cavaco e partículas Ex.: Serragem, pó de lixar	
	<input type="checkbox"/> 010400 Resíduos de madeira Ex.: Galhos, ramos, copas de árvores e similares	
	<input type="checkbox"/> 010500 Casca	
	<input type="checkbox"/> 010600 Outras toras de madeira	
020000 Lenha e madeira para energia	<input type="checkbox"/> 020100 Lenha Ex.: Lenha, lascas, serragem, resíduos de madeira	
	<input type="checkbox"/> 020200 Carvão	
	<input type="checkbox"/> 020300 Pellets e briquetes	

<input type="checkbox"/> 020400 Madeira para energia	
<input type="checkbox"/> Outros produtos madeireiros não listados acima. Por favor, descreva:	

Produtos florestais não madeireiros (PFNM)
<input checked="" type="checkbox"/> N/A – Não há manejo de PFNM.

1.5. Áreas florestais fora do escopo da certificação

Breve descrição de qualquer área florestal sobre a qual o detentor do certificado tem alguma responsabilidade, seja como proprietário (incluindo propriedade compartilhada ou parcial), gerente, consultor ou outra responsabilidade) e que o detentor do certificado escolheu para excluir do escopo do certificado, juntamente com uma explicação do motivo.	As áreas das Regionais de Urbano Santos (PA), Teresina (PI) e a propriedade localizada no Amazonas (AM), totalizando 152.290,68 ha pertencentes a Suzano MA, não estão incluídas no escopo de certificação da Unidade de Manejo Florestal (UMF). Estas áreas não foram incluídas no processo de avaliação de certificação por não fazerem parte, no momento, do abastecimento da fábrica localizada em Imperatriz - MA. A Suzano possui outras UMF localizadas nos estados da BA, ES, MS e SP que possuem suas próprias certificações.
Área de floresta própria / manejada, mas excluída do escopo do certificado	
Área total fora do escopo do certificado (ha)	185.353,83

Descrição das UMFs excluídas ou áreas florestais removidas do escopo da certificação:				
Nome da UMF/ Razão Social/ Membro do Grupo (se aplicável)	Nome da Fazenda ou Talhão	Motivo da exclusão/excisão do escopo	Local (município, estado, país)	Área Total (ha)
-	CONDOMÍNIO BARRA DA ONÇA (S-G45U)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	3898,53
-	CONDOMÍNIO MARFLORA (S-G46E)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	186,07
-	CONDOMÍNIO BOA UNIÃO (S-G46F)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	2275,03

-	CONDOMÍNIO FILADÉLFIA (S-G46S)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	7869,5
-	CONDOMÍNIO SOBREIRO (S-G47D)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	3428,89
-	FACÃO (S-G47L)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	482,43
-	FACÃO (S-G47M)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	428,43
-	FACÃO (S-G47P)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	488,64
-	FACÃO (S-G47N)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	301,55
-	FAZ FACÃO I (S-G47Q)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	27,15
-	CONDOMÍNIO CONRADO (S-G41A)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	561,52
-	CONDOMÍNIO MARFLORA II (S-G41D)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	477,17
-	CONDOMÍNIO MARGUSA E MARGUSA (S-G41I)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	189,14
-	CONDOMÍNIO VEREDA (S-G41J)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	2203,11
-	SAO FRANCISCO (S-G41M)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	183,51
-	CUPIM DA PEDRA (S-G41N)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	666,61
-	MOSQUITO (S-G41H)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	145,2
-	MUCURA III P III (S-G41R)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	393,59
-	CONDOMÍNIO ARARAS (S-G42J)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	543,88
-	SANTA ROSA (S-G43L)	Não fornecem à UF	MATA ROMA, MA	1835,31
-	COCALZINHO SANTIAGO (S-G44K)	Não fornecem à UF	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO, MA	1415,21
-	BAIXÃO DA COCEIRA (S-G44Z)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	115,3
-	BAIXÃO DA COCEIRA II (S-G44W)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	87,15
-	BARRA DA CAMPINEIRA II (S-G45B)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	303,14
-	BURITI SECO (S-G45F)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	360,89
-	BURITIZINHO (S-G45G)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	92,25

-	CAMPINEIRA (S-G45H)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	217,16
-	CAMPINEIRA I (S-G45J)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	70,14
-	CAPÃO III (S-G45L)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	146,58
-	CAPÃO IV (S-G45M)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	71,99
-	COCEIRA (S-G45O)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	537,58
-	COCEIRA (S-G45P)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	48,43
-	COCEIRA III (S-G45Q)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	79,48
-	CONDOMÍNIO ÁGUA FRIA (S-G45R)	Não fornecem à UF	BARREIRINHAS, MA	1519,04
-	VITORINO (S-G41T)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	199,06
-	ANGRA (S-G41U)	Não fornecem à UF	BREJO, MA	72,72
-	ANGRA I (S-G41V)	Não fornecem à UF	BREJO, MA	251,21
-	MARFLORA (S-G41W)	Não fornecem à UF	BREJO, MA	244,64
-	MARFLORA (S-G41X)	Não fornecem à UF	BREJO, MA	94,41
-	MARFLORA (S-G41Y)	Não fornecem à UF	BREJO, MA	1149,74
-	MARFLORA (S-G41Z)	Não fornecem à UF	BREJO, MA	212,14
-	MARFLORA (S-G42A)	Não fornecem à UF	BREJO, MA	77,94
-	CRISPIM (S-G42B)	Não fornecem à UF	BARREIRINHAS, MA	197,23
-	ÁGUA BRANCA II (S-G42C)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	38,56
-	MARFLORA (S-G47Z)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	89,08
-	MARGUSA (S-G48C)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	934,54
-	MARGUSA (S-G48E)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	715,15
-	MARGUSA (S-G48H)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	596,68
-	MARGUSA (S-G48I)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	1101,65

-	MONTE AZUL I (S-G48K)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	2548,36
-	MORADA NOVA (S-G48L)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	273,3
-	SÃO JOSÉ (S-G48M)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	291,77
-	SÃO JOSÉ (S-G48Q)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	74,18
-	TUTURUBÁ I (S-G48S)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	68,3
-	VELHA (S-G48T)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	560,04
-	CONTRATO 152 (S-G49B)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	151,65
-	CAPÃO (S-G49E)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	638,75
-	CONDOMÍNIO CUSTÓDIO (S-G49J)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	595,3
-	CONDOMÍNIO BOMFIM (S-G49K)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	12058,28
-	CONDOMÍNIO MARFLORA I (S-G49U)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	920,63
-	TODOS OS SANTOS E JUSSARA (S-G49W)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	3007,08
-	JUÇARAL (S-US5F)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	551,08
-	LARANJEIRA (S-G50H)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	631,34
-	SANTA ROSA E MAÇAL C_240 (S-G50T)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	1129,03
-	MARGUSA (S-G41O)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	195,99
-	MARGUSA P III (S-G41Q)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	62,75
-	SÃO DOMINGOS (S-G41S)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	196,65
-	RBR (S-G43E)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	1011,36
-	SAMBAIBA (S-G43H)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	504,57
-	SANTA MARIA (S-G43I)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	57,04
-	SÃO CARLOS (S-G43F)	Não fornecem à UF	ANAPURUS, MA	184,04
-	SÃO JOSÉ (S-G43G)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	185,27

-	TODOS OS SANTOS III (S-G43J)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	169,37
-	VEADO BRANCO (S-G43K)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	479,35
-	ARAÚJO (S-G43M)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	171,58
-	BARROS (S-G43N)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	191,49
-	BOM JESUS (S-G43O)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	493,98
-	ÁGUA BRANCA IV (S-G42D)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	53,42
-	BAIXÃO I (S-G42E)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	71,31
-	BENTIVI (S-G42F)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	157,33
-	CALDAS I (S-G42G)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	89,02
-	CAMPO LIMPO (S-G42H)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	236,53
-	ENGENHO VELHO I (S-G42K)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	24,35
-	ENGENHO VELHO II (S-G42L)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	62,72
-	JACARANDA (S-G42M)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	48,88
-	JIBÓIA (S-G42N)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	150,53
-	LAGOA DAS CARAÍBAS IX (S-G42Q)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	189,92
-	LAGOA DAS CARAÍBAS V (S-G42O)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	149,07
-	LAGOA DAS CARAÍBAS VI (S-G42P)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	348,93
-	LAGOA DAS CARAÍBAS X (S-G42R)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	91,83
-	LAGOA DAS CARAÍBAS IX (S-G42S)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	219,22
-	MARFLORA 10 (S-G42T)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	60,24
-	MARFLORA 13 (S-G42U)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	509,72
-	MARFLORA 16 (S-G42V)	Não fornecem à UF	BREJO, MA	284,37
-	MARFLORA 17 (S-G42W)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	595,72

-	MARFLORA 19 (S-G42X)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	225,67
-	MARFLORA 22 (S-G42Y)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	1293,29
-	MARFLORA 9 (S-G42Z)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	90,82
-	MARGUSA (S-G43A)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	278,76
-	MESQUITA II (S-G43B)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	150,07
-	MILAGRES (S-G43C)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	272,83
-	PRATA A (S-G43D)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	694,7
-	PRATA B (S-G45V)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	98,15
-	ALVES (S-G44T)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	44,44
-	ALVES (S-G44U)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	316,76
-	BAIXÃO II (S-G44X)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	928,62
-	BAIXÃO II (S-G44Y)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	1290,77
-	BARRA DA ONÇA II (S-G45C)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	61,58
-	BELO JARDIM (S-G45D)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	96,94
-	BOA UNIÃO (S-G45E)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	3243,75
-	CAMPINEIRA (S-G45I)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	35,31
-	CARDOSO (S-G43P)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	220,74
-	CUNHA (S-G43Q)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	174,24
-	GOMES (S-G43R)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	173,23
-	LIBÉRIO (S-G43S)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	179,43
-	LISBOA I (S-G43T)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	205,85
-	MAGALHÃES (S-G43U)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	157,71
-	MARTINS (S-G43V)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	194,56

-	NONATO (S-G43W)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	144,26
-	PEREIRA (S-G43X)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	168,26
-	SANTO ANTÔNIO (S-G43Z)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	232,97
-	SANTOS (S-G44A)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	190,46
-	SANTOS II (S-G44B)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	174,84
-	SÃO DOMINGOS (S-G43Y)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	279,17
-	SÃO DOMINGOS I (S-G44C)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	1153,23
-	SILVA (S-G44D)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	187,54
-	VERTENTE III (S-G44E)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	104,66
-	VIEIRA I (S-G44F)	Não fornecem à UF	SANTANA DO MARANHÃO, MA	174,74
-	BAIXA GRANDE (S-G44G)	Não fornecem à UF	SÃO BERNARDO, MA	424,85
-	BAIXA GRANDE I (S-G44H)	Não fornecem à UF	SÃO BERNARDO, MA	217,86
-	BARRA DA PALMEIRA (S-G44I)	Não fornecem à UF	SÃO BERNARDO, MA	67,81
-	ENXU (S-G44O)	Não fornecem à UF	SÃO BERNARDO, MA	5,99
-	ENXU I (S-G44P)	Não fornecem à UF	SÃO BERNARDO, MA	12,52
-	ENXU III (S-G44Q)	Não fornecem à UF	SÃO BERNARDO, MA	528
-	IPE (S-G44R)	Não fornecem à UF	SÃO BERNARDO, MA	207,02
-	MATA DA ONÇA (S-G44S)	Não fornecem à UF	SÃO BERNARDO, MA	187,52
-	CAPÃOZINHO (S-G49F)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	71,68
-	BOIÃO E SANTA IZABEL (S-G49I)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	586,59
-	CUSTÓDIO II (S-US5E)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	86,9
-	LAGOA DOS COSTA I (S-US5G)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	246,74
-	MANGABEIRINHA (S-US5I)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	609,39

-	MANGABEIRINHA I E II (S-US5J)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	230,58
-	MARFLORA (S-US5L)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	255,08
-	PROJETO V (S-US5O)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	3587,01
-	SÃO PEDRO (S-G50U)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	251,86
-	SURRÃO (S-G50V)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	310,42
-	CAPÃO II (S-G45K)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	105,43
-	CAS (S-G45N)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	167,33
-	FACÃO (S-G47K)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	55,22
-	FACÃO II (S-G47O)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	43,74
-	FAZENDA FACÃO (S-G47R)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	55,26
-	LAGOA CARAÍBAS III (S-G47S)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	156,14
-	LAGOA DAS CARAÍBAS II (S-G47T)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	118,88
-	MANGABEIRA I (S-G47U)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	973,98
-	MANGABEIRA V (S-G47V)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	440,8
-	MANGUEIRA (S-G47W)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	1514,22
-	MANOEL QUENTE I (S-G47X)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	646,86
-	MANOEL QUENTE IV (S-G47Y)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	55,92
-	MARGUSA (S-G48F)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	50,19
-	MARGUSA (S-G48G)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	163,56
-	MESQUITA (S-G48J)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	105,02
-	SÃO DOMINGOS (S-G48N)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	151,46
-	SÃO FRANCISCO (S-G48O)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	165
-	SÃO FRANCISCO II (S-G48P)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	216,14

-	TUTURUBÁ (S-G48R)	Não fornecem à UF	MILAGRES DO MARANHÃO, MA	165,36
-	BAIXÃO (S-G48U)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	1428,38
-	BAIXÃO DO GONÇALO (S-G48W)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	406,43
-	BAIXA SECA (S-G48Y)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	194,7
-	C 118 (S-G48Z)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	1151,8
-	CONTRATO 119 (S-G49A)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	842,32
-	CACIMBINHA (S-G49C)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	312,21
-	CACIMBINHA I (S-G49D)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	381,14
-	VERTENTE (S-G50W)	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	307,93
-	AGUA AZUL C_300 (S-G46A)	Não fornecem à UF	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, MA	867,63
-	BURITI I C_144 (S-G44L)	Não fornecem à UF	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO, MA	1492,52
-	CENTRO GRANDE - SANTO AMARO	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	5297,39
-	ESCRITÓRIO US	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	1,62
-	KL VIVEIROS	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	24,32
-	POUSADA SOL NASCENTE	Não fornecem à UF	URBANO SANTOS, MA	32,42
-	BELA VISTA - TIMON (S-G73Q)	Não fornecem à UF	TIMON, MA	185,24
-	CASTIÇA (S-G71B)	Não fornecem à UF	MATÕES, MA	8945,93
-	URUBU E SÃO LOURENÇO (S-G71L)	Não fornecem à UF	TIMON, MA	724,66
-	PRATA (S-G71T)	Não fornecem à UF	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO, MA	3278,53
-	SANTA FILOMENA (S-G72I)	Não fornecem à UF	ALTO LONGÁ, PI	662,41
-	CONDOMINIO BREJINHO (S-G72G)	Não fornecem à UF	PALMEIRAIS, PI	2105,88
-	FAZENDA ELEGÂNCIA E BURITIZINHO - TE1 (S-G71K)	Não fornecem à UF	MONSENHOR GIL, PI	1232,47
-	VISTA ALEGRE (S-G71R)	Não fornecem à UF	MONSENHOR GIL, PI	979,49

-	XANTO E CADDOZ (S-G71J)	Não fornecem à UF	MONSENHOR GIL, PI	1106,56
-	SERRA DO BURRO (S-G71F)	Não fornecem à UF	SÃO PEDRO DO PIAUÍ, PI	521,86
-	ESPERANÇA - NEUTON (S-G74G)	Não fornecem à UF	MATÕES, MA	129,39
-	IMBIRA - NEUTON (S-G74H)	Não fornecem à UF	MATÕES, MA	47,18
-	PARANÁ - GLEBA SÃO JOSÉ (S-G74U)	Não fornecem à UF	MATÕES, MA	833,67
-	PORTO SANTO - NEUTON (S-G74W)	Não fornecem à UF	MATÕES, MA	76,96
-	CAPUMBA - SITE INDUSTRIAL PI (S-G74B)	Não fornecem à UF	PALMEIRAIS, PI	41,09
-	CIRURGIÃO - ISAIAS (S-G74D)	Não fornecem à UF	PALMEIRAIS, PI	444,65
-	CONFIANÇA (S-G74F)	Não fornecem à UF	PALMEIRAIS, PI	204,15
-	NOVA III (S-G73P)	Não fornecem à UF	PALMEIRAIS, PI	229,94
-	NOVO ESTADO (S-G74M)	Não fornecem à UF	PALMEIRAIS, PI	282,77
-	VENEZA (S-G74Y)	Não fornecem à UF	PALMEIRAIS, PI	788,41
-	ACÁCIA (S-G67W)	Não fornecem à UF	CENTRO NOVO DO MARANHÃO, MA	2767,04
-	AGUA BOA (S-G66D)	Não fornecem à UF	SÃO PEDRO DOS CRENTES , MA	109,64
-	ALTO DA CRUZ (S-G65J)	Não fornecem à UF	RIACHÃO, MA	208,08
-	CAJUAPARA	Não fornecem à UF	ITINGA DO MARANHÃO, MA	0,79
-	SCHEFFER	Não fornecem à UF	LÁBREA, AM	4999,37
-	SAO SEBASTIAO (S-G727)	Encerramento de Contrato	CIDELÂNDIA, MA	977,8
-	REUNIDAS SÃO MARCOS	Tempo de plantio	ULIANÓPOLIS, PA	12819,94
TOTAL				152.290,68

Áreas certificadas removidas do escopo da certificação em 2023

Imóvel	Município	Titulação	Área total (ha)	Área de plantio (ha)	Motivo
--------	-----------	-----------	-----------------	----------------------	--------

PEREGRINO 1, 2, 3 E 4 (S-G85G)	DOM ELISEU, PA	ARRENDAMENTO	1.469,46	778,86	Contrato de arrendamento Encerrado
CHAPADA ALEGRE I VLF (S-G83G)	DOM ELISEU, PA	ARRENDAMENTO	738,43	348,66	Contrato de arrendamento Encerrado
CHAPADA ALEGRE II VLF (S-G82G)	DOM ELISEU, PA	ARRENDAMENTO	1708,59	670,97	Contrato de arrendamento Encerrado
BOAS NOVAS VLF (S-G84G)	DOM ELISEU, PA	ARRENDAMENTO	234,14	127,35	Contrato de arrendamento Encerrado
MONTE SINAI VLF (S-G97G)	DOM ELISEU, PA	ARRENDAMENTO	247,46	99,67	Contrato de arrendamento Encerrado
EFRAIM VLF (S-DE1A)	DOM ELISEU, PA	ARRENDAMENTO	438,12	179,53	Contrato de arrendamento Encerrado
LIRIO DO VALE VLF (S-G80G)	DOM ELISEU, PA	ARRENDAMENTO	458,55	206,59	Contrato de arrendamento Encerrado
TOTAL			5850,59	2685,70	

Áreas com excisão parcial – Fora do escopo de certificação

Imóvel	Município	Área total (ha)	Motivo
ABALCAR (S-G61Y)	AÇAILÂNDIA	49,70	Area de Terceiros (ADT)
AGROPASTORIL UNIÃO VLF (S-G35H)	ULIANÓPOLIS	2,54	Area de Terceiros (ADT)
AGROPECUARIA DO MARANHÃO (S-G01X)	BOM JESUS DAS SELVAS	292,82	Area de Terceiros (ADT)
AGUA LIMPA VLF (S-G34H)	ULIANÓPOLIS	1,90	Area de Terceiros (ADT)
ÁGUA NASCENTE VLF (S-G77G)	DOM ELISEU	124,03	Area de Terceiros (ADT)
ALTAMIRA (S-G50Z)	IMPERATRIZ	93,60	Area de Terceiros (ADT)
ALVORADA (S-G66L)	IMPERATRIZ	114,13	Area de Terceiros (ADT)
AMARALINDA II (S-G67C)	IMPERATRIZ	111,75	Area de Terceiros (ADT)
ANAJÁ	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	48,31	Area de Terceiros (ADT)
ARACRUZ VLF (S-G01R)	RONDON DO PARÁ	17,64	Area de Terceiros (ADT)
ARIZONA (S-G01T)	ULIANÓPOLIS	54,38	Area de Terceiros (ADT)

BAIXA ALEGRE	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	40,67	Area de Terceiros (ADT)
BAIXA ALEGRE VLF (S-G55H)	PARAGOMINAS	104,93	Area de Terceiros (ADT)
BANDEIRANTES I	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	76,06	Area de Terceiros (ADT)
BARRO PRETO(LAGOA BONITA)	SENADOR LA ROCQUE	139,31	Area de Terceiros (ADT)
BELA VISTA(ELIETE) (S-G60L)	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	50,90	Area de Terceiros (ADT)
BELA VISTA E OUTRAS (S-G66U)	ITINGA DO MARANHÃO	59,87	Area de Terceiros (ADT)
BLOCO MINEIROS(PAULO DUTRA)	RONDON DO PARÁ	923,71	Area de Terceiros (ADT)
BOA ESPERANÇA - ROBERTO PACHECO (S-G03J)	ITINGA DO MARANHÃO	224,64	Area de Terceiros (ADT)
BOA ESPERANÇA(HENRIQUE) (S-G748)	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	40,28	Area de Terceiros (ADT)
BOA ESPERANÇA(JOSE) (S-G722)	ITINGA DO MARANHÃO	1,27	Area de Terceiros (ADT)
BOA VISTA (S-G18H)	DOM ELISEU	6,18	Area de Terceiros (ADT)
BOAS NOVAS 2 (S-G90G)	DOM ELISEU	106,73	Area de Terceiros (ADT)
CALIFÓRNIA VLF (S-G010)	PARAGOMINAS	212,50	Area de Terceiros (ADT)
CAMPO ALEGRE A (S-G66Y)	JOÃO LISBOA	107,61	Area de Terceiros (ADT)
CAMPO ALEGRE B (S-G66V)	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	18,50	Area de Terceiros (ADT)
CANAA B (S-G67G)	AÇAILÂNDIA	212,60	Area de Terceiros (ADT)
CANNA A (S-G67F)	AÇAILÂNDIA	83,09	Area de Terceiros (ADT)
CAPIM GROSSO	ABEL FIGUEIREDO	180,87	Area de Terceiros (ADT)
CASA VERDE	ITINGA DO MARANHÃO	725,72	Area de Terceiros (ADT)
CÉU AZUL VLF (S-G70G)	RONDON DO PARÁ	14,35	Area de Terceiros (ADT)
CHALÉ II VLF (S-G40H)	PARAGOMINAS	5,70	Area de Terceiros (ADT)
COLINA	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	11,63	Area de Terceiros (ADT)
COTOVELO (S-BJ01)	BOM JARDIM	1983,82	Area de Terceiros (ADT)
ESMERALDA BLOCO PONTAL (S-G67B)	AÇAILÂNDIA	473,09	Area de Terceiros (ADT)
ESPERANÇA DORACI (S-G67P)	DOM ELISEU	8,09	Area de Terceiros (ADT)

FLEXA DUPLA (S-G66X)	ITINGA DO MARANHÃO	4,61	Area de Terceiros (ADT)
FORMOSA	SENADOR LA ROCQUE	603,93	Area de Terceiros (ADT)
FRANCESA (S-G731)	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	20,01	Area de Terceiros (ADT)
FRANQUEZA (S-G67K)	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	66,12	Area de Terceiros (ADT)
FRUTO DO PARA (S-G99G)	DOM ELISEU	7,38	Area de Terceiros (ADT)
GRUPO ENTRE RIOS VLF (S-G33H)	ULIANÓPOLIS	18,80	Area de Terceiros (ADT)
GRUPO PANDOLFI VLF (S-G32H)	ULIANÓPOLIS	12,89	Area de Terceiros (ADT)
GUACIARA II VLF (S-G01L)	PARAGOMINAS	14,62	Area de Terceiros (ADT)
INDEPENDENCIA E OUTRAS (S-G67H)	AÇAILÂNDIA	19,93	Area de Terceiros (ADT)
INDEPENDENCIA VLF (S-G36H)	ULIANÓPOLIS	53,94	Area de Terceiros (ADT)
INDIANA	AÇAILÂNDIA	2.106,65	Area de Terceiros (ADT)
JAO (S-G65K)	DOM ELISEU	2,74	Area de Terceiros (ADT)
JARDIM ALEGRE (S-G64E)	ITINGA DO MARANHÃO	10,70	Area de Terceiros (ADT)
LIRIO DO VALE 3 (S-G91G)	DOM ELISEU	99,65	Area de Terceiros (ADT)
LORENA (S-G730)	AÇAILÂNDIA	263,97	Area de Terceiros (ADT)
LUA CHEIA (FF FRANCISCANO)	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	575,75	Area de Terceiros (ADT)
MEINARA VLF (S-G01K)	PARAGOMINAS	15,08	Area de Terceiros (ADT)
MENINO JESUS	ULIANÓPOLIS	184,47	Area de Terceiros (ADT)
MONTE CRISTO (GLADSTONE)	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	1862,79	Area de Terceiros (ADT)
MONTE SINAI - GERSON CARLOS (S-G08C)	AÇAILÂNDIA	7,43	Area de Terceiros (ADT)
MORADA DO SOL (S-AC01)	AÇAILÂNDIA	2,48	Area de Terceiros (ADT)
NOSSA SENHORA APARECIDA (S-G17H)	DOM ELISEU	145,31	Area de Terceiros (ADT)
NOSSA SENHORA APARECIDA (S-G66F)	RIBAMAR FIQUENE	261,77	Area de Terceiros (ADT)
NOVA DESCOBERTA (S-G67Q)	AÇAILÂNDIA	10,54	Area de Terceiros (ADT)
NOVA ESPERANCA (JOSÉ) (S-G750)	ITINGA DO MARANHÃO	258,71	Area de Terceiros (ADT)

NOVO PROGRESSO VLF (S-G12H)	DOM ELISEU	2,16	Area de Terceiros (ADT)
OURO VERDE (S-G68F)	PORTO FRANCO	2,80	Area de Terceiros (ADT)
PAMPULHA (S-G60D)	ITINGA DO MARANHÃO	0,71	Area de Terceiros (ADT)
PANCERA VLF (S-G78G)	DOM ELISEU	189,66	Area de Terceiros (ADT)
PARAISO VLF (S-G49H)	PARAGOMINAS	5,02	Area de Terceiros (ADT)
PAULISTA (S-G10H)	DOM ELISEU	57,20	Area de Terceiros (ADT)
PEROLA (S-G720)	ITINGA DO MARANHÃO	1,29	Area de Terceiros (ADT)
PINGO DE OURO E GUANABARA (S-G726)	ITINGA DO MARANHÃO	31,96	Area de Terceiros (ADT)
PLANICIE E OUTRAS (S-G62W)	AÇAILÂNDIA	173,71	Area de Terceiros (ADT)
PRIMAVERA	JOÃO LISBOA	3,62	Area de Terceiros (ADT)
RAIO DE SOL 1 - KYT - PINDORAMA (S-G02L)	ITINGA DO MARANHÃO	0,56	Area de Terceiros (ADT)
RANCHO KING (S-G67N)	DOM ELISEU	282,85	Area de Terceiros (ADT)
RIO BONITO VLF (S-G67M)	DOM ELISEU	5,66	Area de Terceiros (ADT)
RIO DOS SONHOS (S-G739)	BOM JESUS DAS SELVAS	176,95	Area de Terceiros (ADT)
RIO DOS SONHOS I(DAMIÃO)	BOM JESUS DAS SELVAS	1.266,60	Area de Terceiros (ADT)
RIO DOS SONHOS II(DAMIÃO)	BOM JESUS DAS SELVAS	70,90	Area de Terceiros (ADT)
RIO DOS SONHOS III(DAMIÃO)	BOM JESUS DAS SELVAS	949,52	Area de Terceiros (ADT)
SANRAFAEL (S-G67R)	JOÃO LISBOA	0,19	Area de Terceiros (ADT)
SANTA ALEGRIA (S-G01E)	ITINGA DO MARANHÃO	55,11	Area de Terceiros (ADT)
SANTA FÉ VLF (S-G05H)	DOM ELISEU	53,02	Area de Terceiros (ADT)
SANTA LUZIA (S-G66Q)	AÇAILÂNDIA	23,06	Area de Terceiros (ADT)
SANTA MARIA(LUIZ LIRA) (S-G721)	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	8,84	Area de Terceiros (ADT)
SANTA RITA (S-SB03)	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	11,40	Area de Terceiros (ADT)
SANTA ROSA (S-G67E)	IMPERATRIZ	161,63	Area de Terceiros (ADT)
SANTA ROSA (S-G709)	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	45,63	Area de Terceiros (ADT)

SANTO ANTONIO - MA	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	37,99	Area de Terceiros (ADT)
SÃO FRANCISCO - IM (S-G60I)	ITINGA DO MARANHÃO	112,99	Area de Terceiros (ADT)
SAO JOSE (S-G01V)	AÇAILÂNDIA	23,27	Area de Terceiros (ADT)
SAO JOSE 3 - B (S-G62S)	CIDELÂNDIA	0,00	Area de Terceiros (ADT)
SÃO JOSÉ E VENEZA (S-G51A)	ITINGA DO MARANHÃO	2,08	Area de Terceiros (ADT)
SÃO PEDRO	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	9,85	Area de Terceiros (ADT)
SÃO PEDRO PA VLF (S-G03H)	DOM ELISEU	4,98	Area de Terceiros (ADT)
SÃO PEDRO VLF (S-G01N)	PARAGOMINAS	0,58	Area de Terceiros (ADT)
SENHOR DO BOMFIM 1 (S-G51H)	PARAGOMINAS	0,04	Area de Terceiros (ADT)
SENHOR DO BOMFIM 2 (S-G52H)	PARAGOMINAS	12,85	Area de Terceiros (ADT)
SOMBRA DA TARDE (S-IM3B)	ITINGA DO MARANHÃO	6,80	Area de Terceiros (ADT)
SURPRESA VLF (S-G01S)	DOM ELISEU	549,16	Area de Terceiros (ADT)
TERRA PLANA (S-G710)	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	65,02	Area de Terceiros (ADT)
TOCA DA ONÇA (S-G66M)	SÍTIO NOVO	489,46	Area de Terceiros (ADT)
VAI E VEM VLF (S-G58H)	PARAGOMINAS	104,62	Area de Terceiros (ADT)
VERÃO VERMELHO (S-G62K)	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	356,99	Area de Terceiros (ADT)
VIANA E BELA VISTA (S-G60J)	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	64,97	Area de Terceiros (ADT)
VISTA ALEGRE II (S-G60K)	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	22,20	Area de Terceiros (ADT)
VISTA ALEGRE II E PIONEIRA(EROMARCIO) (S-G732)	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	9,62	Area de Terceiros (ADT)
VITAMINA (S-G02N)	ITINGA DO MARANHÃO	180,12	Area de Terceiros (ADT)
RIO DOURADO QG (S-G500)	SANTA LUZIA	21,00	CARVOARIA
FABRICA IMPERATRIZ (S-G66K)	IMPERATRIZ	325,07	FABRICA
BLOCO ELDORADO (S-G610)	IMPERATRIZ	2541,97	Ocupação irregular
BOA ESPERANÇA 3 (S-G61B)	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	532,34	Ocupação irregular
BOA VISTA 3 (S-G61C)	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	0,21	Ocupação irregular

CAMPOS LINDOS (S-G01I)	ITINGA DO MARANHÃO	2,66	Ocupação irregular
CAPIXABA (S-G61E)	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	0,10	Ocupação irregular
CHAPADA GRANDE (S-G61Z)	DAVINÓPOLIS	0,01	Ocupação irregular
DOIS RIOS VLF (S-G31H)	ULIANÓPOLIS	1,59	Ocupação irregular
FERROVIA 1 (S-G66H)	IMPERATRIZ	0,34	Ocupação irregular
JUREMA (S-G02J)	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	2250,86	Ocupação irregular
MAAB - C (S-G65S)	ANANÁS	26,62	Ocupação irregular
RODOMINAS (S-G66G)	BOM JESUS DAS SELVAS	2285,84	Ocupação irregular
SANTA CRUZ QG (S-G01Z)	AÇAILÂNDIA	3646,24	Ocupação irregular
SAO BENTO - MA (S-G62O)	AÇAILÂNDIA	247,42	Ocupação irregular
SERRA BRANCA (S-G62V)	IMPERATRIZ	0,68	Ocupação irregular
TIRIRICA - BLOCO GROTA (S-G63J)	ESTREITO	7,40	Ocupação irregular
BLOCO ELDORADO (S-G61O)	IMPERATRIZ	25,46	PDRT
CHAPADA GRANDE (S-G61Z)	DAVINÓPOLIS	39,71	PDRT
JUREMA (S-G02J)	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	178,01	PDRT
SAO JOAO -MA (S-G62R)	IMPERATRIZ	32,52	PDRT
SAO JOSE 3 - B (S-G62S)	CIDELÂNDIA	39,21	PDRT
SAO LUCAS (S-G61H)	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	25,34	PDRT
ANA PAULA PECUÁRIA (S-G66R)	AÇAILÂNDIA	2,47	Pesquisa
BLOCO BOA ESPERANÇA A (S-G61N)	CIDELÂNDIA	4,64	Pesquisa
JACAMIM VLF (S-G37H)	ULIANÓPOLIS	1,58	Pesquisa
JUREMA (S-G02J)	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	20,78	Pesquisa
SÃO FRANCISCO 2 E QUEIROZ (S-G62Q)	SÍTIO NOVO	2,14	Pesquisa
VITAMINA (S-G02N)	ITINGA DO MARANHÃO	12,76	Pesquisa
BOA FE - MA (S-G61R)	CIDELÂNDIA	5,81	VIVEIRO

PRECIOSA VLF (S-G19H)	DOM ELISEU	22,27	VIVEIRO
TOTAL	-	31.289,88	-

1.6. Informação Social

1.6.1. Dados dos colaboradores e registros de acidentes

Número total de Trabalhadores florestais homens (próprios e terceiros)	3.133
Número total de Trabalhadoras florestais mulheres (próprios e terceiros)	201

*referente ao ano anterior ao ano de avaliação.

1.7. Uso de pesticidas

<input type="checkbox"/> N/A - EMF não usou pesticidas do ano anterior da avaliação.					
Ingrediente ativo do pesticida	Nome comercial do produto	Área aplicada (ha)*	Razão para uso	Quantidade de ingrediente*	Unidade
Flumioxazina	Flumyzin	59.027,97	Herbicida	9.549,78	litros
Flumioxazina	Sumyzin 500	5.367,71	Herbicida	982,75	litros
Glifosato	Scout	143.758,20	Herbicida	249.572,35	kg
Isoxaflutole	Fordor	50.612,44	Herbicida	7.288,79	kg
Glifosato	Roundup Transorb	43.448,43	Herbicida	114.355,44	litros
Sulfentrazone	Solara	484,22	Herbicida	449,40	kg
Carfentrazone etílica	Spotlight	150,02	Herbicida	4,47	litros
<i>Bacillus thuringiensis</i>	Dipel	15.572,96	Inseticida	1.073,73	kg
Sulfluramida	Atta Mex	40,05	Inseticida	17,00	kg
Deltametrina	K-othrine	15.122,14	Inseticida	1.499,54	kg
Imidacloprid	Evidence	43.245,99	Inseticida	2.215,49	kg

Indaziflam	Esplanade	2.565,05	Herbicida	153,55	litros
Bifentrina	Capture	14.793,12	Inseticida	1.330,55	litros
Haloxifope	Missil	2.147,84	Herbicida	870,38	litros
Fluroxipir-meptílico + Triclopir-butotílico	Outliner	17.360,7	Herbicida	17.801,1	litros
Triclopir-butolítico	Sector	1.052,59	Inseticida	879,50	litros
Saflufenacil	Valeos	29.875,52	Herbicida	1.400,08	kg
Glufosinato	Finale	2.078,92	Herbicida	6.995,40	litros
Glifosato	Xeque Mate	1.577,62	Herbicida	4.630,70	litros
Oxyfluorfen	Block	6.221,45	Herbicida	7.875,00	litros
Acetamiprido	Mospilan	522,54	Inseticida	53	kg
Cletodim + Haloxifope-P-metílico	Agile	10396,39	Herbicida	3.685,77	litros
Clorimurom-etílico	Panzer	163,05	Herbicida	143,70	kg
Piroxasulfona - Flumioxazina	Falcon	3.498,96	Herbicida	3.109,10	litros
Fipronil	Tuit Florestal	1.350,74	Inseticida	27,92	kg

*referente ao ano anterior ao ano de avaliação.

2. DESCRIÇÃO DO MANEJO FLORESTAL

Não aplicável – Não é uma auditoria de certificação ou recertificação.

<p>Objetivos do manejo florestal</p>	<p>O objetivo do manejo florestal da Suzano S.A. é a produção de madeira de eucalipto para abastecer as unidades industriais em quantidade, qualidade, regularidade e baixo custo, garantindo a viabilidade econômica e definindo programas voltados ao meio ambiente, à saúde e segurança no trabalho e a aspectos socioambientais.</p>
<p>Situação de Direito de Propriedade e Uso da terra do recurso florestal</p>	<p>Conforme dados de dezembro de 2022, a Suzano UNF MA, a unidade de manejo é constituída por fazendas próprias, arrendadas e parcerias, distribuídas nos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins.</p> <p>A empresa possui ativos florestais localizados na região de Urbano Santos (MA), Teresina (PI) e Lábrea (AM) que não foram inclusas no processo de avaliação de certificação por não fazerem parte, no momento, do abastecimento da fábrica localizada em Imperatriz - MA.</p> <p>A empresa possui toda documentação comprobatória do direito de posse e uso da terra de todas as fazendas pertencentes ao escopo de certificação. Os imóveis estão devidamente regularizados, com documentos legais, válidos e atualizados. A documentação contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Matrículas dos imóveis / Certidão de Inteiro Teor; • Contratos/Escrituras públicas de compra e venda; • Contratos de arrendamentos ou parcerias; • Inscrição do Imóvel Rural no CAR; • CCIR 2022 e, • ITR 2022.
<p>Condições socioeconômicas do manejo florestal</p>	<p>As fazendas manejadas pela Suzano S/A na Unidade de Negócios Florestais UNF MA, estão localizadas em 30 municípios nos estados Maranhão (18 municípios); Pará (06 municípios); Tocantins (06 municípios).</p> <p>Conforme informações do IBGE (https://cidades.ibge.gov.br/brasil), o estado do Maranhão possui 217 municípios, com uma população de 6.574.789 em 2010, estava na 10º lugar em 27 (26 estados + DF). Em 2020, o IDH era 0,639 (26º lugar em 27), era superior apenas a Alagoas com 0,631. O rendimento médio mensal domiciliar per capita era de R\$ 1.814,00 (último lugar).</p> <p>No Maranhão, nas áreas de atuação da Suzano – MA, o Município de Imperatriz possui a maior população estimada, em 2021, de 259.980 habitantes, ocupando a 2ª posição no estado do MA. O IDHM em 2010 era de 0,731 (considerado alto). O Município de menor população São João do Paraíso possuía uma população estimada (2021) em 11.207 ocupa o 166º lugar. O de menor IDH-M, Vila Nova dos Martírios possuía de 0,581 (considerado médio).</p> <p>O Estado do Pará, possuía uma população, em 2010, de 7.581.051 habitantes, classificado como 9º lugar mais populoso no Brasil. A estimativa de 2021 era de 8.777.124 habitantes. A renda nominal mensal domiciliar per capita em 2022 era de R\$ 1.061,00 no 20º lugar entre as 27 entidades estaduais + DF. O IDH do Pará em 2010 era de 0,646 (considerado médio), classificado com 24º de 27 entidades federativas. Nas áreas de atuação da Suzano – MA no Pará, o município de maior população é Paragominas com 115.838 habitantes estimados em 2021. Também, é o de maior IDH-M em 2010, com 0,645 (considerado médio). Já o Município de</p>

São José do Araguaia tem menor população estimada em 2021 de 14.105 habitantes entre os municípios paraenses de atuação da Suzano - MA. O censo de 2010 a população era de 13.155 habitantes, classificada com 2.444º no Brasil e 122º no estado do PA. O IDH-M em 2010 era também o mais baixo, de 0,550 (considerado médio).

O Estado do Tocantins possuía uma população em 2010 de 1.383.445 habitantes, classificado como 24º lugar de 27, mais populoso no Brasil. A estimativa de 2021 era de 1.383.445 habitantes. A renda nominal mensal domiciliar per capita em 2022 era de R\$ 1.379,00 no 12º lugar entre as 27 entidades estaduais + DF. O IDH de Tocantins em 2010 era de 0,699 (considerado médio/alto), classificado com 14º de 27 entidades federativas. O município de atuação da Suzano – MA de maior população no estado Tocantins é Araguatins tem uma população estimada em 2021 de 36.573 habitantes. O censo de 2010 a população era de 31.329 habitantes, classificada com 1.003º no Brasil e 6º no estado do TO entre os 139 municípios existentes. O IDHM em 2010 era de 0,631 (considerado médio), só é menor que o Município de Ananás com o IDHM em 2010 era de 0,671 (considerado médio). O Município de Angico tem a menor população estimada em 2021 de 3.475 habitantes. O censo de 2010 a população era de 3.175 habitantes, classificada com 5.005º no Brasil e 101º no estado do TO, entre os municípios de atuação da Suzano - MA neste estado. O menor IDHM em 2010 de 0,581 (considerado médio) era em Darcinópolis.

De modo geral, a economia regional se baseia no setor primário. No Pará, uma produção agrícola está voltada para a pecuária, o extrativismo vegetal, sobretudo a extração de caucho e castanha-do-pará. No Maranhão, a lavoura temporária é a atividade mais importante da agricultura regional e suas culturas principais são: arroz, feijão, mandioca, milho e cana-de-açúcar. Já os cultivos permanentes mais relevantes são banana, castanha de caju, limão, coco-da-baía. No que se refere a extrativismo vegetal e silvicultura, a predominância da produção está no carvão vegetal, lenha, madeira e açaí (fruto). No Tocantins, a agricultura e a pecuária de subsistência são os principais usos da terra e observa-se grandes áreas do bioma de cerrados naturais degradados pelo uso indiscriminado e constante do fogo para o manejo e a expansão de pastagens.

Conforme descrito no PMF 2022-2023 no seu item 4.4.4. Unidades de Conservação (UC), dentre os municípios com presença da Suzano e que compõe a macrorregião Cidelândia, atualmente apenas os municípios de Bom Jesus das Selvas e Bom Jardim contém áreas indígenas (Terra Indígena Araribóia e Terra Indígena Carú). As propriedades da Suzano nestes municípios estão localizadas entre 6,4 e 80 km de distância destas terras, respectivamente, respeitando, portanto, as zonas de amortecimento dessas TIs. Além dessas, as Fazendas Chapada Grande e Nossa Senhora Aparecida distanciam-se da Terra Indígena Krikati cerca de 12,5 e 16,8 km, respectivamente. Há também outras TIs nos demais estados de atuação da empresa, como por exemplo, Apinajé e Fulni-o (Município de São Bento do Tocantins, TO) e Mãe Maria, no Pará. A Suzano está reestabelecendo diálogo com populações tradicionais de 5 Terras Indígenas: Arariboia, Krikati, no Maranhão, Apinajé e Fulni o no Tocantins e Mão Maria no Pará.

A respeito das populações tradicionais, segundo a Fundação Cultural Palmares, instituição vinculada à Secretaria Especial de Cultura (Ministério da Cidadania), existem 369 comunidades quilombolas no estado do Maranhão. Elas se concentram principalmente nas regiões da Baixada Ocidental, da Baixada Oriental,

	<p>do Munim, de Itapecuru, do Mearim, de Gurupi e do Baixo Parnaíba. Estas áreas não estão localizadas em área de influência da macrorregião Cidelândia.</p> <p>Ainda, nos estudos realizados pela empresa foi identificada a presença das quebradeiras-de-coco, no Povoado Altamira, Coquelândia, KM 1700, Petrolina e São Felix, que se encontram no raio de 3 km de área diretamente afetada.</p>
Breve descrição da composição da floresta	<p>Os plantios da Suzano – MA são formados predominantemente por híbridos de eucalipto obtidos a partir do cruzamento entre as espécies <i>Eucalyptus grandis</i> e <i>E. urophylla</i>. Estas espécies e seus híbridos foram selecionados por melhor se adaptar às condições locais após vários ciclos de melhorias e pesquisas. O Programa de Melhoramento Genético da Suzano – PMGS atua na instalação e condução de experimentos para avaliação de adaptabilidade e seleção de materiais genéticos superiores nos diferentes macroambientes da Suzano - MA. No PMGS são avaliadas mais de 40 espécies distintas de <i>Eucalyptus</i>, e são mantidos aproximadamente 370 hectares destinados à conservação de material genético.</p>
Perfil de terras adjacentes	
Urbano	Sim
Agricultura	Sim
Pântano	Não
Mineração	Não
Deserto	Não
Pastagem	Sim
Pomares	Não
Outro, por favor especifique	-
Estrutura de gestão do detentor do certificado	<p>A Estrutura da Suzano da Unidade de Negócio Florestal Maranhão (UNF-MA) é descrita no PMF 2022-2023 e formada pela Diretoria de Operações Florestais que abrange as Gerências Executivas de Operações Florestais, responsável pelos principais processos do manejo: Planejamento; Silvicultura; Manutenção Florestal; Colheita; Logística Florestal e, Negócios Florestais.</p> <p>A Suzano conta com 894 colaboradores próprios e 2.440 prestadores de serviço na UNF-MA (base dezembro/2022).</p>
Divisão das responsabilidades do manejo florestal	<p>Na Figura 4 do PMF 2022-2023, o organograma da Diretoria de Operações Florestais é composto pelas seguintes Gerências Executivas que apoiam a gestão da UNF-MA: Excelência Operacional; Ativos Florestais; Planejamento Florestal; Diretor de Logística e Suprimentos e (2) Diretores de Operações Florestais – - DOF, sendo 1 para as operações de SP/MA/PA/TO/PI. Subordinado a este DOF, há um Gerente Executivo de Operações Florestais responsável pela UNF-MA.</p>
Uso de prestadores de serviços pelo	

detentor do certificado	
Silvicultura	Sim
Construção de estradas	Sim
Colheita	Sim
Transporte	Sim
Proteção florestal	Sim
Controle de pragas e doença	Sim
Outro, por favor especifique	-
Treinamento implementado pelo detentor do certificado	<p>O EMF realiza dois tipos de treinamentos funcionais: Capacitação e Específicos.</p> <p>Os <u>Treinamentos de Capacitação</u> são os operacionais nas atividades que podem afetar a integridade física do colaborador, a qualidade do processo, do produto e do meio ambiente, seguindo-se o Treinamento Operacional Florestal – UNF. A Empresa Prestadora de Serviços (EPS) contratada, em conjunto com a área gestora do contrato realizam o planejamento dos treinamentos operacionais necessários e as prioridades dos treinamentos a serem realizados. A Gerência de Excelência Operacional propõe ações de treinamento, negocia prazo de realização e estabelece um cronograma de treinamento operacional baseado nas demandas operacionais e necessidades de treinamentos. Nos treinamentos das atividades operacionais para equipes próprias e contratadas, é incluída, de forma complementar no conteúdo programático, a conscientização ambiental e de segurança do trabalho.</p> <p>Os <u>Treinamentos Específicos</u>, incluem a tarefa de integrar e preparar seus colaboradores, educando-os em todas as dimensões de trabalho: conhecimento, atitudes e habilidades, assessoradas, quando necessário, pela área de Gente e Gestão. Visando a capacitação e o aprimoramento no trabalho, a empresa possui uma sistemática para identificação de necessidades e planejamento de treinamento para seus colaboradores. Isto inclui o programa de conscientização dos colaboradores e contratados sobre suas responsabilidades, ações e omissões em relação a procedimentos, aspectos ambientais, riscos da segurança e saúde ocupacional, plano de preparação e atendimento a emergência, bem como interfaces e melhorias pessoais em relação à política e programas da gestão.</p>
Sistema / regime silvicultural implementado pelo detentor do certificado	<p>A Silvicultura começa pela implantação florestal com as atividades de limpeza da área (limpeza de área mecânica; limpeza de área química mecânica); preparo solo (manual, mecânico ou semimecanizado); fertilização do solo e plantio mecanizado ou semimecanizado; irrigação (opcional) e replantio. Essas atividades são realizadas de modo a desenvolver condições de sobrevivência e crescimento homogêneo das mudas no campo.</p> <p>Após o plantio e replantio é iniciada a fase de Manutenção Florestal que consiste em um conjunto de atividades realizadas para garantir o crescimento e a produtividade florestal desejada. Estas atividades são realizadas pós-plantio e devem seguir as prescrições do Centro de Tecnologia, onde são definidos o</p>

	<p>momento ideal de realização e as doses corretas de cada insumo utilizado, por meio do Pacote Tecnológico. As principais atividades relacionadas à manutenção florestal são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle de formigas cortadeiras; • Capina química de plantas daninhas com herbicida pós-emergente; • Capina química de plantas daninhas com herbicida pré-emergente; • Fertilização mecanizada ou aérea (cobertura); • Aplicação de corretivo de solo; • Desbrota com motorroçadeira e, • Roçada pré corte mecânica. <p>Cada uma das etapas citadas é orientada por procedimentos operacionais específicos e/ou instruções de trabalho, seguindo as prescrições do Pacote Tecnológico, que contém recomendações técnicas de manejo para as áreas de formação florestal da empresa, considerando as características das diferentes unidades de manejo. As recomendações incluem indicação de manejo, alocação clonal, preparo de solo, espaçamento de plantio, fertilização, manejo de plantas daninhas, pragas e doenças e manejo de condução.</p>
<p>Técnica usada para a operação de colheita do detentor do certificado</p>	
<p>Colheita mecanizada</p>	<p>Sim</p>
<p>Colheita manual</p>	<p>Não</p>
<p>Colheita semimecanizada</p>	<p>Não</p>
<p>Tração animal</p>	<p>Não</p>
<p>Outro, por favor especifique</p>	<p>-</p>
<p>Estratégia de gestão para a identificação e proteção de espécies raras, ameaçadas e em perigo de extinção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de espécies raras, ameaçadas e em perigo de extinção: A Suzano desenvolve estudos e programas de monitoramento específicos de forma a identificar e proteger as espécies raras, endêmicas, ameaçadas ou em perigo de extinção e/ou de seus habitats. A Área de Meio Ambiente Floresta – MAF é responsável pela condução dos programas ambientais que visam a conservação e a recuperação das áreas de preservação e da biodiversidade alocada nelas. Desde o início dos monitoramentos de biodiversidade na UNF-MA, já foram registradas 1.278 espécies da fauna e flora, sendo 587 de aves (24 ameaçadas de extinção), 47 de mamíferos (14 ameaçadas de extinção) e 644 de vegetação (15 ameaçadas de extinção). • Proteção de espécies raras, ameaçadas e em perigo de extinção: A Suzano - MA desenvolve diversas ações visando a proteção da Flora e Fauna, entre elas:

	<ul style="list-style-type: none"> a) Vigilância patrimonial: para coibir ações ilegais na UMF; b) Implantação de medidas preventivas de combate a incêndio; c) Restauração ambiental e formação de corredores ecológicos de conectividade; d) Educação Ambiental; e) Instalação de placas de identificação e de sinalizações; f) Identificação nas ferramentas geográficas da empresa; g) Comunicação com comunidades implicadas; h) Avaliações de Riscos Ambientais e Sociais e procedimentos operacionais relacionados; i) Procedimentos operacionais e capacitação do pessoal para todas as atividades de manejo de plantações florestais.
--	---

3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO

3.1. Padrões Utilizados

3.1.1. Padrões aplicáveis

Padrões aplicáveis <i>(marque todos os que se aplicam)</i>	
<input checked="" type="checkbox"/>	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo florestal sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais. 3ª Edição. 12 de dezembro de 2012
<input type="checkbox"/>	ABNT NBR 15789:2013 – Manejo florestal – Princípios, critérios e indicadores para florestas nativas. 2ª Edição. 27 de dezembro de 2013
<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria do Inmetro nº 547, 25 de outubro de 2012
<input type="checkbox"/>	Portaria do Inmetro nº 54, 28 de janeiro de 2014
<input type="checkbox"/>	IAF MD 1:2018 - IAF Mandatory Document for the Audit and Certification of a Management System Operated by a Multi-Site Organization. 29 de Janeiro de 2018.

3.1.2. Padrões utilizados em auditorias combinadas

<input type="checkbox"/>	Não aplicável. Não foi realizada uma auditoria combinada.
Título do padrão* (incluindo versão)	
FSC-STD-BRA-01-2014, V1-1 (Florestas Plantadas)	

*Os resultados da avaliação desse padrão estão contidos em um relatório separadamente das conclusões dessa auditoria.

3.2. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)

Escopo da Acreditação	A SysFlor Certificações Florestais está acreditada pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre), sob número OCF 006, para realização de processos de certificação de manejo florestal com base nas normas ABNT NBR 14789 e ABNT NBR 15789, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo acreditador.
Histórico da SysFlor	A SysFlor foi fundada em 2007, com o objetivo de representar, no território brasileiro, um organismo de certificação estrangeiro no desenvolvimento de projetos de

	<p>avaliação independente para a certificação de manejo florestal e cadeia de custódia de produtos florestais. A partir de 2008 vários outros programas passaram a ser fornecidos através da SysFlor, tais como verificação e validação de projetos de carbono, verificação de legalidade (LHV), certificação de biocombustíveis (ISCC, RSB e Bonsucro).</p> <p>Em maio de 2014, a SysFlor recebeu a acreditação, pela Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre) do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), sob número OCF 0006, para atuar como Organismo de Certificação Florestal, na certificação de manejo de plantações florestais com base na norma ABNT NBR 14789. Em junho de 2015, foi acreditada pela Cgcre, para realização de Auditorias Florestais Independentes (AFI) e, em julho do mesmo ano, foi acreditada para a certificação de manejo de florestas nativas segundo o programa Cerflor, com base na norma ABNT NBR 15789.</p>
Responsável pela Sysflor	Vanilda Rosângela de Souza – Diretora
Dados para Contato	<p>Endereço: Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro, 80060-000 Curitiba, Paraná, Brasil</p> <p>Telefone: +55 (41) 3344-5061</p> <p>E-mail: vanilda.souza@sysflor.com.br</p> <p>Website: www.sysflor.com.br</p>

4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

4.1. Etapas do Processo de Avaliação

O processo de avaliação de empreendimentos de manejo florestal Cerflor compreende etapas que incluem: o planejamento da avaliação (p.e. seleção da equipe de auditores, designação de tarefas, determinação do tempo de auditoria e da amostragem para certificados multi-site); a realização de consulta às partes interessadas antes das auditorias de (re)certificações e durante todas as auditorias, a avaliação de conformidade da documentação da empresa em relação aos requisitos do Cerflor; inspeções de campo nas atividades de manejo desenvolvidas pelo EMF; e por fim, a elaboração do relatório de auditoria pela equipe de auditores, listando todas as constatações observadas, a revisão do relatório pela Comissão de Certificação (no caso de certificações iniciais), assim como, a Decisão de Certificação da SysFlor. Faz parte do processo ainda, a elaboração de um resumo do relatório que é disponibilizado ao público para consulta.

4.1.1. Tempo total de dedicação à avaliação

A. Número de dias dedicados à avaliação:	5
B. Número de auditores participantes na avaliação:	7
C. Número de dias gastos com qualquer especialista técnico (em adição ao valor do item A):	0
D. Dias adicionais, dedicados à preparação, consulta às partes interessadas e acompanhamento pós-auditoria:	2
E. Número total de Auditor/ Dia(s) utilizado na avaliação (A x B + C + D):	37

4.2. Metodologia e Estratégias Empregadas

A SysFlor convoca equipes multidisciplinares com conhecimentos em ciências florestais, ciências sociais, economia de recursos naturais e outras áreas relevantes para avaliar a conformidade do EMF com os padrões e políticas do Cerflor. Os métodos de avaliação incluem a revisão de documentos e registros, implementação da estratégia de amostragem para visitar um amplo número de áreas florestais e tipos de atividades de colheita, observação da implementação dos planos e políticas de manejo no campo e análise das partes interessadas. Quando há mais de um membro na equipe, os membros da equipe podem rever partes dos padrões com base em suas experiências e especialidades. No último dia de uma avaliação, os membros da equipe se reúnem para deliberar conjuntamente sobre as suas constatações. Isto envolve uma análise de todas as observações de campo relevantes, dos comentários das partes interessadas, e dos documentos e registros revisados. Quando não for possível chegar a um consenso entre os membros da equipe devido à falta de evidências, evidências conflitantes ou diferenças na interpretação dos padrões, a equipe está instruída a relatar isso na seção da decisão da certificação e/ou em observações.

4.3. Determinação de Conformidade

Os padrões nacionais da ABNT para a certificação de manejo florestal Cerflor, consistem em uma hierarquia de três níveis: princípio, os critérios que correspondem a esse princípio e os indicadores de desempenho que detalham cada critério. Conforme os protocolos de avaliação da SysFlor, a equipe determina, coletivamente, se as operações do manejo florestal em questão estão em conformidade com todos os indicadores aplicáveis dos padrões relevantes de manejo florestal. Cada não conformidade deve ser avaliada para determinar se constitui uma falha em atender a uma ou mais requisitos da norma ou se representa uma situação que levante dúvida significativa quanto à capacidade de o sistema de gestão do cliente alcançar os resultados planejados. Portanto, a equipe deve usar o seu julgamento coletivo para avaliar cada critério e determinar se o EMF está em conformidade.

Ações corretivas são requeridas para cada Não Conformidade (NC) emitida. Oportunidades de melhoria também podem ser determinadas.

4.3.1. Interpretação de Não Conformidade e Oportunidade de Melhoria

Não conformidade maior: resulta (ou pode resultar) em uma falha fundamental em atingir os objetivos de um critério relevante do padrão de certificação, em vista da natureza única e a fragilidade de cada recurso florestal. Para cada não conformidade maior o EMF deve avaliar profundamente a causa raiz e determinar o plano de ação corretiva e implementar a ação corretiva para resolver, de forma abrangente essa não conformidade. A SysFlor analisará criticamente o sistema de determinação da causa raiz, a correção e a ação corretiva adotada pelo EMF, bem como verificará sua eficácia para decidir sobre a concessão do certificado. Logo, a certificação depende da eficácia do EMF no tratamento das NC maiores dentro do prazo estipulado.

Não conformidades menores: são não conformidades que estão tipicamente limitadas em escala ou que podem ser caracterizadas como uma falha incomum no sistema, nesse caso, o EMF precisa analisar e estabelecer as correções, assim como planejar as ações corretivas para que o certificado seja concedido. Na auditoria de supervisão seguinte, a implementação e eficácia das ações corretivas é avaliada pela equipe de auditoria da SysFlor.

Oportunidades de Melhoria: Esses são casos em que a equipe de auditores constata conformidade, mas, que poderá resultar em inconformidade futura se não houver uma ação de melhoria. Ações sobre as oportunidades de melhoria são voluntárias e não afetam a manutenção do certificado. Entretanto, as oportunidades de melhoria podem ser transformadas em não conformidades se o desempenho relacionado aos indicadores que as originaram caracterizar inconformidade.

4.4. Processo de Consulta às Partes Interessadas

De acordo com os protocolos da SysFlor, a consulta às principais partes interessadas é um componente integral do processo de avaliação. Uma consulta pública é realizada por um período mínimo de 30 dias antes da Fase 2/Recertificação, na qual as partes interessadas em nível nacional, estadual e regional são consultadas. A consulta pública inclui ainda, a realização de uma reunião pública durante a auditoria Fase 2/Recertificação. Ademais, durante todas as auditorias, consultas são realizadas com partes interessadas como um componente integral do processo de avaliação. Os objetivos de consultar às partes interessadas é de solicitar informações sobre os pontos fortes e fracos do manejo florestal desenvolvido pelo EMF relativos aos padrões de certificação aplicáveis, assim como sobre a natureza da interação entre o empreendimento e as comunidades vizinhas.

4.4.1. Grupos de Partes Interessadas Consultados

Os grupos de partes interessadas relevantes para esta avaliação foram identificados com base em uma lista das partes interessadas desenvolvida pelo EMF, em conjunto com outras partes identificadas por meio de outras fontes. Esses grupos consultados como parte da avaliação, podem incluir a gerência e os colaboradores do EMF, consultores florestais, empresas prestadoras de serviço, arrendadores, vizinhos confrontantes, organizações de interesse social e cívico locais e regionais, compradores das toras que são colhidas na UMF, membros e/ou representantes de tribos, organizações ambientais e conservacionistas locais e regionais, grupos e organizações de indústria florestal, bem como, pessoal de agências reguladoras locais, estaduais e federais, comunidades locais e outros grupos relevantes.

As atividades de consulta às partes interessadas foram organizadas de maneira a dar aos participantes a oportunidade de fazer comentários, de acordo com as categorias gerais de interesses, com base nos requisitos do programa Cerflor.

4.5. Equipe de Avaliação

Nome	Função	Dias de prep./ pré-avaliação	Dias no local	Especialidade <i>(mantenha apenas os aplicáveis)</i>	Perfil/ Resumo da qualificação
Vanilda Rosângela de Souza	Líder da equipe de auditoria	2	5	Silvicultura Ecologia Sociologia Ambiente Economia	Engenheira florestal formada pela USP, Mestre pela ESALQ/USP, na área de tecnologia de madeira e Doutora pela UFPR, na área de Tecnologia de Produtos Florestais. Com mais de trinta anos de experiência profissional, atuou como pesquisadora e consultora. No setor florestal, desenvolveu, implantou e conduziu programas de qualidade nas atividades florestais, assim como pesquisa para aumento da produtividade florestal e melhoria da qualidade da madeira. Atou na área de colheita florestal por mais de sete anos. No setor ambiental, realizou estudos e desenvolveu programas para minimização dos impactos ambientais causados pelas atividades florestais; desenvolveu e implantou programas de gerenciamento de resíduos gerados nas atividades florestais, bem como normas para utilização de produtos químicos e introdução de novos produtos; coordenou estudos de fragmentos naturais e projetos de recuperação de áreas degradadas. Na área social, desenvolveu programas de qualificação de recursos humanos (treinamentos e reciclagens), envolvendo os temas produtividade, qualidade, segurança no trabalho e meio ambiente; desenvolveu projetos, implantou e executou programas de educação ambiental na região Norte Pioneiro do Estado do Paraná. No setor industrial, desenvolveu e implantou programas de Integração Floresta x Indústria, visando a melhoria da qualidade do produto final e a redução de custos de produção, além de estudos e programas de adequação e otimização de matérias-primas. É coordenadora do programa de certificação da SCS no Brasil, através da empresa Sysflor, tendo participado como auditora de diversos processos de avaliação preliminar, certificação e recertificação de unidades de manejo florestal, incluindo plantações florestais e florestas naturais, como também sistemas de cadeia de custódia dos mais diversificados produtos de madeira.
Edson Vanda Pereira dos Santos	Membro da equipe	2	5	Sociologia	Cientista Social, formado pela Universidade Federal do Acre, Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Barão do Rio Branco e Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tem experiência em gestão socioambiental de

					empreendimentos florestais, desenvolvendo trabalhos com instituições de governo, comunidades rurais, empresas do setor florestal e organizações não governamentais. É auditor de certificação de manejo florestal desde 2010 e auditor líder desde 2018, para os sistemas de certificação florestal FSC, CERFLOR e projetos de carbono Padrão CCB/VCS.
Maurício Canestraro Nadolny	Membro da equipe	2	5	Silvicultura Ambiente Economia	Engenheiro Florestal e Mestre em Manejo Florestal pela UFPR, Curitiba, Paraná e MBA Executivo em Administração de Empresas e Negócios pela FGV, Curitiba, Paraná. Atuou durante 23 anos em empresas nacionais e multinacionais nas áreas de geoprocessamento, implantação e manejo florestal, inventário florestal, planejamento florestal, operações florestais – silvicultura e colheita, suprimento de madeira e certificação. Exerceu cargos de Supervisor de Silvicultura e Colheita, Gerente de Suprimento de Madeira e Implantação Florestal e Gerente de Suprimentos Florestais. Foi coordenador de implantação da Certificação FSC de Manejo Florestal e Cadeia de Custódia em empresas de base florestal. Atualmente é auditor pela SCS/SYSFLOR nos processos de Certificação FSC e CERFLOR em Manejo Florestal e Cadeia de Custódia.
Rosinês Luciana da Motta	Membro da equipe	2	5	Silvicultura Ecologia Ambiente	Bióloga, graduada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - São José do Rio Preto (1989-1992), possui mestrado e doutorado em Ciências Biológicas na área de Zoologia pela UNESP - Botucatu. Professora universitária entre 1998-2011, desenvolvendo pesquisas na área de ecologia de comunidades e ecossistemas. Publicou em revistas indexadas nacionais (6), internacionais (2), Anais de congressos (29), Capítulo de livro (1), Trabalhos técnicos (4). Participou de bancas de graduação (28), mestrado (3) e doutorado (3). Ministrou cursos e treinamentos, tendo orientado diversos trabalhos ecológicos de conclusão de curso (19) e iniciação científica (9). Foi Diretora Pedagógica do Ensino Superior no período de 2007 a 2010 e Diretora de Centro Ambiental (Área de Soltura e Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres - CETAS) no período de 2006 a 2010. Bolsista RHAECNPq do Programa Pesquisador na Empresa (2011-2013), para informar do programa de monitoramento de pragas e doenças do eucalipto. Atua como consultora na Área de Proteção Florestal desde 2011, ministrando diversos treinamentos na área de proteção florestal. Autora de manuais publicados para identificação em campo das principais pragas, doenças, formigas cortadeiras e ervas daninhas que ocorrem no eucalipto no Brasil. Atua também como consultora na área ambiental. Participou do Curso da ISO 9001 e atua como auditora de manejo florestal na Certificação FSC pela SCS / Sysflor desde 2017.

Vitor Hugo Bueno Fogaça	Membro da equipe	2	5	Sociologia	Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2019). Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/Paraná (2014). Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS (2019). Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011). Advogado inscrito na OAB/PR 62.753.
Rossynara Batista Cabral Marques	Membro da equipe	2	5	Silvicultura Sociologia Ambiente	Engenheira Florestal formada pelo Instituto de Tecnologia da Amazônia, pós-graduada em engenharia ambiental pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Auditora Líder do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008. Tem experiência como auditora líder na aplicação dos Padrões de Certificação FSC e CERFLOR de florestas nativas e plantadas e de cadeia de custódia, desde 2007. Tem também atuado como auditora do SCS em processo de CCB Standards (The Climate, Community & Biodiversity Standards). Como consultora tem experiência em preparação de empreendimentos florestais para os processos de certificação florestal FSC e CERFLOR e de empresas de processamento do fruto de açaí para os processos de Certificação de Responsabilidade Social Corporativa (Programa For Life) e de Certificação Orgânica.
Luciano Lisbão Júnior	Membro da equipe	2	5	Silvicultura Ambiente Economia	Engenheiro Agrônomo, especializado em Silvicultura pela ESALQ, da Universidade de São Paulo – USP. PhD em Solos Florestais (Major) e Estatística Experimental (Minor) pela North Carolina State University (USA). Chefe de Unidade em dois períodos (jan./1978 a ago./1982; jun./1987 a jul./1990) e Pesquisador da Embrapa Florestas ao longo de 15 anos (jan./1978 a dez./1992), atuando nas áreas de silvicultura, solos e nutrição florestal. Engenheiro Sênior da Aracruz Celulose S.A., consultor para assuntos técnicos ambientais do Departamento de Controle Técnico de julho 1992 a abril/1995. Gerente de Meio Ambiente e Segurança Florestal da Aracruz Celulose S.A., com responsabilidades em processos de licenciamento, gestão e certificação ambiental / florestal e segurança do trabalho entre abril/1995 a agosto/2009. Atualmente é Consultor Ambiental de empresas florestais e auditor pela SCS/Sysflor nos processos de certificação florestal FSC e CERFLOR.

4.6. Itinerário da Auditoria

Data	Horas	Nome da UMF(s) ou Membro(s) do grupo avaliado(s)	Atividades	Detalhes do Local (Listar os locais em que as atividades listadas foram realizadas. Por exemplo,	Tipo de local (mantenha apenas os aplicáveis)
------	-------	--	------------	---	--

			(Descrever as atividades realizadas durante a avaliação, por exemplo, revisão de documentos, entrevistas com trabalhadores do departamento A, etc.)	Fazenda XXX – Talhão YY, Município, UF)	
10/04/2023	8	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	<p>Reunião de abertura: Apresentação da equipe de auditoria, revisão do escopo de auditoria, plano de auditoria, introdução/atualização sobre os padrões Cerflor, confidencialidade e sumário público, metodologia utilizada para a auditoria e avaliação da conformidade, procedimentos de segurança e emergência para a equipe de avaliação, seleção dos sites a serem visitados;</p> <p>Checagem das ações adotadas para as não conformidades abertas na auditoria anterior;</p> <p>Verificação de documentos e registros;</p> <p>Entrevista com colaboradores.</p>	Escritório do EMF, Imperatriz, MA.	escritório
11/04/2023	4	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	<p>Inspeção em operação de replantio – UP P1BL03; Inspeção em operação de carregamento e transporte – UP P1BC18; entrevista com trabalhadores de EPS; Verificação das condições de transporte do trabalhador; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Checagem da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre; Verificação das condições dos maquinários e procedimentos de manutenção; Verificação dos procedimentos de proteção e sinalização dos Povoamentos florestais.</p>	Fazenda Viscaya, Dom Eliseu, PA.	<p>área protegida</p> <p>área da floresta de produção</p> <p> cursos de água</p> <p>estradas florestais locais de monitoramento</p>
10/04/2023	0,5	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Consulta pública.	Órgão ambiental, Imperatriz, MA.	Parte interessada.
11/04/2023	5	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	<p>Inspeção de campo – Herbicida Mecanizado, Herbicida Manual e Preparo de Solo; Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança do</p>	Fazenda Jurema (S-G02J), São Pedro da Água Branca, MA.	<p>área protegida</p> <p>área da floresta de produção</p>

			trabalhador; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Inspeção em ponto de outorga; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; Verificação das medidas de proteção e condições de conservação da área protegida.		áreas de vivência/ alojamentos áreas usadas por comunidades locais cursos de água estradas florestais
11/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção em operação de manutenção de estradas / malha viária (UP P1BG10, UP P1BG08, UP P1BG09); entrevista com trabalhadores próprios; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Verificação das condições de transporte do trabalhador; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Checagem da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre; Verificação das condições dos maquinários e procedimentos de manutenção.	Fazenda Saudade de Minas, Dom Eliseu, PA.	área protegida área da floresta de produção cursos de água estradas florestais
11/04/2023	1	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção em área avaliada para inclusão no escopo do certificado; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Checagem da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre; Verificação de sinalização de entrada da fazenda.	Fazenda Leoandra–, Dom Eliseu, PA.	área protegida área da floresta de produção cursos de água estradas florestais
11/04/2023	3	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção na operação de carregamento/transporte; Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais.	Bloco Eldorado (S- G61H), Vila Nova dos Martírios, MA.	área protegida área da floresta de produção áreas de vivência/ alojamentos cursos de água estradas florestais

11/04/2023	3	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Consulta pública.	Povoado Água Branca, Imperatriz-MA.	Parte interessada
11/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção de campo em área nova avaliada para inclusão no escopo de certificação; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa, incluindo as APPs; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre.	Fazenda Bandeirantes I, São Francisco do Brejão, MA.	área protegida área da floresta de produção cursos de água estradas florestais
11/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção em operação de plantio; Inspeção em ônibus que transporta trabalhadores; Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; Visita a locais de programas e projetos ambientais; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa, incluindo as APPs; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre.	Fazenda Monte Sinai, Açailândia, MA.	área protegida área da floresta de produção áreas de vivência/ alojamentos estradas florestais
11/04/2023	1	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção de campo em área recém-colhida; Análise dos talhões recém cortados; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa, incluindo as APPs; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre.	Fazenda Santa Marta, Açailândia, MA.	área protegida área da floresta de produção estradas florestais
11/04/2023	1	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção em operações de roçada manual, aplicação de herbicida costal e combate à formiga; Inspeção em ônibus que transporta trabalhadores; Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; Verificação do estado	Fazenda Santa Maria QG, Açailândia, MA.	área protegida área da floresta de produção áreas de vivência /alojamentos

			de conservação das estradas e acessos; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa, incluindo as APPs; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre.		estradas florestais área de aplicação de pesticidas
11/04/2023	1	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção–de campo - Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa, incluindo as APPs; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais.	Fazenda Bola Branca, Açailândia, MA.	área protegida área da floresta de produção
11/04/2023	1	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção de campo em área de conservação; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa, incluindo as APPs; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais.	Fazenda Boa Esperança I, II e III, Açailândia, MA.	área protegida área da floresta de produção
11/04/2023	1	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Consulta pública.	Parte afetada, região de Açailândia, MA.	parte afetada
11/04/2023	5	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Verificação das condições dos Depósitos de Resíduos e Armazenamento de produtos químicos (óleos lubrificantes, combustível, fertilizantes e agrotóxicos). Verificação de registros de controle de estoque e movimentação de produtos químicos.	Fazenda Boa Fé, Cidelândia, MA.	Escritório locais de armazenamento de químicos
11/04/2023	3	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção de campo em área avaliada para inclusão no escopo do certificado; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa, incluindo as APPs; Verificação da sanidade e o desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre.	Fazenda Casa Verde, Itinga do Maranhão, MA.	área protegida área da floresta de produção estradas florestais
11/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Checagem da conservação das áreas de conservação, dos fragmentos de vegetação nativa e APPs; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre; Verificação dos procedimentos de proteção e sinalização dos povoamentos florestais e Ambiental.	Fazenda São Roque, Darcinópolis /TO.	área protegida cursos de água locais de monitoramento

11/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção em operação de colheita florestal; Entrevista com trabalhadores próprios; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Checagem da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre; Verificação das condições dos maquinários e procedimentos de manutenção; Verificação dos procedimentos de proteção e sinalização dos povoamentos florestais.	Fazenda São Sebastião, Estreito, MA.	área protegida área da floresta de produção áreas de vivência/ alojamentos cursos de água estradas florestais
11/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção em operação de baldeio; Entrevista com trabalhadores próprios; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Checagem da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre; Verificação das condições dos maquinários e procedimentos de manutenção; Verificação dos procedimentos de proteção e sinalização dos Povoamentos florestais.	Fazenda Miarin, Estreito, MA.	área protegida área da floresta de produção áreas de vivência/ alojamentos cursos de água estradas florestais
11/04/2023	1	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Consulta Pública.	Comunidade local, Estreito, MA.	Parte interessada
11/04/2023	1	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Reunião Pública.	Sala do Empreendedor, em Estreito, MA.	Auditório Sala do empreendedor.
11/04/2023	6	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Entrevista com o setor de relações sindicais; Entrevista com o setor de contencioso trabalhista; Entrevista com o setor de gerenciamento de terceiros; Entrevista com o setor de contencioso ambiental.	Auditoria remota (Sala no MS Teams).	Escritório
12/04/2023	1	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz/MA	Análise de documentação fundiária/Aumento de escopo	Auditoria remota (Sala no MS Teams)	Escritório

12/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção no Depósito de Químicos.	Fazenda Preciosa, Dom Eliseu, PA.	loais de armazenamento de químicos
12/04/2023	4	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção em operação de colheita mecanizada e baldeio; entrevista com trabalhadores próprios; Verificação das condições de transporte do trabalhador; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança do trabalhador; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Checagem da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre; Verificação das condições dos maquinários e procedimentos de manutenção; Verificação dos procedimentos de proteção e sinalização dos povoamentos florestais.	Fazenda Lírio do Vale, Dom Eliseu, PA.	área protegida área da floresta de produção cursos de água estradas florestais
12/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção em área nova avaliada para inclusão no escopo da certificação; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais.	Fazenda Indiana, Açailândia, MA.	área protegida área da floresta de produção cursos de água estradas florestais
12/04/2023	3	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção em área de conservação; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Verificação das medidas de proteção e condições de conservação; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e APPs; Verificação de mapas <i>versus</i> verdade terrestre; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais.	Bloco Boa Esperança A (S-G61N), Açailândia, MA.	área protegida área da floresta de produção cursos de água estradas florestais loais de monitoramento
12/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção na operação de colheita; Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa,	Fazenda São João e Outras (S-G60B), João Lisboa, MA.	área protegida área da floresta de produção áreas de vivência/ alojamentos

			incluindo as APPs; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais.		estradas florestais
12/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção na operação de colheita e baldeio; Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço; Inspeção nas áreas de vivência; Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; Verificação do estado de conservação das estradas e acessos; Verificação da conservação dos fragmentos de vegetação nativa, incluindo as APPs; Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais.	Fazenda São José 3B, Cidelândia, MA.	área protegida área da floresta de produção áreas de vivência/ alojamentos estradas florestais
12/04/2023	4	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Verificação de documentos sobre Gestão de Resíduos; Entrevistas com colaboradores do MAF;	Escritório do EMF, Imperatriz, MA.	Escritório
12/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Verificação de mapas e cadastro florestal; Entrevistas com colaboradores do PCP.	Escritório do EMF, Imperatriz, MA.	Escritório
12/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Apresentação do Centro de Monitoramento do Proflor e sistema de prevenção e controle de incêndios florestais e ocorrências não autorizadas na UMF; Entrevistas com colaboradores do Proflor.	Escritório do EMF.	Escritório
12/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Verificação dos procedimentos de proteção e vigilância patrimonial dos Povoamentos florestais e Ambiental; Verificação das ações e projetos sociais desenvolvidos pela empresa nas comunidades locais e tradicionais.	Escritório do EMF, Porto Franco/MA.	Escritório
12/04/2023	1	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Inspeção no Depósito de Químicos.	Escritório do EMF, Porto Franco/MA.	locais de armazenamento de químicos
12/04/2023	5	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Consulta Pública	Comunidade local, Porto Franco, MA	Parte interessada

12/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Consulta Pública.	Povoado Coquelândia, Imperatriz-MA.	Parte interessada
12/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Consulta Pública.	Campo Agrícola/ PDRT, Bloco Eldorado, Imperatriz-MA.	Parte interessada
12/04/2023	1	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Consulta pública.	Ministério Público Estadual, Imperatriz- MA.	parte interessada.
13/04/2023	1	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Consulta Pública (via WhatsApp).	Organização representativa de povos indígenas, TO.	Parte interessada
13/04/2023	2	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Consulta Pública presencial.	Órgão Público de representação de povos indígenas, Imperatriz, MA.	Parte interessada
13/04/2023	8	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Verificação de projetos sociais; comunicação com comunidades, avaliação de Impactos Sociais, entrevista com consultora e funcionário; Análise de documentos e entrevista com colaboradores; Verificação de documentos referente a Saúde e Segurança do Trabalhador; Entrevistas com colaboradores; Verificação dos orçamentos, planejamento, excelência operacional, custos e produtos florestais; Avaliação do Manejo Integrado da Sanidade e Proteção Florestal; Verificação de documentos e registros; Entrevista com colaboradores da Gerência Sanidade e Proteção Florestal – GSPF; Monitoramento Climático e geração de informações em apoio à Silvicultura; Entrevista a Pesquisador de Manejo Florestal; Avaliação do procedimento de Controle de Exóticas Invasoras; Entrevista com colaborador do MAF; Avaliação do Programa de Melhoramento Genético Florestal, seleção de espécies e espécies alternativas; não uso de OGMs; Entrevistas com pesquisadores do PMGF	Escritório do EMF, Imperatriz/MA e sala de reunião no Teams	Escritório do EMF, Imperatriz/MA.

			Suzano; Verificação de outros documentos pertinentes; Avaliação dos Programas de Solos e Nutrição Florestal Indicadores; Entrevista com pesquisador de nutrição e manejo Florestal. Entrevista com o setor de negócios florestais; Entrevista com o setor de contencioso imobiliário.		
14/04/2023	4	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Verificação de procedimentos e registros de oportunidade de emprego para comunidades; Verificação de procedimentos de construção de estradas e todos os outros distúrbios de ordem mecânica; Verificação de documentação referente aos indicadores e CARs analisados; Entrevista com o setor de recursos humanos; Entrevistas com o setor de contencioso cível; Verificação de documentos.	Escritório do EMF, Imperatriz/MA e sala de reunião no Teams	Escritório do EMF, Imperatriz/MA.
14/04/2023	4	Suzano S.A. – Unidade Imperatriz, MA	Preparação da Reunião de Encerramento: Auditor(es) consolida(m) notas, delibera(m) e confirma(m) as conclusões da auditoria. Reunião de Encerramento: Revisão das constatações preliminares (potenciais não conformidades e observações) e discussão das próximas etapas.	Escritório do EMF, Imperatriz/MA.	Escritório

5. MUDANÇAS NO SISTEMA DE GESTÃO

<input type="checkbox"/>	Não aplicável. Trata-se de auditoria de certificação inicial.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foram identificadas mudanças no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera.
<input type="checkbox"/>	Foram identificadas mudanças no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera.
Descreva as mudanças identificadas:	
<input type="checkbox"/>	As mudanças identificadas no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera não são significativas.
<input type="checkbox"/>	As mudanças identificadas no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera são significativas. Dessa forma, recomenda-se que seja realizada uma auditoria especial ou uma auditoria fase 1 (caso a próxima auditoria programada seja uma recertificação).

6. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

6.1. Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe de avaliação

O quadro abaixo apresenta um resumo dos principais comentários recebidos das partes interessadas e as respostas da equipe de avaliação.

A SysFlor não recebeu nenhum comentário de partes interessadas (que não são membros do empreendimento sob avaliação) como resultado das atividades de consulta realizadas antes e/ou durante essa auditoria.

Grupo da parte interessada	Descrição da parte interessada	Comentário da parte interessada	Notificado antes da auditoria?	Entrevistado durante esta auditoria?	Acompanhamento da certificadora
Interesses econômicos	Parte interessada	<p>A Suzano é uma empresa socialmente justa, ambientalmente correta.</p> <p>A empresa possui Responsabilidade ambiental e Responsabilidade com a comunidade no entorno.</p> <p>O trabalho das equipes do setor socioambiental da empresa tem sido constante e contínuo, os projetos são desenvolvidos em sua totalidade e os resultados são avaliados acompanhados pela empresa.</p>	Sim	Não	<p>Durante a auditoria foi verificado que atualmente a Suzano S.A desenvolve 85 programas com ações socioambientais em comunidades dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins.</p> <p>O Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) apoia pequenos produtores no desenvolvimento da agricultura sustentável, apicultura, criação de pequenos animais, pecuária, piscicultura, artesanato e turismo rural.</p> <p>O Programa Extrativismo desenvolve ações com 29 comunidades, contribuindo para o desenvolvimento da cadeia produtiva do coco-de-babaçu e açaí. Deste total, 20 são comunidades tradicionais de mulheres quebradeiras de coco-de-babaçu. O Programa desenvolve ações com comunidades tradicionais das Reservas Extrativistas de Ciríaco (MA) e comunidades indígenas das TIs Mãe Maria (TO), Araribóia (MA) e Apinayé (TO).</p> <p>Para a execução das ações, a Suzano S.A mantém parcerias institucionais com associações e cooperativas extrativistas, ICMBio e FUNAI.</p> <p>Em termos ambientais, verificou-se na auditoria que a empresa fez uma análise de aspectos e impactos ambientais para as atividades operacionais do manejo florestal ("PO.24.01.0002_ Identificação AIA; Matriz AIA UNF MA_v.11_20.10.22"). Para cada atividade considerada (por exemplo, silvicultura - preparo de solo mecanizado,</p>

					<p>coveamento manual, plantio) foram analisadas a sua condição de operacionalização, temporalidade, escala e intensidade. O EMF apresentou na matriz de impactos ambientais, para cada impacto identificado medidas para prevenção, mitigação, recuperação e/ou compensação e controles sobre o aspecto ambiental (“Matriz AIA UNF MA_v.11_20.10.22”).</p> <p>O EMF adota procedimentos visando para proteger, manter ou melhorar e salvaguardar a presença de espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção e seus habitats, tais como (“PMF 2023, p. 115”):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) vigilância patrimonial; 2) implantação de medidas preventivas de combate a incêndio; 3) priorização, quando possível, da restauração florestal de formação de corredores ecológicos de conectividade; 4) educação Ambiental; 5) instalação de placas de identificação e de sinalizações; 6) avaliações de Riscos Ambientais e Sociais e procedimentos operacionais relacionados; 7) procedimentos operacionais e capacitação do pessoal para todas as atividades de manejo de plantações florestais. <p>Nas vistorias de campo foram verificadas placas proibitivas de atividades ilegais e de conservação ambiental.</p> <p>A partir dos estudos de biodiversidade, a empresa em parceria com instituições elaborou recentemente, os seguintes documentos e projetos para endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção e seus habitats:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) “Plano de ação para conservação de Palmeiras”; 2) “Plano de ação para conservação de Primatas”; 3) Medidas específicas para conservação de espécies (“Recomendações Biodiversidade_MA”).
--	--	--	--	--	---

					<p>O EMF apresentou o estudo da sua base florestal, no qual definiu o estabelecimento de um corredor ecológico Amazônico na UNF Maranhão/Pará que compreende de 183 km de comprimento, com uma área de 9 mil ha, ligando cerca dhá221 mil ha (“CPRVBio-short-auditoria2023”). Nesse estudo realizado com a colaboração de 41 instituições, definiu uma área a restaurar de 400 ha e uma área a manejar de 3.000 ha (“CPRV Bio-short – auditoria 023; Relatório_Final_Corredores_2022_06_20_Revisado_1153_O UTRO”).</p>
Universidades e instituições de pesquisa	Parte interessada	<p>Geração de emprego e renda; Absorção de profissionais formados na região;</p>	Sim	Não	<p>Foi constatado com base nos dados verificados durante a auditoria, que a Suzano UNF MA está entre as empresas com maior geração de empregos diretos do Estado do Maranhão. Conforme dados levantados junto à Área de Recursos Humanos, em abril/2023 a UNF apresentou um quadro de 1.829 colaboradores próprios e de empresas prestadoras de serviço, dos quais 859 estão ligados ao setor florestal. Deste total, 91% são compostos por mão-de-obra contratada na região de atuação, sendo 1.504 colaboradores do Estado do Maranhão, 134 do Pará e 26 do Tocantins.</p> <p>Em 2023, o Projeto Treinar criou oportunidades a 46 jovens aprendizes e formandos de universidades locais, contribuindo para a qualificação para o mercado de trabalho e absorção de mão-de-obra regional.</p>
Agências florestais nacionais e estaduais	Parte interessada	<p>A empresa atua de maneira responsável na área ambiental, buscando meios de controlar e diminuir os impactos negativos das atividades desenvolvidas pela empresa.</p>	Sim	Não	<p>O EMF realizou uma análise de aspectos e impactos ambientais para as atividades operacionais do manejo florestal (“PO.24.01.0002_ Identificação AIA; Matriz AIA UNF MA_v.11_20.10.22”). Para cada atividade considerada (por exemplo, silvicultura - preparo de solo mecanizado, coveamento manual, plantio) foram analisadas a sua condição de operacionalização, temporalidade, escala e intensidade. A relevância da atividade foi definida pela combinação de sua escala e intensidade, sendo classificada em atividade não significativa; moderada ou significativa. Uma vez identificada a significância da atividade, aspectos</p>

					ambientais foram classificados quanto à sua natureza, origem e ocorrência e determinada a relevância do aspecto ambiental dadas escala e intensidade da atividade operacional. Por fim, os impactos ambientais da atividade foram analisados e determinada sua significância em função da relevância e significância do aspecto ambiental na atividade operacional (“BOOK FAZENDA SAO LUCAS (S-G61H)”). Para cada impacto identificado medidas para prevenção, mitigação, recuperação e/ou compensação e controles sobre o aspecto ambiental.
Agências florestais nacionais e estaduais	Parte interessada	A Suzano vem fazendo um importante trabalho junto as populações tradicionais da região tocantina. Tem sido uma importante parceira nas ações do NGI ICMBio Imperatriz possibilitando por meio de recursos e equipe técnica o desenvolvimento das cadeias produtivas das reservas extrativistas geridas por este NGI	Sim	Não	De acordo com as consultas realizadas durante o processo de auditoria e evidencia documental de reuniões realizadas com outras organizações de representação indígenas (Centro de Trabalho Indigenista – C-I, SEDIHPOP - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão- COAPIMA e Articulação de Mulheres Indígenas do Maranhão – AMIMA), constatou-se que o EMF tem atuado nas regiões, respeitando os direitos das populações indígenas. Em 2022, estabeleceu o Plano de ação Território Indígena, por meio do qual busca a reaproximação com as comunidades indígenas e suas representações, por meio de projeto de relacionamento, que prevê a formalização de um processo de consulta, construído de forma participativa. Como ações sociais desenvolvidas na região do Maranhão, tem-se, por exemplo: <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio a 09 brigadas de incêndio indígenas que atuam na região, com entrega dos Kits/equipamentos, realizado pelo IBAMA; 2. Criação de Brinquedoteca; 3. Criação do Programa para oportunidades na universidade; 4. Apoio a assistência técnica para produção agrícola sustentável.

<p>Organização de representação indígena</p>	<p>Parte interessada</p>	<p>Quais terras indígenas estão na área de influência da empresa? Que as informações sobre essas Terras indígenas impactadas e que estão próximas as fazendas da empresa cheguem as comunidades indígenas.</p>	<p>Não</p>	<p>Sim</p>	<p>A equipe de auditoria verificou que, entre os municípios com presença da Suzano e que compõe a macrorregião Cidelândia, atualmente, apenas os municípios de Bom Jesus das Selvas e Bom Jardim contém áreas indígenas (Terra Indígena Araribóia e Terra Indígena Carú). As propriedades da Suzano nestes municípios estão localizadas entre 6,4 e 80 km de distância destas terras, respectivamente, respeitando, portanto, as zonas de amortecimento dessas TIs. Além dessas, as Fazendas Chapada Grande e Nossa Senhora Aparecida distanciam-se da Terra Indígena Krikati cerca de 12,5 e 16,8 km, respectivamente.</p> <p>Para avaliação quanto ao uso costumários por comunidade, o EMF realizou consulta às comunidades indígenas APINAYÉ e FULNI-Ô, conforme evidenciado em Relatórios de avaliação de impactos. Tem realizado reuniões com representação organizacionais indígenas para reaproximação com as lideranças indígenas do território e iniciar o diálogo de um plano e relacionamento para médio prazo com os Povos Indígenas próximos às operações da UNF MA, sendo apresentado pelo EMF um Plano de ação de Relacionamento indígena, compreendendo as regiões do Pará, Maranhão e Tocantins, para o período de 2022 a 2023, com o objetivo retomada e fortalecimento do relacionamento com as comunidades indígenas e suas representações. Ademais, a empresa estabeleceu que operações florestais próxima às TI só ocorrerão após a validação do processo do protocolo de consulta, previsto para ser finalizado em 2023.</p>
<p>Interesses sociais</p>	<p>Comunidade e local</p>	<p>Não estamos coletando açaí nas áreas disponibilizadas pela Suzano, pois os invasores não permitem. Invadiram as fazendas e estão destruindo tanto as</p>	<p>Não</p>	<p>Sim</p>	<p>Em razão do extrativismo do açaí praticado pelo Povoado 1.700 (Imperatriz-MA), parte das áreas naturais do Bloco Eldorado estão classificadas como altos valores sociais. Em inspeção de campo, a equipe de auditoria constatou que parte dos plantios de eucalipto e dos fragmentos nativos encontram-se ocupados por terceiros. O cenário conflituoso impede os coletores de acessarem os açazais, comprometendo a fonte de renda familiar. No Povoado, o</p>

		<p>áreas de açaí nativo, como as que plantamos junto com a empresa. Isso está causando prejuízo à renda do Povoado do 1.700. Já falamos com a empresa, defensoria pública e até com a prefeitura, mas nada foi resolvido. O açaí é a principal fonte de renda do povoado.</p>			<p>açaí é a principal fonte de renda familiar. O EMF ajuizou uma ação de reintegração de posse, aprovada, aguardando sua execução.</p> <p>Em razão do grande impacto negativo na renda do Povoado, como alternativa econômica, a empresa está executando com os pequenos produtores o projeto de produção de café (i.e., café de açaí). Além disso, apresentou o plano de recuperação das áreas nativas/açaizais, a ser implementado logo após a retirada dos ocupantes.</p>
Interesses sociais	Comunidade e local	<p>As mulheres não conseguem mais entrar nas fazendas para a coleta do coco de babaçu. Os invasores estão proibindo, o que causa grande revolta, pois dependemos do coco para fazer a farinha que comercializamos.</p>	Não	Sim	<p>Os terceiros que ocupam parte das áreas do Bloco Eldorado, impedem as mulheres quebradeiras de coco-de-babaçu da Comunidade Coquelândia e Petrolina de realizarem o extrativismo em parte das áreas tradicionais, e, conseqüentemente, produzir derivados que comercializam na região em que vivem. O cenário conflituoso impede as mulheres de acessarem os babaçuais, comprometendo a fonte de renda familiar. O EMF ajuizou uma ação de reintegração de posse, aprovada, e está aguardando sua execução.</p> <p>Em razão do impacto negativo causado pela impossibilidade de acesso pelas quebradeiras-de-coco à área invadida, a empresa tem realizado ações de aprimoramento e inovação, como: processamento do mesocarpo, aproveitamento da parte lenhosa para produção de artesanatos (biojóias, sousplast, etc), amêndoas para produção de óleos e azeites, palhas para artesanatos de cestarias trançadas, saboaria. Segundo o EMF, com a agregação de valor aos produtos coletados, foi possível observar um equilíbrio nos valores de rendas obtidas pelos extrativistas, minimizando os impactos das ocupações irregulares.</p>
Interesses sociais	Comunidade e local	<p>Estamos muito estimuladas com o</p>	Não	Sim	<p>A equipe de auditoria verificou que a Suzano S.A UNF Maranhão implementou o projeto extrativismo sustentável,</p>

		<p>apoio da Suzano na criação de uma linha de produtos à base do coco-de-babaçu. Antes, o coco só servia para carvão e mesocarpo. Hoje, produzimos artesanato, bolsas e produtos alimentícios. Uma grande contribuição da empresa foi o apoio às jovens. Tanto a associação como a cooperativa são administradas por mulheres jovens, que não tinham perspectiva de futuro. Hoje, viajamos o país comercializando nossa linha de produtos. A Suzano ofereceu cursos de gestão, contratou consultorias para desenvolver produtos; e apoia o aumento da renda adquirindo produtos locais.</p>			<p>tendo as mulheres quebradeiras de coco-de-babaçu, como uma das principais beneficiárias. A empresa apoia as mulheres na organização das associações e criação de uma cooperativa, atualmente responsável pela comercialização dos subprodutos do coco. Foi verificada a realização de reforma das sedes administrativas, unidades de produção e aquisição de equipamentos. Atualmente, as mulheres comercializam no Brasil, participando de feiras com apoio do Sebrae e da Suzano S.A. A diversidade de produtos inclui: Óleos comestíveis, artesanato de coco e palha, bolsas e mochilas, farinha, adornos e fitocosméticos.</p>
Interesses sociais	Comunidade e local	<p>A empresa realiza a recuperação das estradas, porém, o que precisamos é de asfaltamento. Não basta ficar recuperando e</p>	Não	Sim	<p>A reclamação trata da vicinal via Rondon (Imperatriz-MA), utilizada para o transporte de madeira das fazendas São Lourenço, Capixaba e São Lucas (Bloco Eldorado). Em inspeção ao local, foi verificado que a estrada se encontrava em bom estado de conservação e com serviço de umectação regular, conforme verificado no diário do caminhão pipa placa OXRC25 que realiza a captação no ponto de outorga N.</p>

		molhando, mas asfaltar de vez.			0831210-2019. A empresa comunicou que não realiza asfaltamento em vicinais municipais, mas que realiza ações de recuperação das estradas em parceria com a prefeitura municipal.
Interesses sociais	Comunidade e local	O projeto de fomento aos pequenos agricultores é muito importante. A Suzano cede a área para os roçados e a gente desenvolve a produção para o consumo e venda. São mais de 30 famílias beneficiadas. O que sentimos falta é do apoio para um local onde a gente faça a refeição, pois aqui não tem.	Não	Sim	<p>Durante a auditoria foi verificado que atualmente a Suzano S.A desenvolve 85 programas com ações socioambientais em comunidades dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins.</p> <p>Dentre eles, está executado o Projeto Campos Agrícolas, parte do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial – PDRT, desenvolvido com o objetivo de apoiar pequenos produtores de comunidades locais oferecendo a assistência técnica, insumos e cessão de áreas para cultivo agrícola. No projeto, a empresa disponibiliza áreas a pequenos produtores para atividades agrícolas, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda. A disponibilidade das áreas é realizada por meio de comodato, tendo atualmente cinco associações comunitárias beneficiárias. Durante avaliação in loco, no PDTR do bloco Eldorado, foi verificado que não havia local para descanso e refúgio contra intempéries disponível aos pequenos produtores da Associação São Félix. Foi identificado o uso de agroquímicos nos cultivos agrícolas, contrariando os pilares do projeto. Diante disso, foi aplicada a NC Menor 2023-03, para que a empresa e a associação comunitária revisem os acordos, estruturarem condições apropriadas para os produtores nos dias de roçado e retomem boas práticas para manter os pilares do programa.</p>

6.2. Reclamações das Partes Interessadas e Respostas da Equipe de Avaliação

A SysFlor não recebeu nenhuma reclamação.

6.3. Resumo das Constatações da Avaliação

Não aplicável – Não é uma auditoria de (re)certificação.

Com base nas informações compiladas e nos julgamentos preliminares formados a partir da revisão de documentos, entrevistas e inspeção em campo, os objetivos da auditoria foram atingidos e o escopo de certificação foi confirmado como sendo adequado. Dessa forma, as conclusões da equipe de auditores da SysFlor são apresentadas abaixo. A avaliação identificou possíveis não conformidades e, nos casos em que as informações compiladas durante a auditoria foram suficientes, classificou-as como não conformidades maiores e menores.

A Tabela abaixo contém um resumo das constatações da equipe de avaliação relacionadas ao cumprimento dos Princípios e Critérios do manejo florestal do Cerflor pelo EMF, incluindo a quantidade de Não Conformidades (NCs) relacionadas a cada Princípio/Critério.

Princípio/Critério	Nº de NCs	Resumo da avaliação
Princípio 1: Cumprimento da legislação		
Critério 1.1 - A organização deve realizar as atividades pertinentes à implantação e manejo das florestas, de acordo com as legislações e outros regulamentos florestais e ambientais aplicáveis.	01	O EMF apresentou evidências que demonstraram o cumprimento de toda legislação nacional e local, bem como exigências administrativas. Entretanto, não foi possível confirmar o total atendimento da NR 31, item NR 31.7.6.1 que estabelece que todos os trabalhadores que fazem aplicação de pesticidas devem tomar o banho. (Vide NC menor 2023-01)
Critério 1.2 - Os direitos das comunidades locais, de uso e de ocupação das terras com florestas naturais, devem ser respeitados, de acordo com a legislação vigente.	-	De acordo com os resultados dos Levantamentos Socioeconômicos e Estudos de Atributos de Alto Valor para a Conservação 5 – Necessidades das comunidades (AACV Social) realizados em 2017, o EMF identificou comunidades com direito costumário de uso de recursos florestais na UMF, ocorrendo a coleta de açaí e coco-de-babaçu. Como reconhecimento ao direito de uso, a empresa elaborou com as comunidades o Plano de Manejo Florestal Sustentável Participativo e o Projeto Extrativismo Sustentável, realizando o mapeamento geográfico das áreas de coleta e oferecendo apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí e do coco-de-babaçu. O EMF demonstrou que consulta as comunidades para a execução das operações e identificação de impactos. Para avaliação quanto ao uso costumários por comunidade, o EMF realizou visitas (entrevistas e rodada de conversa) as comunidades de Açaizal, Altamira, Coquelândia, Olho D'água dos Martins,

		<p>Petrolina, São Félix e São José da Matança (região da estrada do Arroz em Imperatriz – MA), e a Resex do Ciriaco, no município de Cidelândia – MA. Também realizou consulta as comunidades indígenas APINAYÉ e FULNI-Ô, conforme evidenciado em Relatórios de avaliação de impactos. Tem realizado reuniões com representação organizacionais indígenas para reaproximação com as lideranças indígenas do território e iniciar o diálogo de um plano e relacionamento para médio prazo com os Povos Indígenas próximos às operações da UNF MA, sendo apresentado pelo EMF um Plano de ação de Relacionamento indígena, compreendendo as regiões do Pará, Maranhão e Tocantins, para o período de 2022 a 2023.</p>
<p>Critério 1.3 - As legislações trabalhista, previdenciária e tributária devem ser cumpridas.</p>	<p>-</p>	<p>O EMF evidenciou, por meio de certidões e demais documentos próprios, o pagamento regular de taxas, honorários e demais obrigações financeiras.</p>
<p>Princípio 2: Racionalidade no uso dos recursos a curto, médio e longo prazos em busca da sua sustentabilidade</p>		
<p>Critério 2.1 - A organização deve adotar estratégias orientadas para o uso e manejo sustentáveis dos recursos florestais.</p>	<p>01</p>	<p>O EMF possui os procedimentos e instruções técnicas das operações florestais desenvolvidas na UMF, incluindo atividades as atividades de produção de mudas, implantação, reforma, tratos silviculturais, abertura e manutenção de estradas, colheita e transporte de madeira. Os responsáveis pelo manejo florestal sustentável estão definidos e identificados no item 4.3.2 “Estrutura Organizacional” do PMF (p. 24).</p> <p>Porém verificou-se que o book de mapas da empresa possui inconsistência em relação à realizada de campo, em relação ao procedimento para captação de água. Tendo sido emitida a NC Menor 2023-04.</p> <p>O Programa de Melhoramento Genético da Suzano - PMGS trabalha na geração, avaliação e seleção de materiais genéticos mais produtivos e adaptados às condições edafoclimáticas de cada UNF. O principal objetivo do PMGS é o aumento de Incremento Médio Anual em Celulose (IMAcel), melhorando produtividade e qualidade da madeira, contribuindo para o manejo sustentável dos recursos florestais da Suzano - MA.</p>

<p>Critério 2.2 - As operações florestais devem estar fundamentadas em plano de manejo florestal atualizado.</p>	<p>-</p>	<p>O Plano de Manejo Florestal da Suzano versão 2023 apresenta todos os itens requeridos no indicador 2.2. a).</p>
<p>Critério 2.3 - A organização deve implementar tecnologia florestal apropriada às peculiaridades locais.</p>	<p>-</p>	<p>A Suzano S/A possui a Diretoria de Tecnologia e Inovação – DTI, que engloba as áreas: Genética e Melhoramento Florestal; Manejo Florestal (com as Gerências de Solos, Nutrição e Manejo Florestal; e de Sanidade e Proteção Florestal).</p> <p>A tecnologia florestal é desenvolvida em cada Unidade de Negócio Florestal, para cada Unidade de Manejo caracterizada pelas suas características de solo, disponibilidade de água, relevo e altitude.</p> <p>A transferência de tecnologia ocorre através do Pacote Tecnológico, Atualização dos Procedimentos e Treinamentos.</p> <p>O Pacote Tecnológico 2023 apresenta as recomendações técnicas de manejo para as áreas de formação florestal da empresa, considerando as características das diferentes unidades de manejo. As recomendações incluem indicação de manejo, alocação clonal, preparo de solo, espaçamento de plantio, fertilização, manejo de plantas daninhas, pragas e doenças e manejo de condução.</p>
<p>Critério 2.4 – Deve haver um procedimento implementado que permita rastrear o fluxo do produto florestal.</p>	<p>-</p>	<p>Há um sistema de Cadeia de Custódia implementado e não ocorre risco de mistura, uma vez que a identificação da certificação é a nível de UP (unidade de produção).</p>
<p>Princípio 3: Zelo pela diversidade biológica</p>		
<p>Critério 3.1 – A introdução e a utilização de material genético devem ser realizadas de forma controlada e segundo normas de biossegurança. Deve haver experiência prévia com o material que, além de comprovar o potencial de produção florestal na região, permita que sejam avaliados os eventuais impactos ambientais.</p>	<p>-</p>	<p>Além das espécies <i>Eucalyptus urophylla</i> e <i>E. grandis</i>, o Programa de Melhoramento Genético Suzano – PMGS atua com outras 38 espécies deste Gênero. Também, há cinco espécies do Gênero <i>Corymbia</i> sendo trabalhadas no PMGS. Assim, na PMGS são avaliadas 40 espécies distintas de <i>Eucalyptus</i> e 05 de <i>Corymbia</i>, sendo mantidos cerca de 370 hectares destinados à conservação de material genético (populações bases).</p> <p>Através de uma subsidiária há a autorização da CTNBio (Comissão Nacional de Biossegurança - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), para desenvolver pesquisas com eucalipto transgênico, tanto em laboratório quanto em campo. Contudo, é importante ressaltar que a</p>

		empresa não utiliza comercialmente florestas de eucalipto geneticamente modificado.
Critério 3.2 - As operações florestais e as obras de infraestrutura devem ser executadas considerando a proteção dos ecossistemas remanescentes. Ecossistemas únicos, com importância ambiental, arqueológica, histórica, cultural ou social, reconhecida, devem ser preservados.	-	O EMF adota ações para manutenção e/ou melhoria das funções e valores ecológicos na UMF. Apresentou um estudo no qual definiu o estabelecimento de um corredor ecológico Amazônico na UNF Maranhão/Pará, sendo adotadas medidas para conservação e restauração de áreas de APP, 'insitu' e 'ex-situ'. A organização possui uma série de salvaguardas ambientais para conservação da vegetação, solo e recursos hídricos, para evitar impactos do manejo.
Critério 3.3 - Devem ser adotadas técnicas de proteção florestal e de manejo integrado de pragas e doenças.	-	A Suzano – MA adota o conceito de Manejo Integrado de Pragas e Doenças (MIPD). O EMF possui parcerias com diversas instituições de pesquisa e universidades engajadas nos programas: <ul style="list-style-type: none"> - Controle biológico de Pragas Exóticas, com o uso de Inimigos Naturais; - Prospecção de agentes patogênicos no controle de plantas daninhas; - Resistência genética de clones a doenças; - Controle de pragas com o uso de inseticidas biológicos.
Critério 3.4 - Os ecossistemas naturais devem ser monitorados de modo a fornecer informações sobre seus recursos biológicos, para a confirmação ou revisão do plano de manejo. O nível de monitoramento deve ser compatível com a escala das operações.	-	Em termos ambientais, o EMF realiza monitoramentos de fauna e flora, assim como qualitativo da água, em parceria com o Programa Cooperativo sobre Monitoramento e Modelagem de Bacias Hidrográficas (PROMAB). O monitoramento da ocorrência de erosão em talhões de plantio e estradas é realizado no sistema de Ocorrências Ambientais. O EMF apresentou a planilha " <i>Planejamento Restauração</i> " que contempla os resultados e avaliações do monitoramento da recuperação de áreas degradadas.
Critério 3.5 - As áreas de relevante Interesse ecológico, assim declaradas por legislação ou reconhecidas por seus excepcionais atributos naturais, socioculturais ou ambientais, devem ser mantidas e protegidas.	-	Foi verificado que as fazendas do EMF possuem mapas de uso do solo com identificação dos ecossistemas naturais. Essas áreas estão protegidas por ações de vigilância patrimonial e ações de manejo da empresa, como por exemplo, recuperação de áreas degradadas (" <i>Planejamento Restauração</i> ").
Critério 3.6 - As atividades de caça e pesca devem ser controladas na área de manejo florestal, de acordo com a legislação vigente.	-	O EMF possui procedimentos de vigilância patrimonial para execução de suas atividades, sendo realizadas rondas preventivas periódicas trimestrais nos

		<p>entornos e acessos existentes em toda a área para verificação da presença de caçadores e pescadores e da prática de extração mineral ou da flora. Todas as ocorrências são registradas na Plataforma de registro de ocorrência de inteligência patrimonial (ROIP) disponibilizado aos vigilantes e encaminhados diariamente ao setor de inteligência patrimonial da Suzano para as tratativas.</p>
Princípio 4: Respeito às águas, ao solo e ao ar		
<p>Critério 4.1 - O manejo florestal deve basear-se em planejamento ambiental prévio à utilização da área.</p>	-	<p>O EMF realiza o planejamento prévio à utilização da área, pelo mapeamento de Unidades de Manejo de Solo - UMS de cada UP (talhão). A estrutura da UMS reúne informações do solo até o 4º nível categórico de classificação, mais a classe textural em 3 profundidades diferentes.</p> <p>O procedimento PO.01.03.0118 orienta que após definidas as fazendas, glebas e UP'S que serão plantadas no ano, a área de meio ambiente realiza seu planejamento, no qual deverá realizar todos os procedimentos necessários para obtenção do licenciamento. A área de geoprocessamento disponibiliza os mapas para o planejamento e implantação das UP's. Baseado no mapa final de Zoneamento Ambiental fornecido pelo setor de Licenciamento e aprovado pelo Órgão Ambiental, os mapas operacionais identificam as áreas de conservação (Reservas Legais, Áreas de Preservação Permanente, corredores ecológicos), áreas operacionais e outras áreas que necessitam ser conhecidas, como estradas, cascalheiras, pontos de outorga (captação de água), entre outras. Nas inspeções de campo nas fazendas visitadas e em seus mapas, os formatos dos talhões respeitam as a configurações áreas de conservação (APP e RL) e, em consequência as redes de drenagem.</p>
<p>Critério 4.2 - Devem ser adotadas práticas de conservação, monitoramento e manutenção dos recursos hídricos e edáficos.</p> <p>O monitoramento e a reposição de nutrientes do solo devem considerar as taxas de exportação de nutrientes ocasionadas pela retirada de madeira e aproveitamento dos resíduos de colheita.</p>	-	<p>Em função da baixa fertilidade natural dos solos que ocorrem na UMF, os plantios de eucalipto necessitam de adubação e correção do solo. Para esse processo, o EMF realiza a análise físico-química do solo para realizar uma prescrição adequada na adubação.</p>

<p>Critério 4.3 - A organização deve adotar uma política de uso racional de produtos agrotóxicos, óleos e combustíveis em geral.</p>	<p>-</p>	<p>A Suzano – MA possui procedimentos que orientam as atividades de armazenamento, transporte, manuseio, aplicação de agrotóxicos e o retorno das embalagens e resíduos desses produtos químicos. Todos os colaboradores que participam na aplicação de pesticidas são treinados conforme os requisitos da NR 31.7.5 para a capacitação semipresencial ou presencial sobre prevenção de acidentes com agrotóxicos e produtos afins, conforme evidenciado nos certificados de trabalhadores entrevistados e registros de treinamentos realizados por empresas prestadoras de serviços – EPS. Há registros de utilização de cada agrotóxico, por fazenda, UP (talhão), quantidade consumida, área aplicada e motivo de uso, além de outros registros de controle. Conforme verificado nos depósitos de pesticidas e registros de entradas e saídas do estoque, nenhum produto proibido pela OMS ou acordos internacionais é usado pela Suzano – MA.</p> <p>Na inspeção de depósitos de produtos químicos, incluindo os pesticidas, localizados em Porto Franco - MA e nas fazendas Preciosa em Dom Eliseu - PA e Boa Fé em Cidelândia – MA, as edificações e o armazenamento dos produtos atendem as especificações da ABNT NBR 9843-3 – Agrotóxicos e Afins, Parte 3: Armazenamento em propriedades rurais e a NR 31.7.14 sobre a Edificação e 31.7.25 Armazenamento de agrotóxicos.</p>
<p>Critério 4.4 - A organização deve adotar e implementar uma política para a redução ou o tratamento adequado de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões gasosas.</p>	<p>-</p>	<p>O EMF possui um procedimento de “Gestão de Resíduos Sólidos”, a Coleta Seletiva de resíduos (Não perigosos - Classe II) que é implantada mediante solicitação da área interessada e onde houver recicladores devidamente habilitados. Nas inspeções de campo foi verificado a disponibilidade de recipientes coloridos para a coleta seletiva nas áreas de vivência de todas as frentes de trabalho visitadas e nos escritórios em sedes de fazendas, como na Fazenda Boa Fé, em Cidelândia - MA.</p>
<p>P5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social em que se insere a atividade florestal</p>		
<p>Critério 5.1 - A organização deve incentivar programas de interesse comunitário, a fim de melhorar as condições de vida da comunidade local.</p>	<p>01</p>	<p>O EMF evidenciou ter realizado a caracterização e mapeamento das comunidades; a avaliação e identificação dos impactos associados ao manejo</p>

		<p>florestal, bem como a implementação de medidas de prevenção e mitigação.</p> <p>Uma NC Menor foi aplicada no indicador 5.1.c, para revisão dos termos de parceria firmado com as associações beneficiárias dos projetos sociais/PDRT, bem como realizar acompanhamento sistemático do seu cumprimento (vide NC menor 2023-07).</p>
<p>Critério 5.2 - A organização deve implantar programas de divulgação e de comunicação com as partes interessadas.</p>	-	<p>A implementação de canais de comunicação que asseguram o diálogo com as partes afetadas.</p>
<p>Tratamento de Reclamações (Portaria do Inmetro nº 547/2012)</p>	-	<p>Há um sistema implementado de tratamento de reclamações.</p>
<p>Requisitos de uso do Selo de Identificação da Conformidade do Cerflor e/ou da Logo PEFC (Portaria do Inmetro nº 547/2012)</p>	-	N/A
<p>Requisitos para Certificação de UMF-múltipla (ou multi-site) – IAF MD 1:2018</p>	-	N/A
<p>Programas de Manejo em Grupo (Anexo A – Portaria do Inmetro nº 547/2012 e Portaria Inmetro nº 54/2014)</p>	-	N/A

6.4. Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria Existentes

6.4.1. Tratativa de possíveis falhas identificadas na Auditoria Fase 1

Não aplicável – Não é uma auditoria de certificação inicial (Fase 2).

6.4.2. Tratativa das Não conformidades e Oportunidades de Melhoria da avaliação anterior

6.4.2.1. Tratativa das Não conformidades e Oportunidades de Melhoria da avaliação de supervisão anual 2022

Constatação Número: 2022-01	
<p>Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM</p>	
<p>Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):</p>	

Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.1.b						
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): O EMF realiza o monitoramento do volume de água captado por ponto outorgado por atividade operacional. Os resultados do monitoramento mostram que as fichas de campo estão sendo preenchidas sem indicações do local em que foi feita a captação da água. O EMF realizou treinamentos com as equipes de campo, visando melhoria nos registros. Porém, o problema persiste e uma alta porcentagem de “irregularidades” continua sendo registrada pelo monitoramento. O fato de não ser registrado pelas equipes de campo o local correto da captação de água para uso nas atividades operacionais, não possibilita verificar se o volume de água captado está sendo realizado em pontos outorgados ou não outorgados, bem como registrar o volume de água retirado por ponto de outorga, conforme previsto na legislação.							
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Programa de monitoramento de água.							
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>							
Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	Levantar e disponibilizar informações sobre os dados recebidos de captação de água irregular para as áreas operacionais.						
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falta de compromisso do colaborador em atender ao procedimento e atendimento legal; Falha no Planejamento das Operações em relação a necessidades de pontos de captação de água; Falha na Rastreabilidade dos dados.						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Orientação pela equipe jurídica para os gestores operacionais sobre os riscos em relação às irregularidades na atividade de captação de água; ✓ Estabelecer Grupo de Trabalho para verificação de estrutura e outras iniciativas necessárias para regularização do processo de captações de água; ✓ Estabelecer um mecanismo de solicitações de pontos de captação de água; ✓ Obtenção de outorgas junto ao Órgão Ambiental com base no levantamento realizado pela equipe operacional. 						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE
		(ação ou contramedida)	(responsável)	(prazo/ conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(abrangência)
	Falta de compromisso do colaborador em atender ao procedimento e atendimento legal	Orientação pela equipe jurídica para os gestores operacionais sobre os riscos em relação as irregularidades na atividade de captação de água.	Jurídico	15/02/2023	Para conscientização das equipes ao realizar a captação de água	Realizando um treinamento obrigatório para as equipes envolvidas no processo.	UNF/MA
Falha na Rastreabilidade dos dados	Estabelecer Grupo de Trabalho para verificação de estrutura e outras iniciativas necessárias para adequação do	PCP, Operações, Licenciamento e MAF	15/02/2023	Para adequação da estrutura e procedimentos necessários para captação de água, atendendo a legislação vigente.	Instituindo o Grupo de Trabalho para discussões e levantamento de informações para os temas propostos de outorgas de água, incluindo o tema de	UNF/MA	

		processo de captações de água.				rastreabilidade de informações e a orientação do registro em campo do volume captado.	
	Falha no Planejamento das Operações em relação a necessidades de captação de água	Estabelecer um mecanismo de solicitações de pontos de captação de água	Operações e PCP	28/02/2023	Para melhorar o planejamento para que possam identificar novos pontos de captação de água.	Elaborando um fluxo em Procedimento que inclui o levantando as informações que forem necessárias para o melhor planejamento das atividades com necessidade de captação de água.	UNF/MA
		Obtenção de novas outorgas junto ao Órgão Ambiental com base no levantamento realizado pela equipe operacional.	Licenciamento	31/03/2023	Obter novos pontos outorgados para atendimento da demanda operacionais conforme solicitado.	Planejando as operações dentro do mecanismo estabelecido para a realização de solicitações de novos pontos de captação de água	UNF/MA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:						
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):						
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF estabeleceu o fluxo de informações consolidadas sobre captação de água recebida da operação, mensalmente. A equipe de Meio Ambiente Florestal realiza a consolidação de resultados e envia aos times operacionais as informações do monitoramento via e-mail e/ou em reuniões presenciais oportunas. As informações são abertas para indicar as frentes de trabalho/fazendas onde foram identificados os desvios, sendo realizado a conscientização sobre o preenchimento correto do formulário de captação de água. O contencioso jurídico ambiental do EMF elaborou e ministrou um treinamento aos Gerentes Operacionais sobre orientações de legislação e premissas sobre a captação irregular de água. Realizado o Workshop de orientações sobre Cuidados Ambientais por meio do Programa de Agentes Transformadores, em que foram abordados diversos temas ambientais incluindo a Captação de Água. Com o objetivo de fortalecer o tema dentro da Organização, foi estabelecido o Grupo de Trabalho sobre Captação de Água envolvendo as áreas de Licenciamento, PCP, MAF e Operações Florestais, focando em discutir,</p>						

	<p>semanalmente, pontos de melhoria para o processo de Captação de Água. Estabelecido o Procedimento “PO.24.03.0003 FLORESTAL CORPORATIVO – Licenciamento Ambiental – Silvicultura e Outorga”, que tem o objetivo de estabelecer, de forma geral, a condução dos licenciamentos ambientais e/ou autorizações ambientais das atividades florestal, em conformidade com a legislação e em atendimento às definições e critérios requeridos pelos Órgãos Ambientais competentes. Dessa forma, o fluxo de solicitação de pontos de outorga segue da seguinte forma: O PCP ao realizar o Macroplanejamento anual, visita todas as Fazendas de trabalho do próximo ano e inclui em sua vistoria a prospecção de pontos de outorga, caso não exista na área ou proximidades, e realiza a solicitação ao Licenciamento. Com as ações empreendidas é possível verificar a grande evolução dos dados recebidos no monitoramento de captação de água, houve o engajamento dos times operacionais quanto às informações do preenchimento correto dos formulários, sendo possível cruzar as informações de local de captação e volume de água captado.</p>
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	<p>O EMF adotou uma série de ações entre as atividades operacionais que realizam a captação de água e a gestão de meio ambiente da empresa, visando o atendimento da legislação ambiental. Inicialmente, representantes da área jurídica da empresa realizaram um workshop sobre cuidados ambiental dentro do “<i>programa de agentes transformadores</i>”, sendo tratado entre outros temas, a importância da captação da água em pontos outorgados (“<i>Treinamento_Modelo Suzano_Imp; Participantes Palestra</i>”). O EMF também criou um grupo de trabalho, composto por representantes das áreas de Licenciamento, PCP, MAF e Operações Florestais (“<i>GT Captação de Água; GT – participantes</i>”), sobre captação de água para definir melhorias no processo de captação de água realizado pelas operações florestais que foram definidas no procedimento “<i>PG.24.03.0003 Licenciamento Ambiental – Outorga</i>”. Entre as principais ações, foi estabelecido que no macroplanejamento anual será realizada a prospecção de pontos de outorga e realizado o processo de licenciamento ambiental sempre anterior à realização das atividades operacionais em uma determinada fazenda. O grupo de trabalho, juntamente com a área de meio ambiente, estabeleceu indicadores de monitoramento das atividades operacionais na plataforma IDSA (Índice de Desenvolvimento Socioambiental), no qual é avaliado se os registros de captação de água estão sendo feitos corretamente em pontos outorgados (“<i>IDSA</i>”). Dessa forma, a área de meio ambiente envia por e-mail ou reuniões para cada equipe operacional da silvicultura, colheita e logística os resultados obtidos e para os desvios é realizada a conscientização da equipe operacional. Os resultados obtidos indicaram uma importante melhoria no processo, após a adoção dessa sistemática (“<i>IDSA</i>”). Em campo, foi verificado na Fazenda Jurema que o colaborador estava fazendo os registros da captação de água em formulários, de acordo com o ponto de captação estabelecido no book das áreas de manejo da UMF. Ao analisar o book de mapas utilizado, verificou-se que havia uma inconsistência no mapeamento dos pontos outorgados, gerando falha na captação de água, motivo pelo qual foi emitida uma nova NC menor no indicador 2.1.d (vide NCmenor 2023-04).</p> <p>Portanto, essa NC foi fechada, pois o operador estava seguindo o determinado no book de mapas para fazer a captação de água, conforme determinado pela empresa.</p>
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)</p>

Constatação Número: 2022-02	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.1 b
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Durante inspeção na atividade de carregamento e transporte de madeira (nas Fazendas Canaã A e Monte Líbano), assim como verificado no controle de entrada de madeira na balança da Fábrica de Imperatriz, que o carregamento da madeira está sendo efetuado acima do limite de peso permitido pela Lei da Balança para a carga do caminhão. Embora, o EMF monitore e registre os dados de peso das cargas na entrada da balança da fábrica, foi verificado nos controles da balança que num período de junho e julho das cargas entregues, que a grande maioria está acima dos limites permitidos.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Inspeção de campo; registros de peso das cargas.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Realizar reuniões com a equipe para análise dos desvios; Realizar a estratificação de dados para apresentação dos locais ou frentes de trabalho (e possíveis causas) dos desvios; Orientações para a equipe sobre desvios identificados sobre o peso, realizando os ajustes em campo quando necessário.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Interferência manual no registro do peso ocasionando desvios; Ausência de controle relacionados aos aspectos legais no transporte de madeira; Equipamentos (gruas) sem balança para pesagem em campo.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<input checked="" type="checkbox"/> Revisão do Procedimento de Carregamento; <input checked="" type="checkbox"/> Realizar treinamento com a equipe sobre atualização do procedimento; <input checked="" type="checkbox"/> Estabelecer mecanismos de inserção de informação no SIMOVA e realizar treinamento com a equipe; <input checked="" type="checkbox"/> Estabelecer mecanismos de monitoramento dos desvios das gruas com balanças instaladas, incluindo a aferição, e incluir mecanismos de ações de monitoramento mais intensos nas frentes que não for possível a instalação de balanças.

Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE
		(ação ou contramedida)	(responsável)	(prazo/ conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(abrangência)
	Ausência de controles relacionados aos aspectos legais no transporte de madeira	Revisão do Procedimento de Carregamento	Logística	30/01/2023	Para atendimento aos requisitos legais no transporte de madeira	Revisão para inclusão em procedimento do controle de monitoramento de multas recebidas pelos órgãos competentes.	UNF MA
		Realizar treinamento com a equipe sobre atualização do procedimento	Logística	24/02/2023	Para conscientização da equipe ao Procedimento de Carregamento e aos aspectos legais envolvidos na atividade.	Realizar treinamentos com as equipes próprias e Prestadores de Serviços sobre as atualizações do Procedimento	UNF MA
	Interferência manual nos desvios	Incluir mecanismos de inserção de informação no SIMOVA	Logística	10/03/2023	Para evitar/diminuir o aspecto de interferência humana nos registros	Auxílio da equipe de Torre de Controle para inserção dos dados de peso em tempo real para identificar e corrigir os desvios	UNF MA
		Realizar treinamento com operadores sobre atualizações do SIMOVA	Logística	24/03/2023	Para atualizar a equipe quanto as informações geradas no SIMOVA	Realização de treinamentos pela equipe da Torre de Controle com os responsáveis sobre as atualizações das informações de peso geradas no SIMOVA	UNF MA
	Equipamentos (gruas) sem balança para pesagem em campo	Monitorar os desvios das gruas com balanças instaladas, incluindo a aferição.	Logística	17/03/2023	Para evitar com que ocorra desvios de pesos de informações geradas nas balanças em campo	Estabelecer em Procedimento as avaliações de aferição das balanças, registrando e monitorando as condições das balanças utilizadas.	UNF MA
		Avaliar a viabilidade de aumentar a instalação de balanças nas gruas e quando possível realizar as instalações.	Logística	17/02/2023	Melhorar o controle de peso das frentes	Análise dos contratos das EPSs e as possibilidades de negociações sobre a instalação de balanças. E quando possível realizar as instalações das novas balanças.	UNF MA
		Incluir mecanismos de ações de alternativas de monitoramento nas frentes que não for possível a instalação de balanças	Logística	17/03/2023	Para garantir controles efetivos onde não for possível a instalação de balanças	Estabelecer junto da equipe de Técnicos uma rotina de acompanhamento e medidas a serem empregadas em casos de desvios nas frentes onde não for possível o controle de balança em campo	UNF MA

Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação

- Aceito
 Outra decisão:

<p>da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	
<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>Foi estabelecido uma rotina diária de reunião da equipe operacional para alinhamentos, incluindo o tema de desvios de excesso de peso e estabelecido a metodologia de controle nos casos de identificação de excesso de peso. O Procedimento de Transporte de Madeira (PO.01.05.0037) trouxe em sua descrição as informações sobre Lei da Balança e o fluxo de informações sobre peso das cargas de madeira. Em 2022, houve a implementação dos Módulos Próprios de Carregamento (MPC 1 e MPC 2) que tiveram como um dos objetivos o avanço do controle de excesso de peso da operação de carregamento, para isso ocorreu o investindo em Gruas com balança instalada, de modo que no momento do carregamento o operador seguirá o procedimento estabelecido para pesagem no carregamento da carga de madeira, tendo no final do processo o PBTC (Peso Bruto Total Combinado) do caminhão em campo. Apesar dos módulos próprios iniciarem as atividades no início 2022, ao longo do ano ocorreu a curva de aprendizagem da equipe de operadores, sendo incentivada pela realização de orientações sobre o uso da balança, manutenção e calibração dos equipamentos, além das instruções técnicas sobre o procedimento de pesagem e o avanço da tecnologia embarcada nos equipamentos (SIMOVA). Os resultados gerais de 2022 dos módulos próprios apresentaram uma superação e com isso ocorre ao longo de 2023 o planejamento da abertura do 3º Módulo Próprio de Carregamento nos mesmos moldes dos primeiros. Com a estabilização dos módulos próprios, também houve a diminuição da dependência direta de Empresa Prestadora de Serviços (EPS) melhorando alguns aspectos de negociação, como por exemplo, a aderência de balanças nos equipamentos e/ou a ampla aderência do controle de peso nessas frentes de carregamento. No início do ano de 2023, houve a necessidade de realizar a desmobilização de uma EPS por motivos internos, ocasionado por resultados abaixo do esperado quanto a aderência de PBTC em suas frentes. A outra Prestadora de Serviço que atua no Carregamento realizou a adequação de sua frota de máquinas com a instalação das balanças, buscando a alta performance na aderência ao PBTC. Houve a finalização da estruturação da Torre de Controle Florestal que possibilita o acompanhamento da evolução do monitoramento de indicadores de peso, com atualizações 24h para a equipe de campo sobre peso dos veículos que chegam na fábrica, sendo realizada a notificação pelo Relatório emitido a cada 2 horas e enviado à toda a equipe de logística. Por meio da ferramenta Simova, os dados também têm sido atualizados para auxiliar cada vez mais em informações pertinentes como o controle da operação em tempo real. Está sendo desenvolvido uma atualização do <i>software</i> para integrar as informações ao sistema de balança das máquinas, podendo ser lançado de forma automática a tara dos veículos e sinalizado em tempo real quando houver algum problema técnico com a balança em campo, esse aprimoramento do <i>software</i> será algo</p>

	<p>exclusivo da companhia e têm previsão de conclusão em meados de 2023. Com base nas ações implementadas a organização vem evoluindo na aderência de controle de peso das cargas a serem transportadas para a unidade industrial.</p>
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	<p>Após realização de análise crítica sobre a constatação, o EMF realizou adequações no processo de carregamento e transporte de madeira.</p> <p>Foi relatado que 100% dos carregadores florestais estão equipados com o dispositivo balança/dinamômetro Hook, possibilitando a medição do peso no campo, no momento do carregamento nos caminhões.</p> <p>Verificou-se os relatórios “Ritmo”: Controle contínuo dos pesos entregues na fábrica, que monitoram constantemente o peso das cargas recebidas.</p> <p>Verificados os relatórios “Dados PBTC 2022 – 2023”, mostrando a evolução do % de peso dentro do limite permitido (77,7 t PBTC). Na data da verificação (abril 2023), no setor de recebimento, o índice de cargas com peso até 77,7 t de PBTC era de 91%.</p> <p>O Procedimento de pesagem no carregamento define:</p> <p><i>Lançamento da Tara do Caminhão: o PBTC a ser alcançado é de no máximo 77,7 ton, contando o peso do caminhão (tara) e a madeira carregada.</i></p> <p><i>A Torre de Controle realiza o levantamento da tara de cada veículo e ao emitir a capa da guia de transporte, acrescenta a informação de peso da tara do veículo.</i></p> <p><i>O operador recebe a capa no campo, e lança no sistema da balança a tara daquele veículo a ser carregado.</i></p> <p><i>O Sistema da balança mostra então qual o peso que deve ser carregado no caminhão até alcançar os 77,7.</i></p> <p><i>O Operador deve comportar um feixe de madeira da pilha, estabilizar por alguns segundos e então a balança realizará a computação do valor na carga.</i></p> <p><i>Após a finalização da carga o sistema de balança possui uma impressora onde é emitido um extrato do peso carregado por veículo.</i></p> <p>Módulo Próprio</p> <p>Módulo 1 iniciado em Janeiro de 2022</p> <p>Módulo 2 iniciado em Fevereiro de 2022</p> <p>Módulo 3 planejado para início ao longo de 2023</p> <p>Pioneirismo na Primarização da atividade de Carregamento na Suzano, os módulos próprios contam com Gruas 336 caterpillar com elevação de cabine e sistema de balança Hook instaladas e garras com alta capacidade. Além de tecnologia embarcada SIMOVA.</p> <p>A empresa Hook tem realizado acompanhamento periódico do seu sistema de balança, realizando manutenções e aferições quando necessário.</p> <p>Estabilização da curva de aprendizagem dos Módulos Próprios (MPC 1 e MPC 2) e manutenção das balanças</p> <p>Módulo de EPS de carregamento</p> <p>Uma das EPS foi desmobilizada em 2023, por resultados abaixo do esperado quanto a aderência de PBTC em suas frentes; A outra EPS ajustou seus equipamentos com balanças instaladas e funcionais em 2023</p> <p>Por fim, evidenciou-se que foram realizados treinamentos direcionados pela empresa Hook sobre a utilização e estabilização das balanças utilizadas nas gruas.</p>

	Considerando as medidas adotadas pelo EMF e constatação dos resultados obtidos – alta % de pesos dentro do limite, a NC foi fechada.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2022-03	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.2.e
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Durante auditoria foi verificada a presença de pessoas em pontos de banho em APPs (Fazenda Canaã), bem como vestígios de acesso frequente (Fazenda Itaparica). Tais locais foram identificados pela equipe de Inteligência Patrimonial e, apesar do EMF não restringir o acesso pelas comunidades, essa é uma atividade considerada não autorizada pelo EMF. No entanto, esses locais de ‘banho’ não estão cadastrados na base de dados do EMF.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Inspeção de campo.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Identificar os possíveis locais de uso comunitário.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	As atividades Não Autorizadas identificadas não estavam claramente mapeadas pela equipe de Inteligência Patrimonial.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<input checked="" type="checkbox"/> Treinamento da equipe quanto ao Registro como Atividade Não Autorizada na plataforma Roip; <input checked="" type="checkbox"/> Realizar ações de conscientizações e possíveis adequações de sinalização nos locais identificados.
Plano de	

Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE
		(ação ou contramedida)	(responsável)	(prazo/ conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(abrangência)
	Falha na identificação de locais acessados por comunidades, e consecutivamente falha no controle de acesso e identificação de possíveis impactos	Treinamento da equipe quanto ao Registro como Atividade Não Autorizada na plataforma Roip	IP	30/01/2022	Alinhamento da equipe sobre os dados na plataforma para o caso de se identificar pontos utilizados por comunidades como por exemplo banhos em rio.	Treinar a equipe quanto ao item de Atividade Não Autorizada e seu registro na plataforma Roip, bem como a abordagem a ser realizada ao identificar a situação.	UNF MA
		Realizar ações de conscientizações e possíveis adequações de sinalização nos locais identificados	IP	20/02/2022	Para alertar os usuários que o local trata-se de uma área privada.	Realizando ações de conscientizações em comunidades próximas aos locais identificados e, quando necessário, realizar a adequação da sinalização no local.	UNF MA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)						
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):						
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF não possui locais estabelecidos para recreação, desta forma as ocorrências identificadas nas Fazenda Canaã (I5AU) e Itaparica (I2AG) são classificadas como entradas Não Autorizadas. Ambas as fazendas não possuem características que possam ser consideradas como locais de 'banho' como de costume regional, como apresentado nos mapas das áreas. A área de Inteligência Patrimonial possui a sistemática de monitoramento de Ocorrência de Pessoas Não Autorizadas com as rondas da equipe patrimonial e registradas na plataforma Roip. Ao identificar a ocorrência com a presença de pessoas o Vigilante realiza as seguintes etapas: a abordagem para identificar se existe autorização de acesso na área, e caso não tenha, é realizada a orientação sobre a condição privada da propriedade, os riscos existentes e a proibição de permanência no local. O padrão da orientação para os vigilantes está descrito no item de Conceitos de Vigilância Patrimonial na plataforma Roip. Ao abordar uma pessoa também são registrados dados básicos como nome, localização exata, placas de veículo e as informações que foram passadas no momento da ocorrência. A equipe de Vigilância Patrimonial ampliou as rondas de monitoramento dedicado e monitoramentos de rotina visando levantar informações sobre</p>						

	as ocorrências nas áreas e afim de prevenir novas ocorrências realizando as abordagens. Os locais onde foram detectadas as atividades Não Autorizadas foram mapeados pela equipe de Inteligência Patrimonial e são inclusos constantemente nas rondas dedicadas, procurando realizar a abordagem para esta finalidade. Os principais locais das ocorrências de Atividades Não Autorizadas são locais próximos a grandes centros de comunidades, locais de fácil acesso, ou então locais que são passagem para outras comunidades. Os monitoramentos dedicados nessas áreas e, consecutivamente, as abordagens realizadas ao identificar a entrada de pessoas não autorizadas em áreas particulares demonstram o controle da ocorrência na região e a busca pela conscientização das comunidades e pessoas pertinentes sobre o assunto.
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	A empresa apresentou uma listagem de ocorrências de acesso não autorizado em suas fazendas. Também informou, que não possui locais estabelecidos para recreação, realizou o treinamento de sua equipe e tem atuado na conscientização das comunidades durante as rondas de vigilância, quanto a condição privada da propriedade, os riscos existentes e a proibição de permanência no local. A periodicidade de monitoramento foi redobrada nas áreas de ocorrências de Atividades Não Autorizadas com rondas da equipe patrimonial, conforme evidenciado no Portal ROIP. Portanto, a OM foi fechada por haver o entendimento que a empresa não possui locais de recreação estabelecidos, tem monitoramento e controle de acesso às suas fazendas e tem atuado na prevenção dos impactos.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2022-04	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.3.b
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>A Norma Regulamentadora 31 (NR 31) teve sua última modificação em 22/10/2020, com início de vigência em 27/10/2021 (Portaria SEPRT 22.677). O novo texto da norma trouxe em seu item 31.7.6.1 a obrigatoriedade de banho para os trabalhadores rurais envolvidos na aplicação de agrotóxicos depois de encerradas as atividades. O EMF apresentou um procedimento de higiene corporal para seus trabalhadores em campo, viabilizando tal prática por meio de água, sabão e toalhas de papel, os quais seriam responsáveis/viáveis para higienizar membros inferiores, superiores e face (aproximadamente 64% do corpo do trabalhador). Se por um</p>	

lado o procedimento adotado pelo EMF não viabiliza a higiene completa do corpo do trabalhador, por outro é bem verdade que a NR 31 deixa de conceituar, em seu glossário, a expressão “banho”, omitindo-se sobre sua operacionalização e extensão, relegando tal procedimento ao que restar estabelecido no PGRTR do empreendimento. Depõe em favor do procedimento adotado pelo EMF, ainda, o conteúdo do artigo 8º da CLT, que estabelece os usos e costumes como elemento integrador do Direito do Trabalho em face de omissão normativa, como a que se refere ao conceito de “banho” para o campo da Segurança e Saúde do Trabalho. Com isso, tem-se que o empreendimento se utiliza da prática costumária da rotina florestal para integração do conteúdo da norma regulamentadora, estando tal conduta amparada pelo texto celetista, aplicável a este conflito/omissão normativa. Entretanto, considerando-se a recente vigência do texto regulamentador, bem como do amadurecimento e aperfeiçoamento potencial que se seguirá, é conveniente que o EMF empreenda esforços no sentido de validar o procedimento adotado pela empresa junto ao órgão competente.

Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):

- Inspeção em campo
- Entrevistas.

Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)

Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	Avaliação das equipes técnicas e jurídicas da Suzano referente a forma de realização da consulta ao órgão competente.						
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha no planejamento das ações de adequação da NR31 revisada; Ausência de evidências de estudos e análise para a implantação dos requisitos da NR31 revisada.						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Submeter para os órgãos competentes o procedimento adotado pela empresa referente ao requisito normativo NR 31.7.6. ✓ Realizar o acompanhamento do processo de consulta junto ao órgão competente. 						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE
		<i>(ação ou contramedida)</i>	<i>(responsável)</i>	<i>(prazo/ conclusão)</i>	<i>(Justificativa da ação)</i>	<i>(Detalhamento da ação)</i>	<i>(abrangência)</i>
	Necessidade da validação da interpretação do requisito normativo - NR	Submeter para os órgãos competentes o procedimento adotado pela empresa.	SSQV / Jurídico	30/03/2023	Para obter elucidação formal do órgão competente referente às formas de atendimento do requisito normativo.	Apresentar o modelo adotado pela empresa para os órgãos competentes em investigações e ações fiscais, sujeitando a interpretação da aplicabilidade da NR31 à atividade da Suzano e obtendo o posicionamento de referidos órgãos	UNF/MA
	Realizar o acompanhamento do processo de consulta junto ao órgão competente.	Jurídico	30/03/2023	Para garantir, por meio de acompanhamento periódico, a devolutiva do órgão competente.	Acompanhar os inquéritos em curso e futuros, reportando internamente o posicionamento dos órgãos competentes	UNF/MA	

						para avaliação de alteração de prática.	
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:						
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):						
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>As equipes internas Jurídico e SSQV realizaram análise minuciosa quanto ao atendimento da NR31 nas questões levantadas na auditoria (informações acima). A análise técnica realizada concluiu que através das normas, políticas e procedimentos internos a empresa cumpre plenamente a legislação em relação ao tema. A empresa também está constantemente atualizando as medidas de segurança, assim como realizando orientação e fiscalização do cumprimento das normas, políticas e procedimentos internos, a fim de garantir um ambiente seguro e saudável para todos os colaboradores. Além disso, atualmente o Ministério Público do Trabalho vem analisando a interpretação e cumprimento da NR31 no âmbito da operação Florestal da Suzano. Por isso, apresentamos as práticas e procedimentos da empresa ao Órgão e considerando que o MPT tem como atribuição fiscalizar o fiel cumprimento da legislação trabalhista, utilizaremos o parecer e eventuais direcionamentos do órgão para balizar as práticas da empresa.</p>						
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>Nesta auditoria de recertificação de 2023 foi verificado que o MTE já notificou a empresa de que fiscalizará o cumprimento da NR31 em sua área florestal (“Notificação Especial Rural”). Assim, o EMF se prontificou a apresentar as práticas e procedimentos da empresa ao Órgão, que tem como atribuição fiscalizar o fiel cumprimento da legislação trabalhista, afim utilizar o parecer e eventuais direcionamentos para balizar as práticas da empresa. Entretanto, como essa inspeção não foi ainda realizada, não houve a oportunidade de validar esse procedimento adotado pela empresa, em atendimento à NR 31.7.6.1. Portanto, a OM 2022-04 será mantida aberta, vide OM 2023-03.</p>						
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input checked="" type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)						

Constatação Número: 2022-05	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 3.2 g
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>Foram verificados em campo, na Fazenda Lua Cheia, processos erosivos graves com ravinamento de vertentes em áreas de conservação. Foi evidenciado no cadastro da empresa o agravamento das erosões através de imagens de 2022 comparadas com as de 2017, e que foram justificados pelo EMF como ocasionados por eventos climáticos catastróficos do último verão.</p> <p>No entanto, havia sido apresentado como condicionante do licenciamento da área, em 21/fev./2020 (LUAR 3008363/2020), o PRAD 19070018110/2019 (de 13/fev./2020), com as medidas previstas pelo EMF, envolvendo a recomposição de 67,9 hectares de RL suprimida em período posterior a 22/07/2008. A metodologia adotada prevê o acompanhamento da regeneração natural baseada na capacidade de resiliência das áreas florestadas no entorno.</p> <p>Verificou-se, no entanto, que após esse evento catastrófico parte substancial destes fragmentos vegetados deslizou para o vale e, além de perder-se boa parte das áreas fonte de propágulos, muitas das áreas a serem recompostas se encontram agora soterradas.</p> <p>Como a situação atual do terreno não corresponde mais à extensão dos danos avaliados em 2020, e não foi evidenciada nenhuma medida para reavaliar as ações propostas no PRAD, foi evidenciada falha nos processos de monitoramento para garantir a eficácia das atividades de conservação.</p>	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
Inspeção de campo; PRAD.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	Avaliar o planejamento de ações na Fazenda Lua Cheia.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha na definição do procedimento de monitoramento de RAD (Recuperação de Áreas Degradadas); Falha no estabelecimento do fluxo de informações sobre as áreas em recuperação.
Ação Corretiva determinada	✓ Estabelecer fluxograma para atendimento de condicionantes de licenciamento referente ao processo de Recuperação de Área Degradada;

<p>pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Levantar condicionantes de licenciamento existentes relacionadas ao processo de Recuperação de Área Degradada; ✓ Identificar as áreas na UNF MA que estão em processo de Recuperação de Área Degradada, metodologias adotadas e prazos estabelecidos; ✓ Estabelecer indicadores e monitoramentos dos projetos de Recuperação de Áreas Degradadas; ✓ Elaborar Procedimento de Recuperação de Áreas Degradadas para a UNF MA. 																																																	
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i></p>	<table border="1"> <thead> <tr> <th data-bbox="367 520 532 600">CAUSA</th> <th data-bbox="532 520 699 600">O QUE FAZER</th> <th data-bbox="699 520 837 600">QUEM</th> <th data-bbox="837 520 956 600">QUANDO</th> <th data-bbox="956 520 1094 600">PORQUE</th> <th data-bbox="1094 520 1333 600">COMO</th> <th data-bbox="1333 520 1461 600">ONDE</th> </tr> <tr> <td></td> <td data-bbox="532 600 699 674"><i>(ação ou contramedida)</i></td> <td data-bbox="699 600 837 674"><i>(responsável)</i></td> <td data-bbox="837 600 956 674"><i>(prazo/ conclusão)</i></td> <td data-bbox="956 600 1094 674"><i>(Justificativa da ação)</i></td> <td data-bbox="1094 600 1333 674"><i>(Detalhamento da ação)</i></td> <td data-bbox="1333 600 1461 674"><i>(abrangência)</i></td> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="367 674 532 1289" rowspan="3">Falha no estabelecimento do fluxo de informações sobre as áreas em recuperação</td> <td data-bbox="532 674 699 894">Estabelecer fluxograma para atendimento de condicionantes de licenciamento referente ao processo de Recuperação de Área Degradada.</td> <td data-bbox="699 674 837 894">MAF e Licenciamento</td> <td data-bbox="837 674 956 894">31/01/2023</td> <td data-bbox="956 674 1094 1289" rowspan="3">Atendimento às condicionantes de Licenciamento</td> <td data-bbox="1094 674 1333 894">Elaborando um fluxograma que garanta o atendimento das condicionantes referentes aos processos de Rec. de Áreas Degradadas.</td> <td data-bbox="1333 674 1461 894">UNF MA</td> </tr> <tr> <td data-bbox="532 894 699 1094">Levantar condicionantes de licenciamento existentes relacionadas ao processo de Recuperação de Área Degradada.</td> <td data-bbox="699 894 837 1094">Licenciamento</td> <td data-bbox="837 894 956 1094">31/01/2023</td> <td data-bbox="1094 894 1333 1094">Levantando todas as condicionantes de caráter ambiental e selecionando aquelas referentes a Rec. de Áreas Degradadas e mantendo uma rotina de atualização junto ao MAF.</td> <td data-bbox="1333 894 1461 1094">UNF MA</td> </tr> <tr> <td data-bbox="532 1094 699 1289">Identificar as áreas na UNF MA que estão em processo de Recuperação de Área Degradada, metodologias adotadas e prazos estabelecidos.</td> <td data-bbox="699 1094 837 1289">MAF</td> <td data-bbox="837 1094 956 1289">15/02/2023</td> <td data-bbox="1094 1094 1333 1289">Levantamento junto ao licenciamento de todas as áreas com condicionantes de Recuperação de Áreas Degradadas e implementar as ações.</td> <td data-bbox="1333 1094 1461 1289">UNF MA</td> </tr> <tr> <td data-bbox="367 1289 532 1665" rowspan="2">Falha na definição do procedimento de monitoramento de RAD (Recuperação de Áreas Degradadas)</td> <td data-bbox="532 1289 699 1470">Estabelecer indicadores e monitoramentos dos projetos de Recuperação de Áreas Degradadas.</td> <td data-bbox="699 1289 837 1470">MAF</td> <td data-bbox="837 1289 956 1470">28/02/2023</td> <td data-bbox="956 1289 1094 1665" rowspan="2"></td> <td data-bbox="1094 1289 1333 1470">Adotar um padrão de acompanhamento das áreas e estabelecer critérios para tomadas de ação em caso de avaliação ineficaz na recuperação de áreas degradadas.</td> <td data-bbox="1333 1289 1461 1470">UNF MA</td> </tr> <tr> <td data-bbox="532 1470 699 1665">Elaborar Procedimento de Recuperação de Áreas Degradadas para a UNF MA e treinar as equipes operacionais envolvidas.</td> <td data-bbox="699 1470 837 1665">MAF</td> <td data-bbox="837 1470 956 1665">15/03/2023</td> <td data-bbox="1094 1470 1333 1665">Atualização do Procedimento da UNF MA quanto ao monitoramento de áreas em recuperação e treinar as equipes operacionais envolvidas.</td> <td data-bbox="1333 1470 1461 1665">UNF MA</td> </tr> </tbody> </table>	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE		<i>(ação ou contramedida)</i>	<i>(responsável)</i>	<i>(prazo/ conclusão)</i>	<i>(Justificativa da ação)</i>	<i>(Detalhamento da ação)</i>	<i>(abrangência)</i>	Falha no estabelecimento do fluxo de informações sobre as áreas em recuperação	Estabelecer fluxograma para atendimento de condicionantes de licenciamento referente ao processo de Recuperação de Área Degradada.	MAF e Licenciamento	31/01/2023	Atendimento às condicionantes de Licenciamento	Elaborando um fluxograma que garanta o atendimento das condicionantes referentes aos processos de Rec. de Áreas Degradadas.	UNF MA	Levantar condicionantes de licenciamento existentes relacionadas ao processo de Recuperação de Área Degradada.	Licenciamento	31/01/2023	Levantando todas as condicionantes de caráter ambiental e selecionando aquelas referentes a Rec. de Áreas Degradadas e mantendo uma rotina de atualização junto ao MAF.	UNF MA	Identificar as áreas na UNF MA que estão em processo de Recuperação de Área Degradada, metodologias adotadas e prazos estabelecidos.	MAF	15/02/2023	Levantamento junto ao licenciamento de todas as áreas com condicionantes de Recuperação de Áreas Degradadas e implementar as ações.	UNF MA	Falha na definição do procedimento de monitoramento de RAD (Recuperação de Áreas Degradadas)	Estabelecer indicadores e monitoramentos dos projetos de Recuperação de Áreas Degradadas.	MAF	28/02/2023		Adotar um padrão de acompanhamento das áreas e estabelecer critérios para tomadas de ação em caso de avaliação ineficaz na recuperação de áreas degradadas.	UNF MA	Elaborar Procedimento de Recuperação de Áreas Degradadas para a UNF MA e treinar as equipes operacionais envolvidas.	MAF	15/03/2023	Atualização do Procedimento da UNF MA quanto ao monitoramento de áreas em recuperação e treinar as equipes operacionais envolvidas.	UNF MA	<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Aceito</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão:</p>					
CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE																																												
	<i>(ação ou contramedida)</i>	<i>(responsável)</i>	<i>(prazo/ conclusão)</i>	<i>(Justificativa da ação)</i>	<i>(Detalhamento da ação)</i>	<i>(abrangência)</i>																																												
Falha no estabelecimento do fluxo de informações sobre as áreas em recuperação	Estabelecer fluxograma para atendimento de condicionantes de licenciamento referente ao processo de Recuperação de Área Degradada.	MAF e Licenciamento	31/01/2023	Atendimento às condicionantes de Licenciamento	Elaborando um fluxograma que garanta o atendimento das condicionantes referentes aos processos de Rec. de Áreas Degradadas.	UNF MA																																												
	Levantar condicionantes de licenciamento existentes relacionadas ao processo de Recuperação de Área Degradada.	Licenciamento	31/01/2023		Levantando todas as condicionantes de caráter ambiental e selecionando aquelas referentes a Rec. de Áreas Degradadas e mantendo uma rotina de atualização junto ao MAF.	UNF MA																																												
	Identificar as áreas na UNF MA que estão em processo de Recuperação de Área Degradada, metodologias adotadas e prazos estabelecidos.	MAF	15/02/2023		Levantamento junto ao licenciamento de todas as áreas com condicionantes de Recuperação de Áreas Degradadas e implementar as ações.	UNF MA																																												
Falha na definição do procedimento de monitoramento de RAD (Recuperação de Áreas Degradadas)	Estabelecer indicadores e monitoramentos dos projetos de Recuperação de Áreas Degradadas.	MAF	28/02/2023		Adotar um padrão de acompanhamento das áreas e estabelecer critérios para tomadas de ação em caso de avaliação ineficaz na recuperação de áreas degradadas.	UNF MA																																												
	Elaborar Procedimento de Recuperação de Áreas Degradadas para a UNF MA e treinar as equipes operacionais envolvidas.	MAF	15/03/2023		Atualização do Procedimento da UNF MA quanto ao monitoramento de áreas em recuperação e treinar as equipes operacionais envolvidas.	UNF MA																																												

<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>O EMF estabeleceu a sistemática em Procedimento Operacional de Gestão da Restauração Ecológica PO.24.01.0046 que apresenta os aspectos técnicos e operacionais necessários para execução de atividades de restauração ecológica em áreas de conservação na Unidade de Negócio Florestal de Imperatriz, sendo também definido o padrão de atendimento às condicionantes que exigem Recuperação de Áreas Degradadas foi implementado o Fluxograma, que passa pelas áreas de Licenciamento, Ativos Imobiliários, Geoprocessamento e Meio Ambiente Florestal, onde define as responsabilidades das áreas de apoio no Fluxo de atendimento das condicionantes estabelecidas nos PRADs. Para a Fazenda Lua Cheia foi realizado o monitoramento e mapeamento dos polígonos a seres restaurados, e realizado o microplanejamento de atividade de restauração, iniciando o monitoramento adequado da atividade para garantir a eficácia das ações implementadas. As ações de Recuperação de Áreas Degradadas foram organizadas em um Planejamento Anual, descrevendo informações sobre a Gestão de Restauração Ecológica, nesse passo cada polígono de área terá sua metodologia definida e ocorrerá os devidos acompanhamentos. Os processos são abertos em um Cronograma geral definido como “Calendário Operação 2023” estabelecendo previamente a agenda de monitoramento e as ações de restauração. E em nível mais detalhado os processos passam por uma análise de Microplanejamento que consiste na avaliação in loco das áreas alteradas e degradadas “À restaurar” e “Em processo de restauração” provenientes da análise e classificação do uso do solo pelo Geoprocessamento, das condicionantes de processos de licenciamento ambiental e de projetos de restauração voluntária de áreas produtivas próprias, arrendadas e de parceiros externos. O EMF estabeleceu toda a sistemática de controle de recuperação de área degradadas e vem realizando o monitoramento para avaliar a eficácia das ações implementadas em sua rotina mensal.</p>
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	<p>O EMF estabeleceu um fluxograma desde a identificação de áreas degradadas, manejo a ser adotado, atividades operacionais e qualidade das ações realizadas. Foi também estabelecido um fluxograma para o monitoramento da eficácia das atividades de Recuperação de Áreas Degradadas (“PO.24.01.0046 Gestão da Restauração Ecológica”). A partir do fluxograma, foram estabelecidas as funções desempenhadas pelas áreas de Licenciamento, Ativos Imobiliários, Geoprocessamento e Meio Ambiente Florestal em atendimento às condicionantes que exigem Recuperação de Áreas Degradadas. No procedimento de restauração ecológica, foram descritos os monitoramentos e indicadores estabelecidos para avaliação da eficácia das atividades de restauração (“PO.24.01.0046 Gestão da Restauração Ecológica”). Para a Fazenda Lua cheia, foi feito o monitoramento e estabelecida ações para recuperação (“Microplanejamento_LUA_CHEIA; Mapa_RMA_I2BL_Lua Cheia”). O EMF apresentou um <i>dashboard</i>, no qual estão os controles das fazendas com áreas a restaurar, método de restauração, fase de monitoramento (implantação, manutenções anuais) e ações mensais. Ainda, o EMF</p>

	apresentou um cronograma de ações operacionais de restauração e avaliações previstas (" <i>Calendário Microplanejamento 2023_rev3; Calendário Microplanejamento 2023_rev3</i> ").
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

6.4.2.2 Não Conformidades (NC) e Oportunidades de Melhoria (OM) emitidas na auditoria especial de aumento de escopo (outubro/2022)

Constatação Número: 2022-06	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 2.1 a
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Foi verificado na inspeção de campo realizada na Fazenda Colina que os restos de madeira e toras, provenientes da reforma de ponte que cruzava o corpo d'água estavam depositados em APP.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Inspeção de campo.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Realizar a limpeza da área na Fazenda Colina.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha no acompanhamento da entrega do serviço prestado pela EPS.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Estabelecer na rotina do técnico de abastecimento a rotina de acompanhamento das atividades das EPSs que realizam o serviço de obra de arte; Implantar uso de check de verificação de aceite ou relatório na finalização de serviço de obra de arte (construção/manutenção de pontes/bueiros) evidenciando que a área se encontra sem resíduos em APP ou nas imediações da atividade.

Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE
		(ação ou contramedida)	(responsável)	(prazo/ conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(abrangência)
	Falha no acompanhamento da entrega do serviço prestado pela EPS.	Estabelecer na rotina do técnico de abastecimento o acompanhamento das atividades das EPSs que realizam o serviço obra de arte (construção/ manutenção de pontes/ bueiros).	Logística	10/03/2023	É necessário que haja acompanhamento e validação da atividade realizada em consonância com a legislação ambiental por membro da Suzano visto que a atividade é realizada por EPS.	Incluir na rotina do técnico de abastecimento o acompanhamento das atividades das EPSs que realizam o serviço obra de arte (construção/ manutenção de pontes/ bueiros) realizando a orientação da EPS quanto ao cumprimento da legislação ambiental sobre resíduos em APP, incluindo diálogos de cuidados ambientais.	UNF MA
		Implantar uso de check de verificação de aceite ou relatório na finalização de serviço de obra de arte (construção/ manutenção de pontes/ bueiros) evidenciando que a área se encontra sem resíduos em APP ou nas imediações da atividade.	Logística	10/03/2023		Aplicação de check list de entrega/ recebimento da obra, com aprovação do técnico de abastecimento Suzano responsável pela gestão da EPS.	UNF MA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:						
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):						
Evidência de implementação da ação corretiva definida no	O EMF realizou na Fazenda Colina a limpeza do local retirando os resíduos de ponte que haviam sido depositados incorretamente. A equipe também realizou um DDS temático sobre o desvio ocorrido. A atividade de construção e manutenção de Obras de Arte é realizada por Empresas Prestadores de Serviços e contam com o apoio e monitoramento do Técnico de Abastecimento da Suzano destinado às atividades de Malha Viária de EPSs.						

plano de ação (ou <i>ação de melhoria</i>)	Foi implementado na rotina do técnico da Suzano, ao acompanhar a atividade, também se atentar para aspectos de cuidados ambientais na operação e ao final do serviço, é realizado o relatório de entrega da Obra de Arte. O Formulário “AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA” conta com requisito específico para garantir que o local da obra fique totalmente limpo e isento de restos de materiais utilizados durante a construção.
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	O EMF estabeleceu um plano de ação, sendo realizada a coleta de resíduos identificada na Fazenda Colina (“AUD. ESP. 01_2022_NC_FSC_01_CERFLOR_LOGISTICA - V0; Relatório _Fazenda Colina”). Foi realizado também um treinamento com a equipe de construção e manutenção de estradas (“Relatório _Fazenda Colina”). O EMF implantou uma rotina de avaliação das atividades de construção e manutenção de estradas, visando garantir que não ocorra novamente deposição de resíduos em remanescentes naturais ou APPs. Nessa rotina de monitoramento das atividades de construção e manutenção de estradas são elaborados relatórios de controle da qualidade da execução do serviço, incluindo análise de aspectos ambientais (“CONTROLE DE QUALIDADE PONTES”). Durante as inspeções de campo, não foi verificado depósito resíduos provenientes das atividades de construção de estradas em remanescentes naturais ou APPs causando danos ambientais.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

6.5. Descrição das Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria identificadas nesta avaliação

Constatação Número: 2023-01	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou <i>ação de melhoria</i>)	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.1. b)
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>Na inspeção de atividade de silvicultura foi verificado através de entrevistas que os trabalhadores que realizam a atividade de combate a formiga com aplicação de isca formicida com aplicador do produto (bombata) não tomam o banho ao final da atividade. Cabe destacar, que os aplicadores também são responsáveis pelo abastecimento da bombata com o formicida, possuindo, portanto, exposição direta ao ingrediente ativo. A não necessidade do banho foi determinada através de análise técnica do produto e da forma de aplicação,</p>	

descrita no PGRTR. Entretanto, a NR 31.7.6.1 estabelece que todos os trabalhadores que fazem aplicação de pesticidas devem tomar o banho.							
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Inspeção de campo; PGRTR; Entrevistas.							
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>							
Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	Reunião para alinhamento entre as equipes de Certificação, SSQV e Silvicultura sobre o tema de determinação do banho para os colaboradores que abastecem bombatas, conforme estabelecido na NR 31.7.6.1						
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha na avaliação das medidas mitigadoras do risco da atividade de aplicação de isca formicida manual, visando o item da NR 31.7.6.1 Falha na avaliação técnica relacionada a exposição do colaborador com o produto						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	Reavaliar o risco da atividade de aplicação de isca formicida manual e definir as medidas de mitigação; Realizar uma avaliação técnica sobre a exposição do trabalhador e sua necessidade de higienização; Treinamento das equipes sobre as atualizações do procedimento de higienização para essas frentes e adequação de documentos correlacionados com a atividade de formicida manual Inspeção em campo da implementação das medidas mitigadoras do risco na atividade de aplicação de isca formicida.						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE
		(ação ou contramedida)	(responsável)	(prazo/ conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(abrangência)
	Falha na aplicação de todas as medidas mitigadoras de risco da atividade de aplicação de Isca Formicida manual	Reavaliar o risco da atividade de aplicação de isca formicida manual e definir as medidas de mitigação Realizar uma avaliação técnica sobre a exposição do trabalhador e sua necessidade de higienização	SSQV	29/12/2023	Garantir que todos os riscos sejam mapeados para a atividade de aplicação de isca formicida a fim de aplicar as medidas mitigadoras necessárias para os colaboradores que realizam a atividade de aplicação de isca formicida via bombata e que realizam o abastecimento do insumo (manipulação).	Realizando a análise de exposição de risco para os colaboradores que realizam a aplicação de isca formicida com bombata, verificando o nível de exposição destes, assim como também a avaliação do colaborador que realiza o abastecimento do insumo e, portanto, possui a exposição direta pela manipulação no formicida.	UNF/MA

		Treinamento das equipes sobre as atualizações do procedimento de higienização para essas frentes e adequação de documentos	SSQV	29/01/2024	Para assegurar a implementação apropriada da higienização conforme NR31 na atividade de aplicação de isca formicida manual	Realizando treinamentos com as frentes de trabalho que realizam a aplicação de isca formicida apresentando a Análise Preliminar de Risco da atividade e outros documentos correlacionados	UNF/MA
		Inspeção em campo da implementação das medidas mitigadoras do risco na atividade de aplicação de isca formicida	SSQV e Silvicultura	29/03/2024		Realizar o monitoramento da implementação das medidas mitigadoras para os colaboradores	UNF/MA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:						
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):						
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)							
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)							
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)						

Constatação Número: 2023-02							
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM							
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação						
	<input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final						
	<input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)						
	<input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)						
<input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):							
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):							
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.1. b)						
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):							
<p>Ficou evidenciado que o EMF possui políticas de capacitação e contratação de pessoas, incluindo portadores de deficiência, além de estabelecer metas para ampliação de postos de trabalho e acessibilidade nos espaços da empresa. Apesar disso, o EMF ainda não atingiu o patamar legal estabelecido para a Unidade, e para tanto, vem apresentando relatórios e registros periódicos de progresso em atendimento a um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho.</p> <p>Convém ao EMF realizar esforços para que haja um avanço no sentido de se alcançar as contratações nos CNPJs com profissionais alocados nas áreas de atuação florestal, em cumprimento à legislação especial de contratação de pessoas com deficiência definidas nos termos constantes no TAC.</p>							
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):							
<p>Políticas internas; Entrevistas.</p>							
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>							
Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	Reavaliar as ações estabelecidas do programa de contratação de PCDs.						
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Ausência de melhorias no processo de comunicação vagas para ocupação de PCDs.						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	<p>Estabelecer as ações para divulgação de vagas, mapeamento de candidatos e formação de candidatos;</p> <p>Realizar a conscientização interna sobre a regularização da cota PCD na UNF.</p>						
Plano de	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE

Implementação da Ação	(ação ou contramedida)	(responsável)	(prazo/conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(abrangência)	
Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	A meta da UNF MA quanto a contratação de PCDs ainda não foi atingida	Estabelecer as ações para divulgação de vagas, mapeamento de candidatos e formação de candidatos	Gente e Gestão	29/03/2024	Garantir que as ações empreendidas pela companhia estão sendo eficientes para buscar alcançar a meta de PCDs	Definindo os Canais de divulgação de vagas, a metodologia da seleção. Apresentar os resultados da quantidade de vagas ofertadas e quantas foram absorvidas.	UNF/MA
		Realizar a conscientização interna sobre a regularização da cota PCD na UNF	Gente e Gestão	29/03/2024	Garantir que as ações empreendidas pela companhia estão sendo eficientes para buscar alcançar a meta de PCDs	Utilizando os canais internos da companhia para divulgação e incentivar gestores a adequação das vagas para PCDs	
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:						
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):						
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)							
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)							
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>						

Constatação Número: 2023-03	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.3.b
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>OM 2022-04 mantida em aberto: “A Norma Regulamentadora 31 (NR 31) teve sua última modificação em 22/10/2020, com início de vigência em 27/10/2021 (Portaria SEPRT 22.677). O novo texto da norma trouxe em seu item 31.7.6.1 a obrigatoriedade de banho para os trabalhadores rurais envolvidos na aplicação de agrotóxicos depois de encerradas as atividades. O EMF apresentou um procedimento de higiene corporal para seus trabalhadores em campo, viabilizando tal prática por meio de água, sabão e toalhas de papel, os quais seriam responsáveis/viáveis para higienizar membros inferiores, superiores e face (aproximadamente 64% do corpo do trabalhador). Se por um lado o procedimento adotado pelo EMF não viabiliza a higiene completa do corpo do trabalhador, por outro é bem verdade que a NR 31 deixa de conceituar, em seu glossário, a expressão “banho”, omitindo-se sobre sua operacionalização e extensão, relegando tal procedimento ao que restar estabelecido no PGRTR do empreendimento. Depõe em favor do procedimento adotado pelo EMF, ainda, o conteúdo do artigo 8º da CLT, que estabelece os usos e costumes como elemento integrador do Direito do Trabalho em face de omissão normativa, como a que se refere ao conceito de “banho” para o campo da Segurança e Saúde do Trabalho. Com isso, tem-se que o empreendimento se utiliza da prática costumária da rotina florestal para integração do conteúdo da norma regulamentadora, estando tal conduta amparada pelo texto celetista, aplicável a este conflito/omissão normativa. Entretanto, considerando-se a recente vigência do texto regulamentador, bem como do amadurecimento e aperfeiçoamento potencial que se seguirá, é conveniente que o EMF empreenda esforços no sentido de validar o procedimento adotado pela empresa junto ao órgão competente.”</p> <p>Nesta auditoria de recertificação de 2023, foi verificado que o MTE já notificou a empresa de que fiscalizará o cumprimento da NR31 em sua área florestal (“Notificação Especial Rural”). Assim, o EMF se prontificou a apresentar as práticas e procedimentos da empresa ao Órgão, que tem como atribuição fiscalizar o fiel cumprimento da legislação trabalhista, afim utilizar o parecer e eventuais direcionamentos para balizar as práticas da empresa. Entretanto, como essa inspeção não foi ainda realizada, não houve a oportunidade de validar esse procedimento adotado pela empresa, em atendimento à NR 31.7.6.1.</p>	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
- Inspeção em campo; “Notificação Especial Rural”, emitida pelo MTE; Entrevistas.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Continuar monitorando o status do processo de avaliação junto ao Jurídico.

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha no planejamento das ações de adequação da NR31 revisada. Ausência de evidências de estudos e análise para a implantação dos requisitos da NR31 revisada.																											
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Demonstrar o status do andamento do processo de vistoria do Órgão competente.																											
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<table border="1"> <thead> <tr> <th data-bbox="363 663 513 730">CAUSA</th> <th data-bbox="513 663 695 730">O QUE FAZER</th> <th data-bbox="695 663 846 730">QUEM</th> <th data-bbox="846 663 979 730">QUANDO</th> <th data-bbox="979 663 1185 730">PORQUE</th> <th data-bbox="1185 663 1336 730">COMO</th> <th data-bbox="1336 663 1471 730">ONDE</th> </tr> <tr> <td></td> <td data-bbox="513 730 695 793">(ação ou contramedida)</td> <td data-bbox="695 730 846 793">(responsável)</td> <td data-bbox="846 730 979 793">(prazo/ conclusão)</td> <td data-bbox="979 730 1185 793">(Justificativa da ação)</td> <td data-bbox="1185 730 1336 793">(Detalhamento da ação)</td> <td data-bbox="1336 730 1471 793">(abrangência)</td> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="363 793 513 984">Necessidade da validação da Interpretação do requisito normativo - NR</td> <td data-bbox="513 793 695 984">Demonstrar o status do andamento do processo de vistoria do Órgão competente</td> <td data-bbox="695 793 846 984">Jur. Trabalhista</td> <td data-bbox="846 793 979 984">30/03/2024</td> <td data-bbox="979 793 1185 984">Para garantir, por meio de acompanhamento periódico, a devolutiva do órgão competente.</td> <td data-bbox="1185 793 1336 984">Verificando o recebimento de notificações relacionadas a vistoria de fiscalização</td> <td data-bbox="1336 793 1471 984">UNF/MA</td> </tr> </tbody> </table>	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE		(ação ou contramedida)	(responsável)	(prazo/ conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(abrangência)	Necessidade da validação da Interpretação do requisito normativo - NR	Demonstrar o status do andamento do processo de vistoria do Órgão competente	Jur. Trabalhista	30/03/2024	Para garantir, por meio de acompanhamento periódico, a devolutiva do órgão competente.	Verificando o recebimento de notificações relacionadas a vistoria de fiscalização	UNF/MA						
CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE																						
	(ação ou contramedida)	(responsável)	(prazo/ conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(abrangência)																						
Necessidade da validação da Interpretação do requisito normativo - NR	Demonstrar o status do andamento do processo de vistoria do Órgão competente	Jur. Trabalhista	30/03/2024	Para garantir, por meio de acompanhamento periódico, a devolutiva do órgão competente.	Verificando o recebimento de notificações relacionadas a vistoria de fiscalização	UNF/MA																						
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:																											
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):																											
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)																												
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)																												

Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
---------------------------------	--

Constatação Número: 2023-04	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 2.1.d
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Em inspeção de campo nas atividades operacionais de aplicação de herbicida manual e mecanizado da Fazenda Jurema foi verificado que a captação de água estava ocorrendo no ponto I3A V85 que não possuía outorga. No book de mapas de campo do colaborador, foi verificado que no mapa havia indicações de outros pontos de captação de água próximos outorgados. Ao analisar a questão, o EMF detectou que o ponto I3A V85 foi colocado manualmente no mapa como sendo um ponto outorgado, em função de uma versão antiga do mapa. Assim, embora descrito no procedimento e elaborado book de campo, verificou-se que o book de mapas foi alterado, gerando essa inconsistência em campo na aplicação do procedimento para captação de água.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Inspeções de campo; Procedimento operacional.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Conscientização sobre a utilização de mapas atualizados no sistema; Realizar a captação de água conforme mapa atualizado.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha na padronização de disponibilização de mapas para os usuários; Falha nas informações atualizadas sobre mapas de pontos de captação para os pipeiros.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer	Padronizar a geração e disponibilidade de mapas para a operação de forma online; Disponibilizar aos pipeiros mapas atualizados com os pontos de captação; Treinamento sobre gerar Mapa de localização dos Pontos de Outorga, conforme procedimento.

evidência encaminhada)							
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE
		(ação ou contramedida)	(responsável)	(prazo/conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(abrangência)
	Utilização de mapa desatualizado com o Ponto de Captação incorreto e com rasura	Padronizar a geração e disponibilidade de mapas para a operação de forma online	Licenciamento e GEO CAD	29/03/2024	Garantir o uso de mapas de pontos de captação atualizados garantindo a captação de água em pontos corretos	Atualização da base de Licenciamento.	UNF/MA
		Treinamento sobre gerar Mapa de localização dos Pontos de Outorga conforme procedimento	Geo Cad. Licenciamento MAF	29/03/2024	Para garantir a adequação dos Procedimentos internos da empresa e realizando a captação de água em locais adequados	Através do Programa de Agentes Transformadores (workshops) com pontos focais de todas as frentes operacionais, será realizado a orientação conforme procedimento, incluindo treinamento sobre a plataforma do GisOnline e como gerar mapas com a informação de Ponto de Captação de Água para ser utilizado nas frentes de trabalho.	UNF/MA
		Disponibilizar aos pipeiros mapas atualizados com os pontos de captação	Operação	29/03/2024		Disponibilizando os mapas atualizados aos pipeiros e conscientizando sobre o descarte de mapas obsoletos.	UNF/MA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:						
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):						
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação							

<i>(ou ação de melhoria)</i>	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>

Constatação Número: 2023-05	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 2.3. c
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): <p>As modificações do documento Plano de Manejo são apresentadas no Anexo III desse documento. O EMF também faz a identificação de alterações ocorridas em documentos correlatos, como, por exemplo, nos Procedimentos Operacionais. Para isso, há um sistema de controle de documentos (DOCNIX), em que se registram a data da elaboração, os responsáveis, as alterações realizadas, as revisões feitas, as aprovações, entre outros. Foram avaliados vários documentos cujo sistema foi aplicado na íntegra. Entretanto, verificando as alterações recentes no “PO.01.05.0037 Transporte de Madeira”, apesar de terem sido aprovadas, não há registros no sistema de controle de documentos do processo de alteração desse documento (p.e. data da alteração, versão atual). Convém que o EMF garanta que todas as etapas do fluxo de revisão de documentos sejam seguidas, de maneira a contemplar todas as aprovações realizadas, incluindo registros das datas de alteração e versão atual.</p>	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Plano de Manejo Florestal; Procedimentos operacionais; Sistema DOCNIX.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Realizar a identificação e comunicação dos Procedimentos da logística sobre itens incorretos.

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha do elaborador na inserção do documento no DocNix retirando a fórmula automática de emissão de Data e Aprovador.						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Treinar a equipe de elaboradores sobre a inserção de documentos do DocNix evitando falhas.						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE
		(ação ou contramedida)	(responsável)	(prazo/ conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(abrangência)
	Procedimento com itens irregulares no DocNix	Treinar a equipe de elaboradores sobre a inserção de documentos do DocNix evitando falhas	Excelência Operacional	29/03/2024	Garantir que os responsáveis pela elaboração de procedimentos estejam cientes sobre o processo correto	Treinar os responsáveis sobre a metodologia adequada para a elaboração de Procedimentos	UNF/MA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:						
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):						
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)							
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)							
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)						

Constatação Número: 2023-06	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 4.2. d
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>Na implantação florestal, o EMF abre uma estrutura de estradas para atendimento às operações silviculturais, com infraestrutura mínima e potencialmente mais susceptível a erosões, devido menor dimensionamento de obras de arte nessas vias. Essa estrutura é mantida até a primeira colheita florestal, quando então é implantada uma estrutura viária mais robusta, a fim de suportar as atividades de colheita e transporte da madeira. Ao longo do ciclo, há monitoramentos realizados por diferentes áreas, quando necessitam desenvolver alguma atividade silvicultural ou ambiental nas fazendas, que podem, em caráter emergencial, solicitar ações de manutenção pontuais nas estradas. Entretanto, dependendo das condições locais, e da frequência de atividade na área, processos erosivos significativos podem ocorrer, sem detecção e tratamento necessário. Adicionalmente, em função dos elevados índices pluviométricos ocorridos no último mês, verificou-se pontos de empoçamento de água em várias estradas principais das fazendas visitadas, apesar do sistema de manutenção implementado, indicando que o sistema de drenagem poderia ser reavaliado. Convém ao EMF avaliar a possibilidade de implementação inicial das estradas, com infraestrutura mais robusta, visando uma melhor conservação das estradas ao longo do primeiro ciclo do povoamento. Ademais, convém rever o sistema de drenagem empregado nas estradas da UMF, de modo a minimizar a ocorrência de poças de água nas vias.</p>	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
Inspeções de campo; Procedimento operacional; Entrevistas com colaboradores.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	Identificar possíveis melhorias dos parâmetros de construção de estradas.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha na avaliação técnica de atendimento ao Procedimento estabelecido.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de	Reavaliar os Procedimentos correlacionados a Manutenção e Construção de Estradas; Realizar o Treinamento sobre o procedimento de escoamento de água.

Melhoria (incluindo qualquer evidência encaminhada)							
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	PORQUE	COMO	ONDE
		(ação ou contramedida)	(responsável)	(prazo/conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(abrangência)
	Falha nas definições de procedimento de malha viária visando uma melhor conservação das estradas	Reavaliar os Procedimentos correlacionados a Manutenção e Construção de Estradas	Logística	29/03/2024	Garantir que as informações técnicas estejam claras e aplicadas para a atividade	A equipe local e equipe corporativa de logística irão realizar os ajustes de informações técnicas no Procedimento afim de deixar claro as informações da atividade.	UNF MA
	Realizar o Treinamento sobre o procedimento de escoamento de água	Logística	29/03/2024	Garantir que os colaboradores envolvidos estejam cientes sobre o Procedimento de saídas d'água para garantir a conservação de estradas	Aplicando DDS e orientações técnicas.	UNF MA	
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input checked="" type="checkbox"/> Outra decisão: A OM pede para "avaliar a possibilidade de implementação inicial das estradas, com infraestrutura mais robusta, visando uma melhor conservação das estradas ao longo do primeiro ciclo do povoamento". Logo, não se trata de falta de clareza no procedimento e sim de revisão dos métodos de implementação de estradas iniciais nas fazendas durante a implantação. Assim, há necessidade de verificar e rever o plano de ação proposto.						
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):						
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)							
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)							
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)						

Constatação Número: 2023-07	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 5.1 c
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>Foi verificado que o EMF executa o Projeto Campos Agrícolas, parte do Programa Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT). No projeto, a empresa disponibiliza áreas a pequenos produtores para atividades agrícolas, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda. A disponibilidade das áreas é realizada por meio de comodato, tendo atualmente cinco associações comunitárias beneficiárias.</p> <p>Em entrevista com os pequenos produtores do Projeto Campos Agrícolas localizado no Bloco Eldorado, foi relatado que a empresa vem cumprindo com sua parte, como oferta de assistência técnica e fornecimento de serviços e insumos destinados ao preparo do solo. Pelo lado da comunidade, os compromissos constam no Termo de Parceria firmado com a associação beneficiária, como praticar uma agricultura saudável, sem uso de agroquímicos. No entanto, foram identificadas situações que contrariam os princípios agroecológicos do PDRT, como o combate de pragas com uso de produtos químicos e descarte inadequado de embalagens, demonstrando que os compromissos não estão sendo plenamente cumpridos por parte da associação. A empresa demonstrou não estar avaliando o cumprimento do termo de parceria para atingimento dos objetivos do projeto, incluindo as condições de trabalho e de permanência dos produtores e seus familiares nos campos agrícolas, como local adequado para refeições e descanso.</p>	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
Projeto Campos Agrícolas; Entrevistas com colaboradores; Consultas públicas	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Identificar os contratos de PDRT da Unidade; Reunião com representantes das 05 (cinco) associações beneficiadas para a definição de regras.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Ausência de regras a serem seguidas nos Contratos e termos de parceria (por serem antigos). Falha na divulgação e orientação sobre cuidados com Segurança, Saúde e Qualidade de Vida, e cuidados ambientais

Falha no monitoramento de delimitação da área a ser ocupada pelo comodato							
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)		<p>Revisão e renovação dos contratos de Comodatados e Termos de Parceria Rural; Integração de Segurança, Saúde e Qualidade de Vida - SSQV da empresa, direcionada a segurança em áreas operacionais rurais, combate a incêndio, primeiros socorros e meio ambiente;</p> <p>Estabelecer rotinas de verificação em campo e mecanismos de identificação de acesso.</p>					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	CAUSA	O QUE FAZER	QUEM	QUANDO	POR QUE	COMO	ONDE
		(ação ou contramedida)	(responsável)	(prazo/conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(abrangência)
	Falha na avaliação do cumprimento do termo de parceria para atingimento dos objetivos do projeto	Revisão e renovação dos contratos de Comodatados e Parceria Rural	Desenvolvimento Social	mar/24	Para esclarecer as obrigações de ambas as partes no Processo de áreas que foram cedidas as associações.	Revisar as condições do Contrato colocando os deveres e obrigações a serem cumpridos relacionado à aspectos trabalhistas, ambientais e de Segurança. Aprovação CVC Local e Formalização no PROJURIS. Assinatura (via digital) pelos(as) representantes das associações e da empresa.	UNF/MA
		Estabelecer rotinas de verificação em campo e mecanismos de identificação de acesso	Desenvolvimento Social	mar/24	Garantia de que as áreas que estão sendo destinado às associações estão conforme estabelecidos em Contrato	Delimitação em mapa dos Projetos; Elaboração das listas de pessoas que receberão a permissão e acesso; Monitoramentos em campo pela Inteligência Patrimonial.	UNF/MA
Integração de Segurança, Saúde e Qualidade de Vida - SSQV da empresa, direcionada a segurança em áreas operacionais rurais, combate a incêndio, primeiros socorros e meio ambiente		Desenvolvimento Social	fev/24	Garantir que as associações utilizem a área formalmente delimitada para esta atividade e siga as regras estabelecidas no Termo de Parceria.	Serão realizados encontros presenciais com temas relacionados à aspectos trabalhistas, ambientais e de segurança.	UNF/MA	
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:						
Prazo para implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação						

<p>da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)</p>

7. DECISÃO DA CERTIFICAÇÃO

7.1. Recomendação de Certificação pela Equipe de Avaliação

<p>A Certificação Cerflor deve ser concedida ao EMF, sujeita à implementação das ações corretivas definidas para as NC menores apresentadas na Seção 6</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>A equipe de avaliação da SysFlor faz a recomendação acima para certificação ou manutenção da certificação com base na plena e própria execução dos protocolos de avaliação da SysFlor. Se a certificação for recomendada, o EMF demonstrou satisfatoriamente os itens seguintes, sem exceção:</p>	
<p>A equipe de auditores avaliou o sistema de gestão do empreendimento e concluiu que o escopo de certificação (ver item 1) está adequado aos requisitos aplicáveis de manejo florestal.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Com base nos resultados obtidos a equipe de auditores confirma que os objetivos da auditoria foram atingidos.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>O EMF demonstrou que seu sistema de manejo é capaz de assegurar que todas as normas aplicáveis dos padrões sejam cumpridas na área florestal coberta pelo escopo da avaliação.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>O EMF demonstrou que o sistema de manejo está sendo implementado de forma consistente na área florestal coberta pelo escopo do certificado.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Considerando que foi(oram) identificada(s) não conformidade(s) maior(es), ou outra situação que possa conduzir à suspensão ou ao cancelamento da certificação, a equipe de auditores recomenda</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim</p>

que seja realizada uma análise crítica por pessoal competente, diferente daqueles que realizaram a auditoria, para a determinar se a certificação pode ser mantida.	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> N/A
O detentor do certificado demonstrou compromisso com a manutenção da conformidade com as normas aplicáveis do programa Cerflor. A equipe de auditoria da Sysflor recomenda que o certificado seja mantido, sujeito às auditorias de supervisão subsequentes e à resposta do EMF a qualquer Não Conformidade em aberto, dentro dos prazos estipulados.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Para a certificação de UMF-múltipla (ou multi-site) o EMF demonstrou que o sistema de gestão controla as atividades em todos os sites, podendo-se prosseguir com a abordagem multi-site.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> N/A

7.2. Decisão de Certificação da SysFlor

Análise crítica e parecer do responsável pela decisão de certificação	
As informações fornecidas pela equipe auditora são suficientes em relação aos requisitos e escopo de certificação?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Os objetivos da auditoria foram atingidos?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Não conformidade maior: Analisou, aceitou e verificou as correções e ações corretivas?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> N/A*
Não conformidade menor: Analisou e aceitou as correções e ações corretivas planejadas?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A*
O sistema de gestão certificado do cliente falhou persistentemente ou seriamente em atender aos requisitos de certificação, incluindo os requisitos para eficácia do sistema de gestão?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Os comentários apresentados pelo comitê de certificação foram avaliados e considerados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> N/A, não se trata de uma avaliação de certificação inicial
Com base no relatório de auditoria, recomendação da equipe da avaliação responsável (item 7.1), comentários sobre as não conformidades e, onde aplicável, a correção e as ações corretivas tomadas pelo empreendimento, foi tomada a seguinte decisão de certificação:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Concessão/Renovação do certificado
<input type="checkbox"/>	Manutenção do certificado
<input checked="" type="checkbox"/>	Extensão do escopo do certificado
<input type="checkbox"/>	Redução de escopo do certificado
<input type="checkbox"/>	Suspensão do certificado

Cancelamento do certificado

NOTA: Para recertificação a decisão foi tomada também com base nos resultados da auditoria de recertificação; nos resultados da análise crítica do sistema, durante o período de certificação; e nas reclamações recebidas pelos usuários da certificação.

**Não foi identificada Não Conformidade Maior/Menor, ou ainda, não se trata de uma auditoria de (re)certificação.*

